

Semanário
Director
António Dias Lourenço
Propriedade
Editorial "Avante!"

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Redacção/Administração - Av. Santos Dumont, 57-3.º - Tels. 769705-769744-769751-779828 * Imp. e Comp. - Soc. Nac. de Tipografia, S. A. R. L., - Rua de «O Seculo», 41 a 63 - Lisboa * Distribuição - Distribuidora «O SEculo»

O P C P E O MOMENTO POLÍTICO

A revolução democrática atravessa um momento que pode ser decisivo.

Os debates, divergências e polémicas em torno de problemas concretos imediatos não podem impedir a visão mais ampla da perspectiva revolucionária.

Por cima dos problemas de conjuntura, é indispensável e urgente que todas as forças políticas definam claramente os seus objectivos imediatos e a médio prazo, os seus aliados, a forma como consideram as eleições para a Assembleia Constituinte e os seus propósitos políticos para além das eleições.

Cabe a cada força política dar clara resposta a estas questões essenciais. O Partido Comunista Português entende ser o momento oportuno para dar a sua.

I. OS GRANDES PROBLEMAS DA HORA PRESENTE

1. O reforço do Estado democrático continua a ser tarefa essencial para assegurar a defesa das conquistas democráticas já alcançadas e a irreversibilidade do processo revolucionário.

O aparelho do Estado em diversos sectores e a variados níveis não sofreu ainda alterações que modifiquem a sua natureza, os seus quadros, os seus critérios e os seus hábitos.

A defesa da situação democrática impõe que seja completado o saneamento indispensável para que desapareçam do aparelho do Estado ninhos de resistência fascista e reaccionária activa ou passiva e para que sejam reorganizados os serviços e se forme um funcionalismo esforçado, eficiente e dedicado à causa democrática.

2. A descolonização deve prosseguir firmemente, confirmando os resultados históricos já alcançados.

Uma desaceleração do processo ou recuos ante pressões colonialistas e neocolonialistas agravaram as tensões e as dificuldades nos territórios em vias de descolonização e feriu repercutir na situação interna portuguesa dificuldades e conflitos graves verificados em África.

O PCP lembra as experiências desde o 25 de Abril de conjugação da conspiração colonialista em África com a conspiração contra-revolucionária em Portugal.

A democracia em Portugal defende-se também insistindo na luta para vencer o colonialismo em África.

3. A grave situação económica e financeira exige medidas urgentes e operativas.

O país aguarda com profundo interesse o programa de emergência que o governo prepara. É legítimo esperar medidas energicas para restabelecer o equilíbrio financeiro e para atacar e impedir a sabotagem económica com que o grande capital e os grandes agrários estão minando a economia portuguesa.

Não se pode aceitar que caia sobre os trabalhadores o maior peso das dificuldades.

Se não se pode conter o aumento de preços tem de ser garantido o ajustamento periódico de salários.

Se continuam os despedimentos e não se criam rapidamente novos postos de trabalho tem de garantir-se um subsídio de desemprego.

Os monopólios retiram das empresas os capitais criados pelos trabalhadores e aumentam as fortunas privadas deixando que as empresas caminhem para a falência e o encerramento. Os grandes agrários abandonam as culturas.

Só a intervenção do Estado, e a capacidade de direcção e gestão dos trabalhadores, directamente interessados, podem reanimar a produção e as actividades económicas em importantes sectores da indústria e da agricultura.

Portugal não poderá sair das dificuldades actuais sem uma consequente política antimonopolista e latifundista e sem a intervenção criadora das massas trabalhadoras nas actividades económicas nacionais.

4. É necessário cortar o passo à reacção que continua muito activa, procurando entrar e destruir a revolução democrática.

Com esse objectivo utiliza as armas mais diversas. Desenvolve uma frenética campanha anticomunista. Leva sistematicamente a cabo uma actividade divisionista, procurando cindir a classe operária, as forças democráticas e as Forças Armadas.

Conduz a diversão ideológica através de vagas de boatos e calúnias segundo métodos da «guerra psicológica» que pressupõem uma direcção centralizada.

Utiliza largamente a sabotagem económica, no domínio do crédito, dos investimentos, da produção industrial e agrícola, do emprego.

Procura utilizar formações políticas diversas, oportunistas de direita e grupos esquerdistas, como instrumentos de divisão, de agudização da tensão social, de provocação a todos os níveis.

O CC do PCP acusa a conspiração contra-revolucionária fundada com grupos pseudo-revolucionários pela provocação em torno do congresso do CDS no dia 25 no Porto.

O CC do PCP sublinha que a reacção conspira na sombra, recrutando, aliciando, tentando ganhar posições e encarando projectos e possibilidades de um sangrento golpe de força que liquidasse as liberdades e instaurasse uma nova ditadura.

A acção das forças fascistas e reaccionárias é fortemente escudada pela reacção internacional, de cuja intervenção na situação política portuguesa há cada vez mais claros indícios.

A luta contra a reacção continua na ordem do dia.

Continua a ser indispensável o combate à reacção, a constante e infatigável vigilância popular, a detecção e a denúncia das actividades de conspiradores, o seu pronto castigo quando descobertos.

II. O MOVIMENTO POPULAR E DEMOCRÁTICO E O MFA

1. A força motora da revolução democrática portuguesa tem duas componentes: o movimento popular e democrático e o Movimento das Forças Armadas.

Na construção do novo Portugal democrático estas duas componentes são complementares e inseparáveis. Nenhuma delas só por si poderia assegurar o processo democrático.

A aliança Povo-Forças Armadas exige o reforço da actividade e da unidade do movimento popular e democrático e o reforço da intervenção e da unidade do MFA.

O PCP considera este sistema de alianças indispensável para o prosseguimento do processo revolucionário, para a vitória definitiva da democracia em Portugal, para a realização das transformações profundas da sociedade portuguesa exigidas pela situação económica, social e política.

Em toda a sua actividade, o PCP é consequente com esta sua conclusão.

2. A classe operária pela sua natureza revolucionária, pela sua consciência de classe, pelo elevado grau da sua combatividade e de organização, desempenha um papel determinante, impulsionador de todo o movimento popular.

A unicidade é, nas condições actuais, a melhor expressão da luta que a unicidade sindical defende contra os que querem destruí-la.

O estabelecimento da unicidade representa uma grande vitória da classe operária e dos trabalhadores contra as tentativas da sua divisão e do seu controlo pelo patronato, pela burocracia de certos partidos burgueses e pequeno-burgueses.

A interdição da criação numa mesma profissão ou ramo de actividade de sindicatos rivais e a formação de uma única central sindical, com uma vida amplamente democrática em toda a organização sindical é a melhor garantia da unidade dos trabalhadores e da independência dos sindicatos em relação ao patronato, ao Estado e aos partidos políticos. É também garantia das liberdades de todo o povo português.

A unicidade é nas condições actuais, a melhor expressão da liberdade sindical. A unicidade não só permitirá a melhor defesa dos interesses dos trabalhadores, como possibilitará uma mais efectiva e determinante contribuição da classe operária na construção do novo Portugal democrático.

3. O movimento popular abrange também o campesinato, os pequenos e médios comerciantes e industriais, os artesãos, os intelectuais.

Todas estas classes e camadas estão interessadas na consolidação das liberdades, na instauração de um regime democrático, numa política antimonopolista e antilatifundista.

O movimento popular desenvolve-se tanto no plano político, como no plano económico.

A luta organizada dos pequenos e médios camponeses, comerciantes e industriais, assim como dos intelectuais, da juventude, das mulheres, das populações, tem particular importância, tanto para a defesa diária dos seus interesses concretos e imediatos, como para a participação dessas classes e camadas na construção do novo Portugal democrático.

4. A cooperação e a unidade de acção dos partidos democráticos é um dos aspectos essenciais do movimento popular e democrático.

O PCP continua fiel à sua política de unidade e de alianças, continua a defender um Governo de Coligação eventualmente alargada. Está pronto a cooperar com todas as formações políticas democráticas que, pela sua parte, estejam também sinceramente dispostos a cooperar com o PCP no processo revolucionário.

O entendimento de comunistas e católicos é também uma das realidades positivas do movimento popular e democrático. Esse entendimento tem por base o acordo quanto a objectivos essenciais e o respeito sempre demonstrado pelos comunistas das crenças e da prática de culto.

5. As relações do PCP com o Partido Socialista têm importantes reflexos na vida política, podendo a cooperação entre os dois partidos (no quadro da unidade das forças democráticas) representar um papel altamente positivo.

As dificuldades surgidas nos últimos tempos nas relações entre os dois partidos devem-se fundamentalmente a uma deslocação do PS para a direita, que o aproxima e em certos aspectos identifica com as forças mais conservadoras, à sua violenta campanha anticomunista, à sua revisão de alianças na propaganda e na acção política, às suas tentativas em numerosas ocasiões de formação de «Santas Alianças» contra o PCP, ao seu projecto político que não coincide com a realidade objectiva do processo da revolução portuguesa.

Apesar dessas dificuldades, o PCP está pronto a examinar com o PS todos os problemas de interesse comum e os termos da cooperação no imediato e para o futuro.

6. A aliança Povo-Forças Armadas revelou-se desde o

CONT. NA PÁG. 2



Alvaro Cunhal quando respondia aos jornalistas

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO COMITÉ CENTRAL

Na passada segunda-feira, realizou-se, no Centro de Trabalho de Alcântara, uma conferência de Imprensa do Comité Central do nosso partido, na qual, com a participação do camarada Alvaro Cunhal, foram abordados aspectos do momento político. Após uma intervenção inicial do secretário-geral do PCP, seguiu-se o período de perguntas e respostas.

O camarada Alvaro Cunhal, dirigindo-se aos numerosos profissionais de informação presentes, começou por declarar:

Senhoras e senhores, Amigos: Nós, em Portugal, vamos para a frente. Há quem diga que se vai para a esquerda, há quem diga que se vai para a direita. Dado o processo muito irregular da revolução, e, porém, difícil definir quando se vai para a direita

CONT. NA PÁG. 3

1.º ENCONTRO NACIONAL

UEC

COM A CLASSE OPERÁRIA LIBERDADE E SOCIALISMO

No período que atravessamos, em que o Povo Português sai para a rua exigindo que se tomem rapidamente medidas antimonopolistas, em que se jogam a cada momento passos decisivos no avanço da democratização do País, os grupelhos radicais pequeno-burgueses encafuados nas escolas especulam há já cinco meses sobre o que poderão vir a ser os serviços cívicos estudantis, não se preocupando em apresentar soluções concretas que resolvam, de facto, o nosso problema, levando à grande desmobilização da massa estudantil — declarou Rosa Brandão, representante da célula dos candidatos ao 1.º ano do ensino superior de Lisboa, durante o 1.º Encontro Nacional da União dos Estudantes Comunistas (UEC).

O Encontro, que decorreu na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa, levou àquele local 572 delegados abrangendo todos os ramos do ensino dos mais variados pontos do País e a respectiva ordem de trabalhos compreendia a aprovação da II Declaração da UEC e a eleição da nova Comissão Central.

Rosa Brandão que na sua intervenção pôs em destaque a situação dos candidatos ao 1.º ano visto não estarem integrados nem na Universidade nem no Ensino Secundário, situação original que existe que se tomem soluções também originais. frisou que os comunistas sempre defenderam que os estudantes deveriam ir trabalhar para junto do povo para a melhoria das suas condições de vida e acrescentou:

A nós nunca nos intimidou o trabalho manual. Nunca nos intimidou a deslocação a locais afastados, sob a ameaça

de depararmos com situações difíceis, pois estaremos prontos a transportar todos os obstáculos com a perspectiva de contribuir fortemente no avanço do processo revolucionário.

Recordando que aquela mesma sala já fora teatro para posições oportunistas e reaccionárias sob uma capa de esquerda a oradora acrescentou:

Neste momento assistimos a um completo desmascaramento destas posições que se traduz no recuo por parte destes grupos. Muitos daqueles que há bem pouco tempo defendiam a entrada imediata na Universidade e o início das aulas defendem agora o Serviço Cívico Estudantil sem coragem de o chamar pelo seu próprio nome. Chamam-lhe saída organizada da Universidade de apoio à luta dos trabalhadores. O que é isto senão um Serviço Cívico Estudantil envergonhado?

CONT. NA PÁG. 6



A mesa que presidiu ao 1.º Encontro Nacional da UEC

I CONFERÊNCIA NACIONAL UNITÁRIA DE TRABALHADORES

Conforme anunciámos nas semanas anteriores realiza-se no domingo, dia 2 de Fevereiro, a Conferência Nacional Unitária de Trabalhadores, que começará às 9 horas da manhã nas instalações do Instituto Superior Técnico. A reunião, por iniciativa da Direcção da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português, destina-se a apontar soluções e a constituir um grande momento de mobilização da classe operária e dos trabalhadores para sustar a degradação da situação nas empresas e, desta forma, defender os seus próprios interesses e os do País. Entretanto, realizaram-se já em vários pontos do País

reuniões preparatórias para a Conferência. No panorama observado verifica-se, no imediato, a necessidade de medidas de saneamento, de ajuda financeira e técnica, de modificação dos métodos de administração e, nalguns casos, a intervenção por parte do Estado sob formas diversas. Muitas situações, concretamente, só podem ter solução com a nacionalização das empresas, ou mesmo de todo o ramo da indústria de que fazem parte. Por outro lado, os trabalhadores mostram-se dispostos, como a prática está já a demonstrar, a suportarem os sacrifícios que podem ser acarretados pelas medidas de reanimação das empresas

em que trabalham, desde que estejam seguros de que o seu esforço serve os interesses do Povo Português e da economia nacional e não os do patronato capitalista, responsável pela situação de crise. Aliás, como refere um comunicado da DORL, qualquer intervenção do Estado não resultará sem a participação decidida e o apoio organizado dos trabalhadores. É a esta luz que devem ser julgados empréstimos financeiros por parte do Estado e a aplicação do Decreto-Lei 660/74.

Os comunistas estão convencidos de que as suas propostas de solução serão amplamente enriquecidas pela participação criadora dos trabalhadores sem partido e de outras tendências políticas, pois como tem sido referido já em iniciativas semelhantes, a comparação ao encontro não significa um compromisso de adesão partidária.

Portanto, é com a convicção de ajudar os trabalhadores que o Partido Comunista Português se propõe dar um novo impulso às iniciativas destes, no sentido de se encontrarem as soluções existentes que se impõem, dada a existência de numerosas empresas em situação difícil, com gravíssimas consequências para centenas de milhares de trabalhadores ameaçados de desemprego.



O PCP E O MOMENTO POLÍTICO

CONT. DA PAG. 1

25 de Abril, e os factos têm-no confirmado, ser o eixo político do processo da revolução democrática portuguesa.

Tudo deve ser feito para reforçar essa aliança. Nada deve ser feito que possa prejudicar a unidade do MFA e a sua dinâmica revolucionária.

O PCP critica severamente quaisquer actividades que, com estreitos objectivos partidários, visem criar atritos e divisões no seio do MFA ou que tendam à sua dissolução.

Na revolução portuguesa, o MFA é hoje e continuará a ser após as eleições uma garantia do processo democrático.

7. A dinâmica da revolução democrática assenta na associação da decisão e força do MFA com a organização e a acção criadora da classe trabalhadora e das massas populares.

O PCP fundido com a classe operária e as massas, transmitindo-lhes as suas experiências e aprendendo com elas, emprega os seus esforços e energias para organizar, impulsionar e orientar a sua luta numa justa perspectiva — a perspectiva dum Portugal democrático, pacífico e independente.

III. AS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

1. As eleições para a Assembleia Constituinte representarão um importante momento da revolução portuguesa.

O CC do PCP desmente formalmente as acusações de que pretende que as eleições se não realizem. A realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte é de há muitos anos um dos objectivos centrais definidos pelo PCP para a revolução democrática.

2. Defendendo a realização de eleições realmente livres, o PCP sublinha certas disposições da lei eleitoral e certas situações que virão a viciar, em alguns aspectos, a genuidade do voto.

É o que sucede em certas regiões, onde a reacção está ainda em condições de impedir a propagação democrática, onde caciques reacçãoários mantêm uma situação de coacção física, material e moral sobre as populações, onde os comunistas foram excluídos das comissões e operações de recenseamento.

É o que sucede, por exemplo, no Brasil, onde existe uma ditadura reacçãoária ou nos Estados Unidos, onde não foi autorizada a entrada de um enviado do PCP para esclarecer os emigrantes portugueses, ao mesmo tempo que era autorizada para o PS e para o PPD.

Em tais situações, que podem falsear gravemente o resultado as eleições, não se poderá considerar o voto genuíno e livre.

Por isso, o PCP reclama que, até às eleições, se corrigam tais situações irregulares e antidemocráticas. Se não

se corrigirem, devem ser impugnadas e declaradas nulas as votações nas áreas respectivas.

3. O saneamento total das autarquias locais é indispensável para garantir a realização das eleições livres. É lamentável que, já terminado o recenseamento, ainda existam Juntas de Freguesia por sanear, tendo fascistas à sua frente, apesar da influência que efectivamente têm no processo eleitoral. O PCP insiste na urgência do completo saneamento das autarquias locais.

4. A Assembleia Constituinte tem como único objectivo a elaboração da Constituição, ou seja a lei fundamental em que ficarão consagrados os direitos e liberdades dos cidadãos e determinados os poderes do Estado. O PCP chama a atenção para a tendência de meios eleitoralistas que, admitindo a possibilidade duma maioria de direita, se manifestam no sentido de transformar a Assembleia Constituinte numa Assembleia Legislativa e soberana da qual dependeria o governo. O PCP rejeita firmemente tal plano. A Constituinte deve manter-se nos limites da sua missão qualquer que seja o resultado das eleições.

5. Não é de considerar nem seria possível deliberar sobre a futura Constituição, sem ter em conta a opinião do MFA.

O MFA não estará representado na Constituinte, uma vez que nos termos da lei eleitoral apenas os partidos políticos poderão apresentar candidatos a deputados.

É indispensável chegar a acordo e a tempo sobre tal matéria. O PCP, pela sua parte, está pronto a considerar este problema em comum com as outras forças interessadas.

6. A orgânica do novo Estado português consagrada na futura Constituição deverá reflectir, ao nível das instituições, as particularidades da situação e do processo revolucionário em Portugal.

Designadamente é indispensável que apareça institucionalizado o que por tempo difícil de determinar será o eixo social e político da democracia — a aliança Povo-Forças Armadas.

7. Seria extremamente perigoso que as eleições para a Constituinte e os trabalhos desta fossem um momento de rotura da cooperação entre as forças democráticas, e entre estas e o MFA. A desagregação da cooperação das forças democráticas e uma quebra da aliança com o MFA seria o fim do processo democrático. A segurança do processo de democratização política e económica exige que a cooperação e a aliança se mantenham antes, durante e depois das eleições.

8. O CC do PCP encara seriamente a batalha eleitoral.

O CC sublinha que nem sempre nas organizações partidárias tem sido dada a devida atenção ao trabalho de recenseamento, à sua fiscalização, à detecção de irregularidades e às reclamações contra elas, à preparação da campanha eleitoral. Uma grande votação nos candidatos comunistas e um número elevado de deputados comunistas na Assembleia Constituinte, será uma das melhores garantias de instauração dum regime democrático adequado à reali-

dade portuguesa e do prosseguimento do processo revolucionário.

IV. O PORTUGAL DEMOCRÁTICO DE AMANHÃ

1. O PCP lutará firmemente para que no Portugal democrático de amanhã sejam reconhecidas e respeitadas as mais amplas liberdades, entre as quais a de formação e actividade de partidos políticos.

O PCP foi ao longo de quase meio século de ditadura fascista e continua a ser no Portugal democrático de hoje o mais consequente lutador pela liberdade.

Os comunistas conhecem por experiência própria o alto valor da liberdade.

O PCP lutará firmemente para defender as conquistas até hoje alcançadas pela revolução democrática portuguesa.

As campanhas de desinformação e de calúnias contra o PCP só à reacção podem servir. Nas condições existentes em Portugal, não se poderá construir uma sociedade democrática sem o PCP e muito menos contra o PCP. Estar contra o PCP é estar contra a classe operária e contra as massas populares.

A participação activa e responsável do PCP no governo do País é uma sólida garantia de que as liberdades serão asseguradas e defendidas.

2. A democracia política não pode ser instaurada, defendida e edificada sem uma política antimonopolista e antilatifundista.

A própria sobrevivência do poder político democrático exige que seja abatido o poder económico dos monopólios.

Qualquer tentativa para salvar os monopólios, para atraí-los e integrá-los num novo regime democrático não teria em conta as realidades e estaria condenada ao fracasso.

O desenvolvimento económico e a elevação do nível de vida das amplas massas populares dependem da nacionalização de sectores fundamentais da economia nacional, da transformação profunda das estruturas agrárias, da participação viva e entusiástica dos trabalhadores e das amplas massas na construção da nova sociedade democrática.

3. Portugal democrático terá de ser um Portugal independente.

São de rejeitar as pressões que já hoje são feitas sobre Portugal, através da não concessão de créditos, de ameaças económicas, de diligências diplomáticas, de uma propaganda nos meios de informação internacionais, das falsidades mais vergonhosas acerca da situação existente em Portugal.

A conclusão da descolóniação é condição de verdadeira independência do Povo Português.

O desenvolvimento das relações com os países socialistas é um factor do reforço de independência nacional.

A plena independência política de Portugal exige a sua independência económica.

O Povo Português tem pleno direito de escolher livremente e sem intervenções externas o regime social e político que entender.

4. O Portugal democrático de amanhã terá de ser construído, não copiando mecanicamente modelos de outros países, mas encontrando as soluções que respondam às condições concretas da realidade nacional e às características próprias da revolução portuguesa.

Com vistas à solução dos problemas nacionais, as forças revolucionárias portuguesas, têm de estudar atentamente as experiências de outros países, incluindo as dos países socialistas.

O curso democrático desde o 25 de Abril mostra já a originalidade da revolução portuguesa. Para situações originais serão necessárias soluções originais.

Não vivemos a evolução de um regime. Vivemos a construção de um regime novo. O Povo Português construirá a sua própria democracia.

V. APELO À UNIDADE

As forças interessadas no processo revolucionário têm o dever de saber definir o inimigo principal do curso democrático.

Para o PCP, o inimigo principal no plano político é o fascismo e a reacção, no plano económico e social são os monopólios e os latifundiários.

Uma ampla coligação de forças sociais e políticas é necessária e possível para resolver os problemas imediatos e urgentes e para construir um novo Portugal democrático, em que sejam realizadas profundas transformações sociais, abrindo caminho para o socialismo.

Uma coligação não poderá construir o Portugal democrático, se as forças aliadas, em vez de combaterem o inimigo comum, escolhessem os aliados como direcção fundamental dos seus ataques.

Para assegurar a irreversibilidade do processo revolucionário e a construção de um novo regime e duma nova sociedade o que importa fundamentalmente é combater em comum o inimigo principal e comum.

Consciente das suas responsabilidades ante o povo e o país, colocando acima de tudo o objectivo da consolidação das liberdades e da instauração dum regime democrático escolhido pelo próprio povo, o PCP apela para os trabalhadores, para todos os portugueses e portuguesas, para todas as forças populares e democráticas para que unam as suas forças, as suas energias, as suas capacidades, na luta para resolver os problemas urgentes da hora presente, para seguirem unidos até às eleições e para construírem em comum após as eleições um Portugal democrático, pacífico, independente, caminhando para o socialismo.

26 de Janeiro de 1975.

O Comité Central do Partido Comunista Português



CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO PCP

CONT. DA PAG. 1

ou para a esquerda. Nós, os comunistas, vamos para a frente com as classes trabalhadoras e as massas populares do nosso país. Vamos para a frente com todas as forças democráticas que querem participar na construção do novo Portugal democrático, com os partidos democráticos e com o M.F.A. A força motora do processo revolucionário é a aliança das massas populares com as F.A. e nas últimas semanas forçou-se essa aliança. Tudo quanto se possa dizer acerca de uma política não unitária do PCP não tem qualquer fundamento.

O jornalista do «New York Times» quer saber qual a nossa resposta a uma proposta do dr. Mário Soares, tendo em vista um encontro de representantes dos três partidos da coligação com o M.F.A. Naturalmente não estamos de acordo com tal proposta. Este mesmo muito conteúdo por ter o dr. Mário Soares feito em público esta proposta, quando alguns dias antes a tinha eu feito particularmente a ele.

Pergunta o Rádio Clube Português qual a nossa posição em relação a uma propos-

o revolucionário português se pode meter dentro de um vestuário importado do estrangeiro e que não se adapta à realidade portuguesa. Nós temos a nossa própria realidade, os nossos próprios problemas, temos que encontrar as nossas próprias soluções. Admitimos que em alguns países a liberdade sindical se realiza com o pluralismo sindical. Em Portugal, a liberdade sindical realiza-se com um só sindicato, com a unidade.

Quem lutou pela liberdade sindical em Portugal? Nós, os comunistas, durante muitos anos, lutámos pela liberdade sindical. Houve muitos militantes do PCP que passaram longos anos nas prisões por terem lutado, pelos direitos sindicais dos trabalhadores. Quando digo muitos, digo 5, 10, 15, 20 anos. Nos momentos em que nas fábricas, nos sindicatos fascistas lutávamos por sindicatos que defendessem os trabalhadores, não encontramos os que hoje falam da liberdade sindical,

os comunistas, não temos praticamente acesso à televisão. Mas se ela está presente aqui hoje (vozes: Está! Está!) então tenho curiosidade de saber se aquilo que aqui regista passa logo no programa TV. Uma censura anticomunista. E caso para dar os parabéns à televisão por estar aqui presente e não a felicitar nem por mim nem pelos meus. Felicito-a por ela, por ela própria, pela oportunidade que tem de informar mais objectivamente do que até hoje tem feito sobre as actividades e a presença dos comunistas portugueses na vida nacional.

P. — (Emissora Nacional) — **Perante a tentativa de isolamento das forças progressistas por parte do CDS do PPD e PS com o seu aliado esquerdista MRPP e perante a tentativa de divisionismo destes mesmos agrupamentos visando o MFA, qual a posição do PCP?**

R. — Tomo esta pergunta como a repercussão dum opinião muito generalizada no nosso país e não como a opinião pessoal do jornalista que a coloca. Na verdade em Portugal há muito quem e-

R. — Para o PCP a componente popular do processo revolucionário tem de ser um amplo movimento organizado de massas com as raízes mais profundas nas classes trabalhadoras e do nosso povo em geral. A democracia em Portugal não pode ser construída pelo MFA sem esse amplo movimento de massas do nosso povo, assim como o movimento popular não pode por si só, sem o MFA construir a democracia.

E por isso que, ao contrário dos outros, nós sempre sublinhamos que o MFA não podia terminar a sua intervenção na vida política nacional logo a seguir ao 25 de Abril.

Até há pouco tempo nem todos pensavam como nós. Tem havido muitos que gostariam que o MFA se dissolvesse. Tem havido muitos sectores que pensam que o MFA, depois da Assembleia Constituinte devia regressar aos quartéis.

Portanto, quando se puder dizer que não só o PCP mas também o PS tem como objectivos a consolidação dum aliança entre o MFA e o movimento popular, será um grande passo em frente.

P. — (Agência ANI) — **Como encara a institucionalização do MFA?**

R. — Depois do 25 de Abril houve momentos difíceis para as forças revolucionárias. Para nós, comunistas desde o 25 de Abril consideramos que o MFA, como movimento revolucionário de massa e o núcleo da FA (s) é um elemento essencial da revolução democrática portuguesa. Mas durante muito tempo, podemos dizer que entre as forças políticas portuguesas éramos os únicos a defender esta posição e que a ideia comumente defendida pelas outras formações políticas era a dissolução do MFA no seio das Forças Armadas.

P. — (Jornalista americano) — **Quais? Quantos?**

R. — Que hoje se encare a institucionalização do MFA confirma a maneira como nós consideramos o papel deste Movimento na situação portuguesa. O próprio MFA tem declarado através dos seus organismos responsáveis que tem uma missão a cumprir na vida política portuguesa.

O sr. jornalista pode pensar que não compreendi a pergunta, mas compreendi, ainda que possa admitir que a resposta não o satisfaz.

P. — (New York Times) — **Em Lisboa fala-se muito numa guerra civil. Que tem a dizer sobre isto?**

R. — Respondo a essa pergunta com muito gosto. O sr. jornalista diz que em Lisboa se fala muito de guerra civil. Mas eu vivo em Lisboa conheço a opinião de

mentiras, muito menos o conseqüirá hoje que o nosso povo arranca a mordada e nós podemos responder a essas mentiras em liberdade.

Portanto, não há golpe de Estado não haverá guerra civil. Não há aventurismos contra-revolucionários que agitando um pretenso perigo de um golpe comunista pretendem cobrir o seu.

Uma tal tentativa lhes custaria muito caro aos seus autores. Vivemos em liberdade, continuaremos a viver em liberdade em Portugal.

P. — («Primeiro de Janeiro») **Como encara o PCP os incidentes ocorridos no Porto, durante o Congresso do CDS e como classifica aquele partido no contexto político actual? Contra aquilo que por aí se diz e contrariamente ao que o dr. Cunhal proclamou no comité da UEC, não terá estado o comunicado da Faculdade de Engenharia do Porto, dirigido pelo prof. eng. Dias, da DORN, insurgindo-se contra o Congresso do CDS, como rasfílio intencional para liquidar a extrema-esquerda e a direita do CDS na origem dos acontecimentos?**

P. — («Financial Times») **O CDS é considerado como um partido fascista. Pode dar-nos as razões desta consideração? Quantos dirigentes do CDS eram membros da ANP?**

R. — O CDS afirma-se um partido democrático e como tal diz querer respeitar a ordem democrática e querer viver segundo as regras da democracia. No seu plano programático não se vê um ideário fascista mas o que é certo é que a sua organização e a sua actividade polarizam forças conservadoras e reacionárias. Nos órgãos de direcção isso não é visível, mas ao nível das organizações locais, regionais a actividade do CDS em muitos pontos se confunde com a actividade dos antigos elementos fascistas. Há elementos reconhecidos da ANP, que toda a gente conhecia como tal, que hoje estão no CDS. Não digo que o CDS seja um partido fascista, mas de facto grande parte do nosso povo vê o CDS como se fosse um partido fascista.

Na nossa opinião uma vez que eles não fazem abertamente uma propaganda fascista, uma vez que cumpriram as leis democráticas de formação de partidos políticos e registaram segundo os termos da lei o seu partido no Supremo Tribunal da Justiça, consideramos que é um partido que tem o seu direito de exercer a sua actividade política no nosso país.

Ainda que nós compreendamos reacções que possa haver no povo do Porto contra a realização de um tal

citado. Mas consideremos apenas o fundo da questão. Se eu tenho uma ideia exacta da dignificação das palavras, contramanifestação é uma manifestação que se organiza para um confronto



Numerosas emissoras estrangeiras estiveram representadas na conferência

com uma outra e se possível para impedir essa outra. Não se trata disso neste caso. A manifestação organizada pelo PS foi convocada com consignas um pouco diferentes do que a conferência de imprensa desta manhã do dr. Mário Soares. A manifestação foi promovida sob a consigna da luta contra a ditadura... do PCP. Uma manifestação anticomunista em Lisboa, mesmo promovida pelo PS, arrastará atrás de si todas as forças conservadoras e reacionárias, que não deixarão de aproveitar a oportunidade de manifestar uma força mal existente contra o PC.

Mas o povo tem também o direito de se manifestar. Noutro lugar, com todos os cuidados para não fazer uma contramanifestação uma vez que, sabendo que a manifestação organizada pelo PS partia da Rotunda às 18 horas, a manifestação organizada pelo PC e outras organizações é tão democrática que partirá às 19,30 horas a 3 quilómetros de distância, a fim de chegar ao ponto de partida da manifestação socialista quando os socialistas já tiverem desaparecido.

Se as manifestações se realizarem, certamente se verá de um lado a classe operária e as massas populares — e do outro também decerto alguns trabalhadores mas também senhoras que tiraram os casacos de peles e os deixaram em casa. Seria isso uma manifestação anticomunista em Lisboa.

O PS continua no Governo a colaborar com o PC. Estou convencido, e digo sem qualquer ironia, que se vamos no caminho da colaboração das forças democráticas, será possível organizar grandes manifestações em Lisboa onde estejam comunistas e onde estejam também os socialistas. Manifestações contra a reacção, contra os monopólios, contra os inimigos do nosso povo e não contra a classe operária e a sua vanguarda revolucionária — o PCP.

P. — (Agência ANI) — **Na sua conferência de imprensa o PS afirmou que não admitiria qualquer modificação no Governo. Pensa o PCP que a actual composição do Governo corresponde ao avanço do processo? Pensa o PCP que a tomada de posição do PS reflecte uma diminuição de expectativa tudo fazendo depender das eleições?**

R. — Não sei se foi empregada esta expressão de «não admitir». É uma expressão muito forte, porque por vezes diz-se que não se admite e acaba por se admitir e já ouvimos exactamente esta expressão numa situação recente. Significa que se as coisas forem um pouco diferente-mente do que se pensa, que uma pessoa se vai embora?

Vamos lá a eventuais modificações da composição do Governo, que segundo o que aqui vem não seriam admitidas. Nós pelo nosso lado, admitimos que não traga imediatas mudanças no Governo. Mas também admitimos que as haja.

Não se pode dizer que a composição do Governo seja equilibrada. Mesmo que os prognósticos socialistas estejam certos, a proporção das forças políticas no Governo não corresponde à proporção das forças políticas no quadro nacional. O PCP tem um ministro, o PS tem dois ministros socialistas filiados no PS e outros ministros que não sabemos se são ou não filiados, pois há tempos, sendo de uma outra formação — concretamente a S.E.D.S. — declararam publicamente querer aderir ao PS. Há ainda outros ministros, de tendência social-democrata, socialistas, independentes.

Nós não reivindicamos nenhum ministro mais para o Governo e até admitimos que haja neste tantos socia-

listas. Mas compreendemos que possa haver necessidade de uma remodelação ministerial. Iludem-se aqueles que pensam que as forças do processo revolucionário português se traduzem por mais

atrasado da Europa. Nem na indústria nem na agricultura estamos em condições de competir com os países mais desenvolvidos, num mercado sem protecções. Para o melhoramento e o reforço das



Numerosas emissoras estrangeiras estiveram representadas na conferência

um ministro ou menos um ministro.

Queremos um Governo que se entenda, que esteja voltado para a construção de um Portugal democrático, com relações de lealdade e cooperação entre os seus membros, de acordo com a realização de uma política que corresponda às aspirações mais profundas do nosso povo.

P. — (Actualidade económica) **A democracia política necessita de uma democracia económica. Aceitando os monopólios e os latifúndios inserir-se num esquema basicamente capitalista, que reformas destinadas a melhorar o sistema económico capitalista está disposto a propor o PCP?**

R. — O PCP tem o seu programa próprio. Nós, os comunistas, pensamos que para a solução dos problemas económicos nacionais seria necessário a nacionalização da banca privada. Mas, na presente situação portuguesa, com o sistema de alianças democráticas, aceitamos uma plataforma que não prevê a nacionalização de toda a banca privada, mas o reforço do sector da banca do Estado, o estreito controlo da banca privada por parte do Estado e por parte do banco emissor ou seja o Banco de Portugal. No nosso programa para resolver os problemas económicos sociais e políticos em Portugal propomos a liquidização do poder dos monopólios, a nacionalização dos sectores mais importantes da actividade industrial. Mas tendo em conta a coligação das forças democráticas aceitamos uma plataforma que prevê, nos tempos mais imediatos nacionalizações mais limitadas e o controlo por parte do Estado de alguns sectores económicos fundamentais. Em relação à Reforma Agrária e às medidas imediatas que são previstas pela coligação está em elaboração um projecto de emergência do Governo Provisório e eu não quero revelar à imprensa material que ainda está reservado. Mas confio em que este programa do Governo vai responder a algumas das questões que necessitam de resolução urgente.

P. — **Qual é a opinião do PCP sobre a integração de Portugal no Mercado Comum?**

R. — Portugal é o país mais

relações económicas com os países do Mercado Comum são necessários acordos especiais, tendo em conta a situação particular do nosso país.

P. — **Está disposto a participar num debate na televisão com os outros partidos e o MFA sobre o futuro do Programa Democrático? E verdade que se ofereceu para se demitir do Governo se os outros partidos civis da coligação deixassem o Governo? Se é verdade, porque fez tal oferta?**

R. — Não tinha conhecimento de ter feito essa oferta. Quanto ao debate em conjunto, isso depende dos outros partidos e do próprio MFA, mas pensamos que teria interesse um debate na televisão com os responsáveis dos partidos. Teria interesse em condições de igualdade.

Estamos naturalmente muito interessados em poder discutir os problemas nacionais na televisão. Estamos abertos para o confronto de opiniões, o debate entre o nosso povo, entre as forças democráticas e no nosso próprio partido.

Se bem que haja partidos portugueses que dizem e repetem que o PCP é o mais estalinista de toda a Europa, que há uma imposição violenta das opiniões de direcção sobre a base, que se abafam as opiniões discordantes. Eu estou a falar a jornalistas, mas se estivesse numa assembleia do meu Partido e dissesse o que acabo de dizer seria um momento muito divertido.

O PCP é um Partido aberto para as opiniões para as discordâncias para o debate ideológico que não teme.

Reprovamos, e isso o dizemos, a falsificação dos factos, a mentira e a calúnia. A discussão ao debate ao confronto de opiniões estamos sempre prontos.

E parece que o nosso povo não nos entende mal. O nosso Partido não é um partido de professores que ensinam o povo. E com a classe operária é com o povo que os comunistas com todas as suas forças, todo o seu saber, continuam ainda hoje, a procurar ajudar o povo com a sua experiência, mas em cada dia a aprender com a classe operária e com as massas populares. Cremos que compreendemos o nosso povo e que ele nos compreende a nós.



No final da conferência de imprensa, numerosas pessoas concentraram-se à porta do C.T. de Alcântara saudando os dirigentes do PCP

ta do outro partido da coligação, o PPD, acerca de uma aliança com o PCP para depois das eleições. Se se compreende por aliança a continuação dum Governo de coligação, é caso para perguntar porque é que a pergunta é feita, pois o PCP nunca pôs em causa a coligação governamental. Mas eu creio que a pergunta tem, apesar disso, particular interesse, porque significa que aqueles que quiseram em causa a coligação estão dispostos a continuar nela.

Não quero dizer que os bons filhos à casa tomam. Mas, depois das ameaças de saírem do Governo, os que defendem a unidade das forças democráticas portuguesas têm razões para se sentir satisfeitos deste regresso.

Estas dificuldades surgiram com a chamada unidade. Como sabem, a este propósito fez-se muito barulho, mas parece que no fim de contas a unidade não é tão má como a pintavam. Estou convencido, estou certo mesmo, de que os trabalhadores socialistas, os trabalhadores comunistas, mesmo os trabalhadores PPD (admito que os haja), todos podem conviver dentro dos sindicatos, de forma a que os trabalhadores portugueses de todas as tendências possam em conjunto defender os seus interesses.

A unidade é uma boa decisão. É uma consagração legítima da liberdade sindical. Os trabalhadores portugueses podem livremente gerir os seus sindicatos, decidir a sua orientação, escolher livremente os seus dirigentes, sem estarem nem submetidos a partidos nem submetidos ao Governo, nem submetidos ao patronato. Com o chamado pluralismo sindical, os trabalhadores portugueses deixariam de ter a verdadeira liberdade sindical. Haveria mais sindicatos, cada qual comandado ou por um partido político ou mesmo pelo patronato. Em cada sindicato já não haveria essa liberdade de escolha, essa liberdade de decisão. Seria o enfundamento a uma entidade de «controlo». Portanto, os trabalhadores portugueses vão viver e lutar brevemente dentro dos seus sindicatos.

Os socialistas vão sentir-se bem dentro desses sindicatos. Aliás, eles já estão tão contentes pelo sucesso que tiveram numa eleição sindicais que lhes dedicam um artigo a várias colunas no seu jornal. Como se vê, nos sindicatos unificados não há só motivos de tristeza, também há motivos de alegria para os nossos amigos socialistas.

Estamos contentes por ter passado esta grande temperatura. Sem dúvida que há divergências. Qual é a fundamental?

Para nós, comunistas, em Portugal vive-se uma revolução. Vive-se e faz-se. Mas há algumas forças políticas que consideram que o processo re-

sem que alguma vez a tenham defendido no tempo do fascismo.

Os trabalhadores portugueses, com os comunistas à sua frente, lutaram pelas liberdades sindicais, conquistaram as liberdades sindicais, institucionalizaram essas liberdades.

Temos e teremos também em Portugal liberdade de imprensa, liberdade de reunião, liberdade de manifestação, a liberdade de constituição de partidos políticos. Não somos nós que queremos arrear as forças democráticas do campo político, mas aconselhamos a perguntar a todas as outras formações políticas — se possível em privado — se estão dispostas a reconhecer ao PCP os mesmos direitos que dizem reconhecer a todas as formações políticas no Portugal democrático de amanhã.

Estamos profundamente decididos, juntamente com a classe operária, com os trabalhadores, com as massas populares, com as forças democráticas do nosso país em aliança estreita com o MFA, a construir uma sociedade democrática onde o nosso povo viva em liberdade, onde rozeem de amplas liberdades todos aqueles que queiram viver as liberdades, respeitar as liberdades e defender as liberdades.

Isto é no momento o fundamental nas nossas relações com as outras forças políticas.

Não pode haver democracia política em Portugal sem haver democracia económica. Não se pode construir uma democracia em Portugal sem atingir o poder dos monopólios e dos latifundiários. Neste aspecto também há divergência de opinião entre nós e os outros partidos da coligação. O desenvolvimento económico do País tropeça no poder dos monopólios.

Chegará o dia em que os portugueses, mesmo sem serem comunistas, mesmo sem serem socialistas verão que para fazer sobreviver a própria liberdade é essencial limitar e depois liquidar o poder dos monopólios e dos latifundiários.

Depois destas considerações diversas, que respondem em termos gerais a algumas das perguntas feitas, vou responder às outras perguntas dos senhores jornalistas.

P. — (Araújo Neto) — **«Jornal do Brasil» — Hoje o PS num comunicado à imprensa, pela voz do seu secretário-geral que é também seu colega de Governo, acusou o PCP de estar em vias de fazer um jogo antidemocrático e de monopolizar os meios de comunicação, sobretudo a Televisão. O que tem a dizer sobre este problema?**

R. — Eu aconselharia os nossos amigos estrangeiros a fazer um inquérito sincero com um bo. Porquê da nossa parte,

a situação tal como é traduzida nesta pergunta. Creio que a pergunta é em si mesma a resposta, quer dizer, que nos últimos tempos existem em vários sectores da vida social e política portuguesa pequenas santas alianças contra o PCP. Vemos em luta contra o PCP diversos sectores políticos dos mais variados, pretendendo isolar o PCP e se possível fazer o PCP sair do Governo. E isso não significaria apenas a saída do

o sr. jornalista pode pensar que não compreendi a pergunta, mas compreendi, ainda que possa admitir que a resposta não o satisfaz.

P. — (New York Times) — **Em Lisboa fala-se muito numa guerra civil. Que tem a dizer sobre isto?**

R. — Respondo a essa pergunta com muito gosto. O sr. jornalista diz que em Lisboa se fala muito de guerra civil. Mas eu vivo em Lisboa conheço a opinião de



Além do camarada Alvaro Cunhal, estiveram presentes na conferência de imprensa os camaradas Octávio Pató e Dias Lourenço

Governo, mas o começo de um processo que conduziria à limitação da liberdade de acção do PCP.

E necessário dizer com toda a clareza que não há em Portugal democracia possível sem o PCP e que aqueles que querem isolar o PCP correm o risco de se isolarem a eles próprios de se isolarem da classe operária e das amplas massas populares do nosso país.

Já salientei que em Portugal existem as forças democráticas, os partidos políticos e o MFA. O MFA tem um papel a cumprir não só até às eleições como para além delas.

P. — (Jornal do Brasil) — **De que modo o PCP aceita ou recomendaria que se procedesse à institucionalização do MFA?**

R. — Esta institucionalização será necessária, mas é ao próprio MFA que cabe decidir nesta matéria.

P. — (RTP) — **O PCP e o PS têm um objectivo comum: a consolidação dum aliança entre o MFA e os partidos da coligação. Quais as divergências para a concretização deste objectivo?**

muitos milhares de pessoas e não vejo que os lisboetas estejam a pensar numa guerra civil. Mas sei que há quem fale de guerra civil. Não é o povo português mas forças que não querem um regime democrático em Portugal, são os fascistas, são os reacionários. Só desse lado pode vir a afirmação de que em Lisboa se fala da guerra civil, se tem medo da guerra civil.

Essa afirmação está ligada a uma outra que aparece na propaganda fascista e contra-revolucionária — a afirmação de que o PCP está a preparar um golpe. Para tomar o Poder, para liquidar as liberdades, para impor uma nova ditadura.

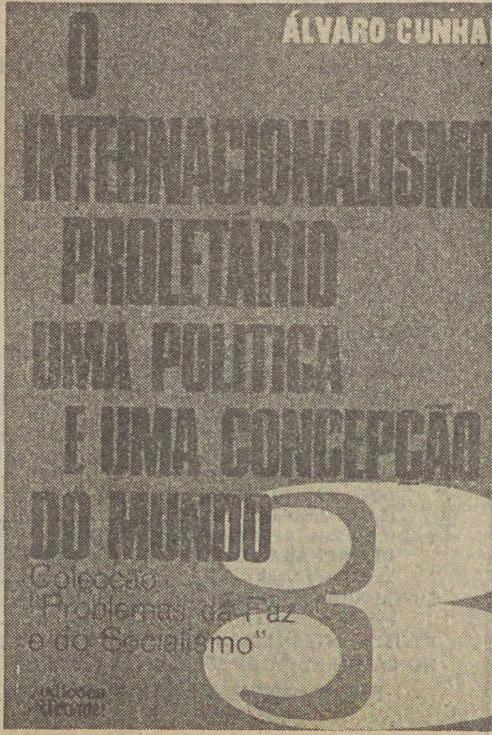
Só isto.

Nós, comunistas, infelizmente, estamos habituados a calúnia e a mentira, pois durante quase meio século a ditadura fascista utilizava essas armas para justificar a violenta separação contra os comunistas. Mas se no tempo do fascismo, apesar da PIDE, das torturas dos assassínios, das longas condenações, o fascismo não conseguiu enganar o nosso povo com as suas calúnias e

congresso na cidade condenamos severamente a tentativa, que acabou por resultar, de impedir a realização deste congresso. Sublinhamos que esta tentativa não foi do povo do Porto. Trata-se de uma acção provocatória, contrária aos interesses da democracia no nosso país, que serve à propaganda da reacção e que, pela forma como foi desenvolvida, pela maneira como foi executada, pela propaganda que imediatamente se fez em volta deste caso, tem a marca da conspiração contra-revolucionária associada uma vez mais com muitas vezes depois do 25 de Abril, com grupos esquerdistas irresponsáveis e com a contra-revolução internacional.

P. — (Jornal Litoral) — **Es-panha) — Esta manhã o sr. Soares qualificou a manifestação organizada para o dia 31 pelo PC, MDP, etc., como uma contramanifestação à organizada pelo PS. Que pensa a respeito disto o sr. Cunhal?**

R. — Só conheço esta afirmação do dr. Mário Soares pela pergunta do jornalista, pelo que não posso tornar a responsabilidade pelo texto



SESSÕES DE ESCLARECIMENTO

Prosseguindo na realização das sessões de esclarecimento que habitualmente vem efectuando, o nosso Partido não esqueceu a zona de Trás-os-Montes, onde o caciquismo ainda impera, sendo de salientar que, após as sessões efectuadas, de imediato os grandes senhores feudais levam a cabo campanhas anti-comunistas.

Assim, neste fim-de-semana, realizaram-se três sessões nas seguintes localidades do distrito de Bragança:

SENDIM

(Miranda do Douro) Constituiu grande êxito em toda região uma sessão de esclarecimento realizada pelo nosso Partido em Sendim, na qual participaram mais de 100 agricultores.

A discussão desenvolveu-se essencialmente em torno de problemas da região, nomeadamente o vinho, a amêndoa e a pecuária. Tiveram grande receptividade as conclusões da Conferência de Camponeses, principalmente no que se refere a estes problemas. A discussão prolongou-se, ainda, em torno das Associações de Pequenos e Médios Agricultores.

CARRAGOSA (Bragança)

Promovida pela comissão Concelhia de Bragança do nosso Partido, teve lugar uma reunião de agricultores em Carragosa que contou com a participação de trinta pessoas.

Após uma breve introdução acerca do nosso Partido, do nosso programa, concretamente no que se refere à Plataforma de Emergência, passou a discutir-se os problemas agrícolas mais difíceis da região. Foi divulgada a Conferência dos Camponeses do Norte e anunciada o Encontro de Camponeses em Bragança no próximo dia 9, e a Conferência dos Camponeses do Norte, no dia 16.

O desejo de ver marcada uma nova reunião próxima é prova da receptividade das propostas apontadas pelo nosso Partido. Nessa nova reunião lançar-se-ão os primeiros passos para a criação de uma Associação de Pequenos e Médios Agricultores.

MOIMENTA (Vinhais)

Na escola primária da localidade realizou-se uma sessão de esclarecimento promovida pela Comissão Concelhia de Bragança do Partido Comunista Português. Nela participaram cerca de oitenta pessoas, algumas das quais de aldeias vizinhas.

Bastante receptiva, a assistência colaborou na discussão de temas agrícolas,

principalmente do problema da batata, cereais, baldios, pecuária e de outros temas, como ensino, saúde, etc.

BEJA

Entretanto, no distrito de Beja, realizaram-se, ultimamente, as seguintes sessões: Algodor, com 100 pessoas; Plas, com 250 pessoas; Cabeça Gorda, com 200 pessoas; A-dos-Fernandes, freguesia de Gomes Aires, com 200 pessoas; S. Marcos de Ataboeira, Aldeia da Amoreiras; Sabóia, com 300 pessoas; Relíquias, com 500 pessoas; Montes Velhos, com 200 pessoas; e Corte do Pinto, com 400 pessoas. Nestas sessões de esclarecimento foram abordados diversos assuntos, nomeadamente a reforma agrária, a situação política, o recenseamento eleitoral, o desemprego, problemas sindicais e a Liga dos Pequenos Agricultores.

PEDRÓGÃO GRANDE

Promovida pela comissão distrital de Leiria, realizou-se, no domingo passado, uma sessão de esclarecimento na Casa do Povo de Pedrógão Grande. Abriu a sessão o camarada Cid Pires, da comissão distrital de Leiria, e em seguida, usaram da palavra os camaradas Osvaldo de Castro e Joaquim Carneira, ambos da DOROR. No período de diálogo com a assistência foram abordados o problema agrícola, a unidade sindical, a campanha anticomunista.

CASTANHEIRA DE PÉRA

Na sala de convívio do Sindicato dos Lanfícios efectuou-se, no domingo, à tarde, uma sessão de esclarecimento do nosso Partido, promovida pela comissão distrital de Leiria. No debate intervieram os camaradas José Luís e Cid Pires, da comissão distrital de Leiria, e em seguida, usaram da palavra os camaradas Osvaldo de Castro e Francisco Lanchinha, todos da DOROR, e Maria Adelaida da comissão distrital de Leiria.

No final, verificaram-se várias inscrições no nosso Partido.

Eleições em BRINCHES

Nesta freguesia do concelho de Serpa realizaram-se no dia 12, novas eleições para a Junta de Freguesia. A semelhança de outras freguesias do mesmo concelho, concorreram as listas dos três partidos da coligação e, também nesta freguesia, o Partido Comunista obteve os melhores resultados eleitorais, vindo dois dos seus representantes a encabeçarem a nova Junta de Freguesia e que são José Arménio Carvalhal e João das Neves Ramos.

AVANTE POR UMA AMPLA CAMPANHA DE FUNDOS!

A Campanha de Fundos desenvolvida por organizações do nosso Partido no concelho de Lisboa tem-se revestido de grande êxito. A experiência do Partido neste campo, durante os tempos da feroz ditadura fascista, não faziam, aliás, prever outra resposta da classe operária e de outras camadas de trabalhadores na solidariedade relativamente às nossas organizações. Hoje como outrora, a classe operária e amplas camadas populares demonstram a sua capacidade de iniciativa quando se trata, também, de auxiliar o nosso Partido, cujos recursos económicos advêm unicamente das quotas dos seus militantes e das contribuições voluntárias.

Só um Partido profundamente enraizado nas massas trabalhadoras e no povo pôde e pode actuar em condições de eficácia como tem acontecido com o nosso Partido. Porque os trabalhadores estão com o nosso Partido, porque ele se tornou para milhares de portugueses o Partido da esperança, a Campanha de Fundos tem sido acolhida com entusiasmo.

Num momento em que as condições de vida dos trabalhadores portugueses são ainda de difícil sobrevivência, a resposta à Campanha de Fundos é um índice indubitável do grau de consciencialização das massas populares.

A receptividade à Campanha de Fundos não pode, no entanto, limitar-se ao concelho de Lisboa. Em cada local de trabalho, em cada bairro e freguesia, urge intensificar esta campanha. Ao contribuir para o Partido Comunista Português, vanguarda da classe operária, os trabalhadores aumentam a sua força e a sua capacidade de acção na construção do processo democrático.

Avante, pois, por uma ampla Campanha de Fundos!

AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES NO DISTRITO DE BRAGANÇA

Transcrevemos seguidamente um documento elaborado pela Comissão Distrital de Bragança do nosso Partido, em que se faz uma profunda e clara análise acerca das condições em que se vão efectuar as próximas eleições.

O Partido Comunista Português está interessado em que as próximas eleições para a Assembleia Constituinte sejam livres. Consideramos eleições livres aquelas em que os eleitores se mostram verdadeiramente esclarecidos e tenham a liberdade de votar no Partido da sua confiança.

Não consideramos eleições livres as eleições votarem num Partido ao acaso ou se apenas forem informados (bem ou mal) acerca das intenções de um ou outro Partido. Esta escolha não será consciente e, portanto, livre.

Considerando que: — a população do Distrito de Bragança, ao longo de 48 anos sempre foi negado o voto, a opinião, o esclarecimento e a discussão política;

— grande parte das populações ainda se sentem subjugadas pelos interesses e vontade dos «donos» da aldeia;

— dada esta situação de dependência, o esclarecimento político feito pelos partidos políticos não tem sido suficiente para a criação de uma consciência política independente, durante o recenseamento, distribuída propaganda do CDS; Comissões de Recenseamento houve, como a de Grilj (Macedo de Cavaleiros) que recebiam os boletins de recenseamento em casa de cada elemento da mesma;

— apesar da criação de Comissões de Verificação do Recenseamento, cujo prazo concedido para essa verificação deveria decorrer do dia 21 de Janeiro, essas Comissões apenas foram constituídas no dia 17, por só no dia 16 ter sido dado conhecimento aos Partidos Políticos que as iriam formar;

— a Comissão Distrital de Bragança do Partido Comunista Português não tem dúvida ao assegurar que, com esta situação, as próximas eleições não serão, no Distrito de Bragança, o reflexo da vontade dos interesses das populações. Não serão, portanto, livres.

do Partido político segundo as conveniências desses senhores. São exemplos, entre outros, o dr. Pires Pelto, que, servindo-se da sua posição socioprofissional, procurou compelir as pessoas a aderir a votar no Partido fascista a que pertenceu; as homilias do senhor padre Ribeiro, de Mirandela, que aconselhando os seus paroquianos a recusarem-se, mas que aguardassem orientação sua para votar; o pároco de Castolões (Macedo de Cavaleiros), que disse à população que antes da votação o senhor bispo diria em quem deviam votar; os senhores padres Adérito, de Vimioso, Harulano, de Vinhais (Macedo de Cavaleiros), e o da Freguesia de Podence, etc., que, aconselhando a sua respectiva missão evangélica, entregam às mais descaradas práticas antidemocráticas;

— campanhas de difamação e calúnias aos comunistas e ao PCP são orquestradas pelos ditos «senhores» tal como no tempo do fascismo terrorista, chegando-se ao ponto de ameaçar e agredir quem se suspeite ser comunista, como aconteceu em Lamas de Podence (Macedo de Cavaleiros);

— a frente de 78% das Juntas de Freguesia do Distrito, ainda se encontram as mesmas pessoas de antes de 25 de Abril, isto é, da confiança do Governo depositado;

— em muitas freguesias não foram afixados, no tempo regulamentado por lei, os nomes dos componentes das respectivas Comissões de Recenseamento;

— no pluripleno, os presentes aprovaram as conclusões das diferentes secções, decidindo enviá-las ao ministro sem pasta Álvaro Cunhal, ao ministro Melo Antunes, ao secretário de Estado da Agricultura e ao secretário de Estado de Abastecimento e Preços, pois consideram os camponeses que a futura legislação relativa aos problemas do sector agrícola não pode ignorar a opinião dos que trabalham a terra.

— em muitas freguesias não foram afixados, no tempo regulamentado por lei, os nomes dos componentes das respectivas Comissões de Recenseamento;

— no pluripleno, os presentes aprovaram as conclusões das diferentes secções, decidindo enviá-las ao ministro sem pasta Álvaro Cunhal, ao ministro Melo Antunes, ao secretário de Estado da Agricultura e ao secretário de Estado de Abastecimento e Preços, pois consideram os camponeses que a futura legislação relativa aos problemas do sector agrícola não pode ignorar a opinião dos que trabalham a terra.

— em muitas freguesias não foram afixados, no tempo regulamentado por lei, os nomes dos componentes das respectivas Comissões de Recenseamento;

— no pluripleno, os presentes aprovaram as conclusões das diferentes secções, decidindo enviá-las ao ministro sem pasta Álvaro Cunhal, ao ministro Melo Antunes, ao secretário de Estado da Agricultura e ao secretário de Estado de Abastecimento e Preços, pois consideram os camponeses que a futura legislação relativa aos problemas do sector agrícola não pode ignorar a opinião dos que trabalham a terra.

MÚSICOS COMUNISTAS

A Célula dos Músicos da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português realiza, na próxima segunda-feira, dia 3, pelas 9 e 30 horas, no Centro de Trabalho de Alcântara, uma conferência de imprensa, para apresentação de um manifesto e divulgação de diversas

SEARA NOVA Proletariado Revolucionário, Luta de Classe e Nova Intelectualidade por Augusto Costa Dias. A Construção da Democracia. Oito Meses Depois do 25 de Abril. Dividir para Reinar por Alberto Pedrosa. Unidade Pluralismo Sindical por Albano Lima. Bento Gonçalves e o 18 de Janeiro de 1934 por Fernando Guerreiro. O Poder Popular de Cuba

ENCONTRO DE CAMPONESES DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO

O Partido Comunista não pretende ensinar os camponeses. Pretende por um lado transmitir-lhes a sua experiência e por outro lado, aprender com eles e se tomou a iniciativa deste Encontro não é porque tenhamos soluções para vos apresentarmos, mas porque queremos saber das vossas bocas quais são os problemas dos campos, e quais são no vosso entender também as soluções para esses problemas.

Este é o espírito com que têm sido promovidas as conferências e encontros dos camponeses, uma das camadas da população portuguesa, cujas condições de vida têm sido das mais adversas. Esta a intenção compreendida pelos camponeses que participando nestes Encontros, têm demonstrado a sua capacidade de análise através das soluções propostas para a melhoria da situação das camadas laboriosas dos campos.

Tal como em anteriores encontros, também no I Encontro de Camponeses do Distrito de Castelo Branco, promovido pela Comissão Distrital do nosso Partido, com a participação de 250 camponeses, a troca de experiências entre o Partido e os camponeses constituiu um frutuoso e positivo trabalho a seguir noutras zonas do país.

A opinião dos que trabalham a terra não pode ser ignorada

Realizado no passado dia 26, pelas 13 horas, na Escola do Magistério Primário em Castelo Branco, os temas discutidos no I Encontro de Camponeses do Distrito inseriram-se na problemática comum a toda a camada camponesa do País: Arrendamento rural, baldios; assalariados agrícolas; sindicatos; segurança social; Associações de pequenos e médios agricultores, cooperativas agrícolas de produção e comercialização, segurança social, liquidação dos Grémios da Lavoura e suas federações. Preços e comercialização dos produtos para a agricultura.

Iniciados os trabalhos por um plenário em que interviu o camarada António Bica, da DOROR, Direcção da Organização Regional da Beira, do nosso Partido, os camponeses dividiram-se pelas diferentes secções nas quais participaram vivamente, em particular, nas questões relativas a arrendamento rural, baldios e segurança social.

No plenário de encerramento do camarada Bento da DOROR salientou as características positivas das intervenções dos camponeses insistindo na necessidade de promover frequentemente, encontros deste género.

Nesse plenário, os presentes aprovaram as conclusões das diferentes secções, decidindo enviá-las ao ministro sem pasta Álvaro Cunhal, ao ministro Melo Antunes, ao secretário de Estado da Agricultura e ao secretário de Estado de Abastecimento e Preços, pois consideram os camponeses que a futura legislação relativa aos problemas do sector agrícola não pode ignorar a opinião dos que trabalham a terra.

Arrendamento rural ao serviço dos pequenos camponeses

Entre as conclusões relativas a Arrendamento Rural,

salienta-se a insistência em que os contratos de arrendamento sejam reduzidos a escrito, devendo o Estado, através do I. R. A., promover a elaboração de contratos-tipo, cuja duração mínima será de um ano com renovação dependente da vontade dos arrendatários se estes cumprirem o contrato; o respeito pelo direito do rendeiro a decidir dos cultivos desde que estes não prejudiquem a fertilidade da terra; o direito a indemnizações pelas benfeitorias; o direito de os rendeiros cederem a sua posição a filhos e outros descendentes assim como a cooperativas agrícolas de produção; a proibição de subarrendamento; a eliminação de qualquer limite de área nas disposições da lei de arrendamento rural; a centralização da oferta de terras para arrendar ser confiada a organismos imparciais em cada concelho; estabelecimento de rendas fixas e em dinheiro, sujeitas a revisão periódica pela lei; extinção das formas de partecia; criação de um forte imposto anual a terras incultas ou mal aproveitadas a pagar por quem as explore; promulgação imediata de uma lei que permita a apropriação dos latifundiários à medida que surja iniciativa por parte das populações nesse sentido e em cada local; necessidade de alterar a redacção do art.º 18 do projecto de lei neste sentido: «Os proprietários arrendatários e subarrendatários gozarão direito de preferência no arrendamento de prédios limítrofes daqueles que sejam objecto de exploração sua, desde que a área destes últimos não exceda 30 hectares, tratando-se de explorações individuais; no caso de explorações de tipo cooperativo esse limite considerará-se multiplicado pelo número de associados.» Ainda neste ponto, e à semelhança das aspirações de camponeses de outras zonas do País, concluiu-se que a lei de arrendamento rural deverá ter efeitos retroactivos a partir de 25 de Abril.

Os baldios foram mais uma vez reconhecidos como propriedade colectiva inalienável dos povos. Devem, portanto, ser restituídos aos utentes, detectando-se as apropriações abusivas por proprietários que os concentram; sancionando-se os funcionários que interferiram na administração dos baldios, atentando contra os direitos do povo; constituir-se associações de utentes dos baldios; deve ser promulgada legislação que garanta o melhor aproveitamento económico e social de todos os terrenos da montanha, baldios ou particulares; o Governo não deverá aprovar os projectos de restituição dos recursos sem ouvir as associações interessadas; deverá ser assegurado o apoio técnico e financeiro por parte do Estado e garantida a efectiva participação popular nas decisões e a administração mista; incentivar uma campanha de esclarecimento sobre os baldios. Quanto à comercialização de madeiras, optou-se por considerar que compete ao Estado tomar medidas mais adequadas para o estabelecimento dos preços das matérias-primas, devendo o Estado intervir no sentido de garantir o seu escoamento e desmantelar os grandes intermediários, nomeadamente a MADEIPER.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Segurança social, necessidade premente dos camponeses. A segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos. Como conclusões afirmou-se a urgência de intervir no sentido de assegurar a segurança social, domínio ignorado pelos camponeses abandonados aos seus parcos recursos, constitui uma das necessidades mais prementes da população trabalhadora dos campos.

Os assalariados agrícolas do distrito, que enfrentam dificuldades relativamente à organização sindical, conluir na sua secção a urgência em promulgação de medidas legislativas que regulamentem o seu trabalho, pondo termo aos horários generalizados de 10 a 16 horas, impondo o pagamento de salário mínimo e de horas extraordinárias. Concluíram ainda da necessidade de serem integrados no esquema geral da Previdência com direito a todos os seus benefícios, garantia de instalações com o mínimo de condições de habitabilidade e higiene para os trabalhadores deslocados, concessão da carta de condu-

ção a tractoristas analfabetos com experiência profissional de vários anos. Tal como os pequenos e médios agricultores, os assalariados agrícolas consideram que os terrenos incultos devem ser confiscados pelo Estado que os deve entregar a quem os queira trabalhar.

As conclusões expressam a determinação da população trabalhadora dos campos em participar na resolução dos problemas do sector agrícola. E se não se tomar em conta esta determinação, e as análises a que procedem de uma realidade que profundamente conhecem, não poderão alcançar-se soluções válidas capazes de mobilizar os camponeses para a intervenção democrática.

Assim, foi levantado um alerta para o facto do recenseamento para a Assembleia Constituinte se vir a realizar em condições que forcem anomalias e irregularidades, que em nada favorecem a seriedade e representatividade destas eleições. Com particular destaque para a exigência dos prazos que obrigam a um trabalho extenuante e abnegado de milhares de democratas, muitos deles militantes do PCP e do MDP, que se têm visto sem apoio e sem meios técnicos capazes e isto apesar de várias vezes terem solicitado. Paralelamente a esta situação apontaram — no que se refere às dificuldades em meios técnicos e humanos e aos prazos disponíveis, entendeu o Governo Civil do Porto (por sugestão do MDP, que queremos supor) que começa a reorganizar a comissão de recenseamento no que não previsto na lei; ca-

Não comunicamos distribuído e discutido no decorrer daquela conferência de imprensa, e em que a referida comissão técnica expõe toda esta situação, adianta-se: Não podemos concordar. Como não podemos concordar com a ameaça de aplicação de multas aos elementos das comissões de recenseamento que, recusando tal expediente, não consigam cumprir os prazos.

Também uma outra questão ali foi ponto de análise. Um saneamento sério e fiscalizado é uma exigência imprescindível para a realização de eleições livres, como sempre o defenderam as forças democráticas durante o fascismo, apontaram. E, a prosseguir. A dois dias da exposição pública dos cadernos definitivos, as comissões de recenseamento não possuem os elementos nominais de acordo com a lei para proceder à eliminação dos cadernos de alguns milhares de fascistas activos e passivos, dirigentes de organizações, informadores ou prestadores de serviços da PI DE/DGS, redes de buros nas empresas, outros provocadores da legião, etc., etc. — homens e mulheres que espilaram, denunciaram, levaram à prisão, à tortura e à fome milhares e milhares de trabalhadores e anti-fascistas portugueses.

E perguntam: Como é possível, nestas condições, para uma comissão de recenseamento com um mínimo de honestidade «deber» a cores de dirigentes de eleições activa de um inscrito? Esta situação é grave e não se compadecia com atropelos. Urge resolvê-la! É urgente que sejam entregues às comissões de recenseamento e tornadas públicas as listas de indivíduos sem capacidade eleitoral de modo a serem imediatamente excluídos dos cadernos eleitorais!

No dia 12 deste mês o presidente da Junta de Freguesia de Fiães, Germano de Andrade, depois de se ter comprometido perante o PCP a ceder a chave da Casa do Povo para uma sessão de esclarecimento, deu o dito não dito e incitou, com a sua atitude, um grupo de mulheres a actos de provocação a que não faltavam os gritos de «Morram os comunistas!», «Abaixo o comunismo!», «Viva o PPD!». Associaram-se a isto provocadores notórios da terra e até inocentes crianças foram «mobilizadas» para desfilar com cartazes onde se lia: «Viva o PPD!», «Viva Cristo!», «Morte ao comunismo!». Não contentes com tal, procuraram impedir a sessão, que apesar de tudo se realizou. Interrompendo-a com frequentes gritos e batendo com paus em latas.

No dia 11 de Janeiro, militantes do PCP que se preparavam para dar início a uma sessão de esclarecimento em Oliveira do Conde foram surpreendidos pelo toque a rebato do sino da igreja e por gritos de elementos reacçãoários que, apopléticos, berzavam: «Vem aí os comunistas!». O desatado teve proporções tais que obrigou a interrupção da sessão e à intervenção das forças das autoridades, que não escaparam, elas próprias, às provocações e insultos.

Também no dia 11, militantes do PCP que desenhavam nas ruas de Ovar a foice e o martelo e procediam à colagem de cartazes, foram provocados com palavras insultuosas por um grupo de indivíduos que, pouco depois, destruíam os cartazes.

Três casos. Mas três casos que não são isolados. Três casos que têm a ligá-los um único fio condutor. Quem está por detrás destes actos são os mesmos que estão por detrás de todas as ofensivas da reacção, da reacção que em 28 de Setembro mostrou a sua verdadeira face, da reacção, que hoje tem por alvo «principal o PCP», diz no comunicado da Comissão Concelhia de Ovar do PCP.

As organizações do PCP do distrito da Guarda, do distrito de Viseu e de Ovar, em comunicados, separados, sobre estes acontecimentos, apelam à unidade no combate à reacção e são unânimes nas suas «fortes reservas quanto à possibilidade de um efectivo e «clareamento político do povo das suas regiões» e rejeitam que os «condicionalismos e as pressões a que ele está sujeito, limitem a verdadeira política do acto eleitoral que se aproxima, que pela sua importância tem de ser a expressão livre e consciente da vontade do povo.

As organizações do PCP do distrito da Guarda, do distrito de Viseu e de Ovar, em comunicados, separados, sobre estes acontecimentos, apelam à unidade no combate à reacção e são unânimes nas suas «fortes reservas quanto à possibilidade de um efectivo e «clareamento político do povo das suas regiões» e rejeitam que os «condicionalismos e as pressões a que ele está sujeito, limitem a verdadeira política do acto eleitoral que se aproxima, que pela sua importância tem de ser a expressão livre e consciente da vontade do povo.

As organizações do PCP do distrito da Guarda, do distrito de Viseu e de Ovar, em comunicados, separados, sobre estes acontecimentos, apelam à unidade no combate à reacção e são unânimes nas suas «fortes reservas quanto à possibilidade de um efectivo e «clareamento político do povo das suas regiões» e rejeitam que os «condicionalismos e as pressões a que ele está sujeito, limitem a verdadeira política do acto eleitoral que se aproxima, que pela sua importância tem de ser a expressão livre e consciente da vontade do povo.

As organizações do PCP do distrito da Guarda, do distrito de Viseu e de Ovar, em comunicados, separados, sobre estes acontecimentos, apelam à unidade no combate à reacção e são unânimes nas suas «fortes reservas quanto à possibilidade de um efectivo e «clareamento político do povo das suas regiões» e rejeitam que os «condicionalismos e as pressões a que ele está sujeito, limitem a verdadeira política do acto eleitoral que se aproxima, que pela sua importância tem de ser a expressão livre e consciente da vontade do povo.

As organizações do PCP do distrito da Guarda, do distrito de Viseu e de Ovar, em comunicados, separados, sobre estes acontecimentos, apelam à unidade no combate à reacção e são unânimes nas suas «fortes reservas quanto à possibilidade de um efectivo e «clareamento político do povo das suas regiões» e rejeitam que os «condicionalismos e as pressões a que ele está sujeito, limitem a verdadeira política do acto eleitoral que se aproxima, que pela sua importância tem de ser a expressão livre e consciente da vontade do povo.

ção a tractoristas analfabetos com experiência profissional de vários anos. Tal como os pequenos e médios agricultores, os assalariados agrícolas consideram que os terrenos incultos devem ser confiscados pelo Estado que os deve entregar a quem os queira trabalhar.

As conclusões expressam a determinação da população trabalhadora dos campos em participar na resolução dos problemas do sector agrícola. E se não se tomar em conta esta determinação, e as análises a que procedem de uma realidade que profundamente conhecem, não poderão alcançar-se soluções válidas capazes de mobilizar os camponeses para a intervenção democrática.

Não comunicamos distribuído e discutido no decorrer daquela conferência de imprensa, e em que a referida comissão técnica expõe toda esta situação, adianta-se: Não podemos concordar. Como não podemos concordar com a ameaça de aplicação de multas aos elementos das comissões de recenseamento que, recusando tal expediente, não consigam cumprir os prazos.

Também uma outra questão ali foi ponto de análise. Um saneamento sério e fiscalizado é uma exigência imprescindível para a realização de eleições livres, como sempre o defenderam as forças democráticas durante o fascismo, apontaram. E, a prosseguir. A dois dias da exposição pública dos cadernos definitivos, as comissões de recenseamento não possuem os elementos nominais de acordo com a lei para proceder à eliminação dos cadernos de alguns milhares de fascistas activos e passivos, dirigentes de organizações, informadores ou prestadores de serviços da PI DE/DGS, redes de buros nas empresas, outros provocadores da legião, etc., etc. — homens e mulheres que espilaram, denunciaram, levaram à prisão, à tortura e à fome milhares e milhares de trabalhadores e anti-fascistas portugueses.

E perguntam: Como é possível, nestas condições, para uma comissão de recenseamento com um mínimo de honestidade «deber» a cores de dirigentes de eleições activa de um inscrito? Esta situação é grave e não se compadecia com atropelos. Urge resolvê-la! É urgente que sejam entregues às comissões de recenseamento e tornadas públicas as listas de indivíduos sem capacidade eleitoral de modo a serem imediatamente excluídos dos cadernos eleitorais!

No dia 12 deste mês o presidente da Junta de Freguesia de Fiães, Germano de Andrade, depois de se ter comprometido perante o PCP a ceder a chave da Casa do Povo para uma sessão de esclarecimento, deu o dito não dito e incitou, com a sua atitude, um grupo de mulheres a actos de provocação a que não faltavam os gritos de «Morram os comunistas!», «Abaixo o comunismo!», «Viva o PPD!». Associaram-se a isto provocadores notórios da terra e até inocentes crianças foram «mobilizadas» para desfilar com cartazes onde se lia: «Viva o PPD!», «Viva Cristo!», «Morte ao comunismo!». Não contentes com tal, procuraram impedir a sessão, que apesar de tudo se realizou. Interrompendo-a com frequentes gritos e batendo com paus em latas.

No dia 11 de Janeiro, militantes do PCP que se preparavam para dar início a uma sessão de esclarecimento em Oliveira do Conde foram surpreendidos pelo toque a rebato do sino da igreja e por gritos de elementos reacçãoários que, apopléticos, berzavam: «Vem aí os comunistas!». O desatado teve proporções tais que obrigou a interrupção da sessão e à intervenção das forças das autoridades, que não escaparam, elas próprias, às provocações e insultos.

Também no dia 11, militantes do PCP que desenhavam nas ruas de Ovar a foice e o martelo e procediam à colagem de cartazes, foram provocados com palavras insultuosas por um grupo de indivíduos que, pouco depois, destruíam os cartazes.

Três casos. Mas três casos que não são isolados. Três casos que têm a ligá-los um único fio condutor. Quem está por detrás destes actos são os mesmos que estão por detrás de todas as ofensivas da reacção, da reacção que em 28 de Setembro mostrou a sua verdadeira face, da reacção, que hoje tem por alvo «principal o PCP», diz no comunicado da Comissão Concelhia de Ovar do PCP.

As organizações do PCP do distrito da Guarda, do distrito de Viseu e de Ovar, em comunicados, separados, sobre estes acontecimentos, apelam à unidade no combate à reacção e são unânimes nas suas «fortes reservas quanto à possibilidade de um efectivo e «clareamento político do povo das suas regiões» e rejeitam que os «condicionalismos e as pressões a que ele está sujeito, limitem a verdadeira política do acto eleitoral que se aproxima, que pela sua importância tem de ser a expressão livre e consciente da vontade do povo.

As organizações do PCP do distrito da Guarda, do distrito de Viseu e de Ovar, em comunicados, separados, sobre estes acontecimentos, apelam à unidade no combate à reacção e são unânimes nas suas «fortes reservas quanto à possibilidade de um efectivo e «clareamento político do povo das suas regiões» e rejeitam que os «condicionalismos e as pressões a que ele está sujeito, limitem a verdadeira política do acto eleitoral que se aproxima, que pela sua importância tem de ser a expressão livre e consciente da vontade do povo.

As organizações do PCP do distrito da Guarda, do distrito de Viseu e de Ovar, em comunicados, separados, sobre estes acontecimentos, apelam à unidade no combate à reacção e são unânimes nas suas «fortes reservas quanto à possibilidade de um efectivo e «clareamento político do povo das suas regiões» e rejeitam que os «condicionalismos e as pressões a que ele está sujeito, limitem a verdadeira política do acto eleitoral que se aproxima, que pela sua importância tem de ser a expressão livre e consciente da vontade do povo.

As organizações do PCP do distrito da Guarda, do distrito de Viseu e de Ovar, em comunicados, separados, sobre estes acontecimentos, apelam à unidade no combate à reacção e são unânimes nas suas «fortes reservas quanto à possibilidade de um efectivo e «clareamento político do povo das suas regiões» e rejeitam que os «condicionalismos e as pressões a que ele está sujeito, limitem a verdadeira política do acto eleitoral que se aproxima, que pela sua importância tem de ser a expressão livre e consciente da vontade do povo.

As organizações do PCP do distrito da Guarda, do distrito de Viseu e de Ovar, em comunicados, separados, sobre estes acontecimentos



Sessões e comícios

HOJE
 AMADORA (VENDA NOVA) — Sessão de esclarecimento no Clube Operário Rangel, às 21 horas.
 AMOR (LEIRIA) — Sessão de esclarecimento, às 21.30.
 AVEIRO — Sessão de esclarecimento no Centro de Saúde de Aveiro, às 18.15.
 ESPINHOZELA (BRAGANÇA) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 20.30.
 MIUDE (ALCANENA) — Sessão de esclarecimento, às 21 horas.
 MOSTEIRINHO (VISEU) — Sessão de esclarecimento, às 21 horas.
 PORTO — Sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho na Rua Aníbal Cunha, 94, para os operários da BMW, às 21.30.
 PORTO — Sessão de esclarecimento para os trabalhadores do Jornal de Notícias, no Grupo dos Modestos, às 15 e às 18.30.
 SENDIM — Sessão de esclarecimento, às 21.30.
 TROFA — Sessão de esclarecimento no Cine-Teatro, às 21.30.
 VALE FORMOSO (COVILHÃ) — Sessão de esclarecimento às 21 horas.

AMANHÃ
 BENCANDE — Reunião de trabalhadores na Casa do Povo, às 21.30.
 FREAMUNDE (PAÇOS DE FERREIRA) — Sessão de esclarecimento na Associação de Socorros Mútuos, às 21 horas.
 S. COSME (GONDOMAR) — Sessão de esclarecimento na Escola de Aguiar, às 21.30.
 SANTA LUZIA (GUIMARÃES) — Sessão de esclarecimento na Escola, às 21.30.
 SOBRAL (COIMBRA) — Sessão de esclarecimento às 21.30.
 VALBOM (GONDOMAR) — Sessão de esclarecimento na Colectividade Luz e Vida, às 21.30.
 VILA DO CONDE — Sessão de esclarecimento no Cine-Neiva, às 21.30.
 VILELA (PAREDES) — Sessão de esclarecimento às 21 horas.
 VINHAL — Sessão de esclarecimento na Escola Primária.

DIA 1
 AMOREIRA (Abrantes) — Sessão de esclarecimento, às 21 e 30 horas.
 ABAÇAS (VILA REAL) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21.30.
 ALVITO (COIMBRA) — Sessão de esclarecimento, às 21.30.
 ARCOS DE VALDEVEZ — Sessão de esclarecimento na Escola Secundária Polivalente, às 21.30.
 BAIÃO — Sessão de esclarecimento, às 21.30.
 BOA-FÉ (COIMBRA) — Sessão de esclarecimento, às 21 horas.
 BOLSA (LEIRIA) — Sessão de esclarecimento na escola primária, às 21.30.
 CARVALHOS — Sessão de esclarecimento na cantina da Escola Primária, às 21.30.
 CHAVES — Sessão de esclarecimento para operários no Centro de Trabalho, às 21.30.
 FÃO (ESPOSENDE) — Sessão de esclarecimento no salão dos Bombeiros Voluntários, às 21.30.
 FELGUEIRA — Sessão de esclarecimento, às 20 horas.
 FREGUESIA DA GLÓRIA — Sessão de esclarecimento na escola, às 20.30.
 GUIFOES — Sessão de esclarecimento, às 21.30.
 LAMAS (SANTO TIRSO) — Sessão de esclarecimento na escola, às 21.30.
 LOURES — Sessão de esclarecimento, às 17 horas, assinalando a inauguração do Centro de Trabalho.
 LISBOA — Sessão de esclarecimento na Escola Luísa Verney (Bairro Madre de Deus), às 21.30.
 LIXA — Sessão de esclarecimento no salão dos Bombeiros Voluntários, às 16 horas.
 MELRES (GONDOMAR) — Sessão de esclarecimento no salão paroquial, às 21.30.
 MESQUITELA (VISEU) — Sessão de esclarecimento, às 21.30.
 MIRA (COIMBRA) — Sessão de esclarecimento, às 21 horas.
 MONCHIQUE — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 21.30.
 NOGUEIRO (BRAGA) — Sessão de esclarecimento na Escola A, às 21.30.
 OUTEIRO SECO (CHAVES) — Reunião de camponeses no salão paroquial, às 21.30.
 PORTO — Sessão de esclarecimento no Grupo Desportivo de Pastelaria, às 21.30.
 QUELUZ-MASSAMÁ — Sessão de esclarecimento para trabalhadores da construção civil na Escola Preparatória Conde de Sáboga, às 21.30.
 QUELUZ DE BAIXO — Sessão de esclarecimento no Grupo Recreativo «Os Fixos», às 21.30.
 S. BRUCOS (ÉVORA) — Sessão de esclarecimento, às 18 horas.
 S. PEDRO DE ALVA — Sessão de esclarecimento, às 21 horas.
 S. ROQUE (GUIMARÃES) — Sessão de esclarecimento na escola primária, às 21.30.
 SANTO TIRSO-LAMA — Sessão de esclarecimento na escola primária às 21.30.
 S. TOMÉ DE NEGRELOS (SANTO TIRSO) — Sessão de esclarecimento na sede da Associação Recreativa de Negrelos, às 21.30.
 SERRA DE EL-REI (PENICHE) — Sessão de esclarecimento.
 SERRINHA (LIXA) — Sessão de esclarecimento na escola primária, às 21 horas.
 TERRAS DE BOURO — Sessão de esclarecimento na escola primária, às 21.30.
 TONDELA — Sessão de esclarecimento, às 21.30.
 TOVIM (COIMBRA) — Sessão de esclarecimento, às 21 horas.
 VALENÇA DO MINHO — Sessão de esclarecimento no Pavilhão Gimno-desportivo, às 21.30.
 VILA MARIM (MESÃO FRIO) — Sessão de esclarecimento na escola primária, às 21.30.

DIA 2
 AGUA TRAVESSA (Abrantes) — Sessão de esclarecimento, às 16 horas.
 ALVARELHOS (SANTO TIRSO) — Sessão de esclarecimento na Escola, às 21.30.
 BOA-FÉ — Sessão de esclarecimento na Escola, às 20.30.
 CAMBRA (VISEU) — Sessão de esclarecimento.
 CANAS DE SENHORIM (VISEU) — Sessão de esclarecimento às 21.30.
 CARVOEIRA (COIMBRA) — Sessão de esclarecimento às 16 horas.
 CASAS NOVAS (CHAVES) — Reunião de camponeses na Escola Primária no fim da missa.
 CEPOES (VISEU) — Sessão de esclarecimento às 16 horas.
 CHAVES — Sessão de esclarecimento no Centro de Trabalho, às 15 horas.
 CONSTANTIM (VILA REAL) — Sessão de esclarecimento às 21.30.
 ÉVORA — Reunião de trabalhadores na Semente, às 12.30.
 FREIXO — Sessão de esclarecimento às 17 horas.
 LEÇA DO BALIO — Sessão de esclarecimento na Escola Monte da Mina, às 21 horas.
 LINDOSO (PONTE DA BARCA) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária da Parada, às 15.30.
 MARMELETE (MONCHIQUE) — Sessão de esclarecimento na Casa do Povo, às 16 horas.
 MATEUS (VILA REAL) — Sessão de esclarecimento às 21.30.
 MONTE CORDOVA (SANTO TIRSO) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 10 horas.
 PENICHE — Sessão de esclarecimento.
 RÉGUA — Reunião de vinicultores da região do Douro, na Escola Técnica, às 15 horas.
 RORIZ (SANTO TIRSO) — Sessão de esclarecimento na Escola, às 15.30.
 S. LOURENÇO — Sessão de esclarecimento às 20.30.
 S. TORCATO (GUIMARÃES) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 10 horas.
 SAGRES — Sessão de esclarecimento no Clube Infante de Sagres, às 16 horas.
 SOBROSA (PAREDES) — Sessão de esclarecimento às 21 horas.
 TORREDEIXA (VISEU) — Sessão de esclarecimento às 15 horas.
 VIMIEIRO — Sessão de esclarecimento no Barão do Lagar, às 15.30.
 ZAMBUJAL — Sessão de esclarecimento às 15.30.

DIA 3
 ALCOPRA (VISEU) — Sessão de esclarecimento às 20 horas.
 LISBOA (SANTO AMARO) — Sessão de esclarecimento no refeitório da Estação de Santo Amaro, às 17.30.
 PORTO — Sessão de esclarecimento para operários da Cimertex, no Centro de Trabalho de Ramalde, às 19.30.
 SEIÇA (V. Nova de Ourém) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 horas.
 SANTO TIRSO — Sessão de esclarecimento na Escola Agrícola, às 21 horas.
 VILDEMOINHOS — Sessão de esclarecimento às 21 horas.

DIA 4
 VALE DE NOGUEIRA (BRAGANÇA) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 20 horas.

DIA 5
 ATÓUGUA (V. Nova de Ourém) — Sessão de esclarecimento na Escola Primária, às 21 horas.

COMUNICADO COMUM DO PCP E DO PC SUL-AFRICANO

No mês de Janeiro de 1975 realizou-se um encontro entre uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Sul-Africano e uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português. A delegação do PCP fez uma ampla exposição sobre a situação política nacional e a actividade do Partido nas novas condições criadas após o derrubamento da ditadura fascista pelo Movimento das Forças Armadas, a conquista das liberdades políticas pelo povo português e o fim das guerras coloniais na Guiné-Bissau, Moçambique e Angola. A delegação do PCP apontou as perspectivas de profundas transformações democráticas e sociais abertas pela aliança estabelecida entre as massas populares e as Forças Armadas. A delegação do PCP informou também sobre as direcções fundamentais da acção do Partido aprovadas no Congresso Extraordinário de Outubro último, visando o reforço do Estado democrático e a defesa das liberdades, a defesa da estabilidade económica e financeira com vista ao desenvolvimento e ao progresso da descolonização.

A delegação do PCSA deu uma informação sobre a luta dos comunistas, do Congresso Nacional Africano e das outras forças revolucionárias sul-africanas pela libertação do povo do seu país da opressão radical e social, contra o «apartheid» e a brutal repressão do povo sul-africano pelo regime racista branco. A delegação do PCP manifestou a sua admiração pela luta corajosa e abnegada dos comunistas sul-africanos, nas duras condições de clandestinidade, e saudou a sua contribuição para a união de todas as forças de libertação do país, afirmando a sua decisão de apoiar por todos os meios ao seu alcance a justa luta do povo da África do Sul. As duas delegações saudaram as históricas vitórias alcançadas pelos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde, Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe na sua luta de libertação nacional. Destacaram o grande significado que a conquista da independência

por estes países terá para os outros povos africanos ainda submetidos ao jugo do colonialismo, do racismo e do neocolonialismo. As duas delegações expressaram a sua solidariedade a todos os povos em luta contra regimes fascistas, racistas e colonialistas. Manifestaram também a sua vontade de contribuir para o reforço da solidariedade entre todas as forças anti-imperialistas, democráticas e pacíficas do Mundo. Manifestaram a sua satisfação pelos progressos feitos na via do desarmamento e internacional. Constataram a identidade das suas posições sobre todos os problemas do movimento comunista internacional abordados, e expressaram a sua decisão de contribuir activamente para o reforço da sua unidade e coesão, na base dos princípios do marxismo-leninismo e das resoluções da Conferência de Moscovo de 1969.

No espírito de amizade e cooperação fraternais que sempre existiu entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista Sul-Africano, as duas delegações pronunciaram-se pelo desenvolvimento e reforço da solidariedade mútua entre os dois Partidos, especialmente nas novas condições actuais existentes. O camarada Pires Jorge, membro do Comité Central do nosso Partido, participou, a convite do Partido Comunista Alemão (DKP), na semana de 18 a 25 de Janeiro, que este promoveu em toda a República Federal Alemã sobre os temas «Bloqueio imediato dos preços», «Segurança de emprego, contra os despedimentos», «Luta unida contra o capital monopolista».

Esta acção do Partido Comunista Alemão assume no momento particular impor-



O camarada Pires Jorge juntamente com outros dirigentes comunistas de vários países presentes nas comemorações

PRESENÇA DO PCP NA «SEMANA» PROMOVIDA PELO PC ALEMÃO (DKP)

O camarada Pires Jorge, membro do Comité Central do nosso Partido, participou, a convite do Partido Comunista Alemão (DKP), na semana de 18 a 25 de Janeiro, que este promoveu em toda a República Federal Alemã sobre os temas «Bloqueio imediato dos preços», «Segurança de emprego, contra os despedimentos», «Luta unida contra o capital monopolista».

tância, pois o número de desempregados na Alemanha Ocidental se eleva a um milhão e 700 mil trabalhadores encontram-se já a trabalhar a tempo reduzido. Esta situação tem forte tendência a agravar-se, paralelamente a um aumento acelerado do custo de vida, e atinge largas camadas da população alemã e, em particular os emigrantes, entre os quais se encontram muitos portugueses. Apesar da crise generalizada a todos os sectores industriais, que põe em sério

risco a segurança de emprego de milhares de trabalhadores, nunca os lucros dos monopólios atingiram um nível tão elevado como em 1974. A coligação governamental liberal social-democrata mostra-se incapaz de deter a crise e o CDU-CSU, partido da direita e Instrumento dos monopólios, desenvolve uma campanha confucionista e alienatória.

Neste contexto, a Semana realizada pelo Partido Comunista Alemão, sob o tema central de «Bloqueio de Preços, Segurança de Emprego», constituiu um meio de mobilização e organização de amplas massas populares contra os monopólios responsáveis pelo agravamento crescente das condições de trabalho e de vida do povo de um país que é considerado o mais desenvolvido da Europa capitalista. O povo alemão torna-se cada vez mais consciente de que o desenvolvimento capitalista é feito à custa da exploração e daí o acolhimento desta iniciativa do DKP.

cerca de cinco mil pessoas. O camarada Pires Jorge visitou vários pontos do país, tendo encontros com a juventude, os sindicatos e organizações regionais do Partido Comunista Alemão, revestindo-se de particular interesse o encontro com delegados de fábricas em Colónia e o encontro na Escola Superior do Partido, em Essen.

Numa intervenção efectuada no quadro das comemorações de homenagem a Lenine, Rosa Luxemburg e Liebknecht, o camarada Pires Jorge, em nome do Comité Central do nosso Partido, saudou o DKP, dizendo a certa altura no seu discurso:

Durante largos anos, os comunistas portugueses e alemães lutaram nas duras condições de ilegalidade. Neste longo período da noite fascista, em que caíram para sempre tantos e tantos camaradas portugueses e alemães, os nossos povos viram na prática que ambos os partidos ocuparam sempre o lugar de vanguarda em defesa dos seus interesses imediatos e na luta pela Democracia, pela Paz e pelo Socialismo.

É isso que explica que, apesar da perseguição e do terror, os nossos partidos se tenham fortalecido e temperado na luta.

Outros aspectos que nos identificam são o da fidelidade aos princípios do Marxismo-Leninismo, assim como: o das magníficas relações de estreita e inabalável amizade e cooperação com o Partido Comunista da União Soviética, de quem sempre recebemos uma grande e desinteressada solidariedade, e o reconhecimento da heroica ajuda prestada à sagrada causa da Paz e do Socialismo pelo glorioso Povo soviético.

Ficis também aos princípios do internacionalismo proletário que tanto contribuiu para a ajuda à luta pela libertação dos nossos povos, mantemo-nos, hoje, inteiramente solidários com os povos do Chile e da Espanha e de todos os outros países que são ainda vítimas da opressão e do terror.

Em Portugal, estamos hoje libertos do terror fascista e podemos afirmar que, no curto prazo de dez meses, se deram transformações radicais na vida política portuguesa. Para além da destruição do estado fascista e do seu aparelho repressivo, os traços mais salientes da actual vida política portuguesa são a formação do Governo Provisório com a representação do Partido Comunista Português, facto inédito na Europa capitalista e exemplo irrefutável do papel construtivo dos Partidos Comunistas na defesa real e efectiva dos interesses dos povos.

É a terminar, o camarada Pires Jorge salientou o alcance das conquistas democráticas a nível nacional e internacional, afirmando: Camaradas, A instauração de um regime democrático em Portugal, foi um acontecimento de maior importância para o meu País e teve também uma grande projecção internacional, como o demonstram as vivas manifestações de apoio das classes laboriosas, dos povos em geral e das organizações progressistas de todo o mundo.

Por este facto, cremos não ser errado afirmar que o 25 de Abril foi uma vitória histórica não só para os portugueses, e para os povos das novas nações africanas, mas também para os outros povos. Contando com a sua ajuda fraterna, fazendo frente a todas as manobras que procuram travar o original e complexo processo revolucionário, os comunistas, as outras forças democráticas e o povo português, trabalham afinadamente para tornar irreversíveis as conquistas alcançadas e abrir o caminho para um futuro radioso em Portugal. Viva a unidade da classe operária! Viva o internacionalismo proletário! Viva a luta dos povos em defesa da Democracia, da Paz e do Socialismo!

O POVO NÃO ESQUECE OS QUE POR ELE DERAM A VIDA

• Homenagens a Fernando Vicente e Francisco Esteves

O povo de Torres Vedras prestou, no passado domingo, uma sincera homenagem à memória de um dos seus filhos, que morreu vítima das torturas e violências sofridas no sinistro campo do Tarrafal — o militante co-

munista Fernando Vicente. — É preciso que de Fernando Vicente nada se perca, mas tudo permaneça — transformado em trabalho activo, em trabalho revolucionário consequente pela construção do socialismo e do comunismo em Portugal.

Afirmou-se num documento publicado pelo comité local do PCP de Torres Vedras que, juntamente com a Comissão de Melhoramentos de Paul, terra de Fernando Vicente, encabeçou a homenagem prestada ao nosso camarada.

A vida de Fernando Vicente é a vida de tantos outros militantes comunistas que dedicaram o melhor dos seus esforços à luta antifascista, que conheceram as prisões, as torturas, os crimes do Tarrafal.

Filho de camponeses pobres, cedo conheceu a dureza da vida. Adolescente ainda, começou a trabalhar como operário numa empresa de Torres Vedras. Ai se forjou a sua consciência de classe, ai se ligou ao Partido Comunista, fazendo parte da célula clandestina da empresa. Uma vez na Armada Integrou-se na Organização Revolucionária da Armada (ORA), de cujo secretariado fez parte. A famosa Revolta dos Marinheiros de 1936 teve-o nas primeiras filas. Levado a tribunal, foi julgado e condenado a 20 anos de prisão no campo de concentração do Tarrafal, pertencendo à primeira leva de prisioneiros que para ai foram mandados pelo governo fascista. Terminados os últimos dois anos da pena, em Peniche, em virtude de grave doença contraída no Tarrafal, Fernando Vicente regressou à sua terra natal — Paul — onde desenvolveu, até aos

últimos momentos da sua vida, intensa actividade como militante comunista, organizando e dirigindo lutas nas fábricas, a começar por aquela em que ele próprio trabalhava. Com a saúde abalada pela doença e por 18 anos de Tarrafal, Fernando Vicente morreu a 23 de Janeiro de 1965. Hoje, no lugar de Paul, cancelho de Torres Vedras, uma simples placa numa casa modesta e um nome no largo da aldeia lembram mais um comunista que sacrificou a vida à luta pela Liberdade do Povo.

Em nome dessa mesma luta perdeu a vida no Tarrafal outro militante comunista — Francisco do Nascimento Esteves, cujo aniversário da sua morte passa igualmente este mês. Natural de Lisboa e membro do PCP desde os 18 anos, Francisco do Nascimento Esteves foi preso pela primeira vez aos 19 anos, estando encarcerado mais de dois anos. Preso pela segunda vez numa tipografia clandestina, foi primeiro para o Aljube, depois para o Tarrafal, em 1938, de onde não voltou mais.

Para que o Povo Português conquistasse a sua liberdade e pudesse dar os passos que está a dar na construção da democracia, muitos dos seus filhos sacrificaram a própria vida. Fernando Vicente e Francisco Esteves foram dois deles. A melhor homenagem que lhes podemos prestar é levar por diante a obra por eles iniciada.

Que deles, como dizem no seu documento, os comunistas de Torres Vedras, nada se perca, mas tudo permaneça — transformado em trabalho activo, em trabalho revolucionário consequente pela construção do socialismo e do comunismo em Portugal.



CENTRO DE TRABALHO INAUGURADO NO ZAMBUJAL

Realizou-se, no passado sábado, a inauguração do Centro de Trabalho do Zambujal do PCP. Nas palavras de abertura que pronunciou, o camarada Jaime Serra, do Comité Central, fez votos para que este novo centro de trabalho contribua para reforçar a organização do Partido no Zambujal, terra de antigas e gloriosas tradições na luta antifascista. Seguidamente, foram desceradas três lápidas que deram novos nomes a ruas daquela localidade: a rua da República, o Largo António Sérgio e a Rua Dr. José Agostinho Duarte Turras.

Após estas cerimónias, realizou-se uma sessão de esclarecimento no novo salão de festas dos Bombeiros Voluntários do Zambujal, ainda em construção, com a presença de cerca de 600 pessoas. Constituíam a mesa, além de Jaime Serra, em representação do Comité Central, os camaradas Francisco Parreira, da Comissão do PCP do Zambujal, Francisco José Torres Vidal, também do Zambujal; Aldionísia Dias, Francisco Machado, e Jaime Alberto, de Santo António do Tojal; Ana Vale, da Abelheira; e Jorge Rodrigues da redacção do «Avante!». Jaime Serra fez um balanço da situação política no nosso país, caracterizada por uma agudização da luta de classes, que tem conduzido à necessidade de se tomarem opções muito definidas e concretas no interesse das massas trabalhadoras. Acentuou que, após o 25 de Abril, o poder político tem estado do lado dos trabalhadores, mas o mesmo não sucede com o poder económico, que permanece nas mãos dos capitalistas. Ora, se em última análise é o poder económico quem tudo decide, é urgente que esta situação se resolva em favor dos trabalhadores. Referindo-se aos momentos políticos que o País acaba de viver, Jaime Serra definiu os caminhos que se apontam: ou uma democracia burguesa, tal como é preconizada pelos partidos burgueses, nomeadamente o PS e o PPD, ou a construção de uma sociedade onde os trabalhadores têm a principal palavra, ou seja, o socialismo



Hortensia Allende, viúva de Salvador Allende, presidente do Governo da Unidade Popular no Chile, a que o mais forte fascismo deu um epílogo de sangue, visitou, no passado dia 27, a sede do nosso Partido. Acompanhada por sua filha e pela resistente chilena Elba Vergara, Hortensia Allende foi calorosamente recebida pelos camaradas Sérgio Vilarigues, membro do secretariado do Comité Central; Carlos Aboim Inglês, do Comité Central; e Alda Nogueira e Aurélio Santos, membros suplentes do CC

A UEC ESTARÁ PRONTA AO DEBATE AO DIÁLOGO, AO CONFRONTO DE IDEIAS

CONT. DA PÁG. 1

E a terminar. Para isso, camaradas, precisamos por um lado que o Ministério da Educação e Cultura apresente rapidamente e no mais breve espaço de tempo propostas concretas aos estudantes e que o MFA como movimento progressista que é, dê o seu apoio. Por outro lado, precisamos de aumentar a nossa capacidade de iniciativa, de cada vez mais fazermos um trabalho junto dos estudantes, de sermos combativos e abnegados.

Cinquenta intervenções

O Encontro Nacional da UEC, que se efectuou no passado domingo, começou cerca das 9 e 30 e prolongou-se durante todo o dia arrastando-se até à noite, quando pelas 23 horas, com a assistência entrando a Internacional, representante da União Internacional dos Estudantes, e delegações de jovens do MDP/CDE, do MDM, da célula dos professores comunistas e do Movimento dos Jovens Trabalhadores. A delegação do Comité Central do Partido Comunista Português composta pelos camaradas Alvaro Cunhal, secretário-geral do Partido Comunista, Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC, Dinis Miranda e José Pedro Soares, membros do CC estiveram presentes no Encontro próximo do encerramento da sessão da manhã, sendo entusiasticamente aplaudidos pela assistência quando do seu aparecimento na sala. Nessa altura, o camarada Alvaro Cunhal proferiu algumas palavras sobre o problema do ensino e a situação política presente, que se reproduzimos noutro local.

Entretanto, durante todo o Encontro sucederam-se as intervenções de alguns dos delegados presentes e durante as quais foram analisados a visão de conjunto da organização da UEC, os seus problemas, as realizações e necessidades, bem como a situação que se vive presentemente no movimento estudantil.

Assim, cerca de 50 oradores não deixaram de escalar a situação do ensino no nosso país e apontar a posição dos estudantes comunistas perante esse panorama para que uma solução seja encontrada de molde a assegurar a democratização do ensino e a integrar este no trabalho de reconstrução nacional.

«Que o movimento estudantil seja um elo da aliança Povo-MFA»

Deu início ao Encontro Nacional da UEC a camarada Zita Seabra, membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UEC desde 1972, que recordou ter sido a União dos Estudantes Comunistas criada há três anos, na mais estrita clandestinidade, acrescentando:

Dois dos grandes objectivos políticos apontados pela UEC na sua I Declaração foram já alcançados: o povo português conquistou a liberdade, a guerra colonial acabou.

Os estudantes contribuíram com as suas lutas para criar as condições que permitiram estas grandes vitórias. Nos meses que antecederam o dia 25 de Abril viveram-se, na verdade, grandes jornadas de luta estudantil; lembro apenas duas: a greve de oito meses dos estudantes do Técnico e a greve geral da Academia de Lisboa no dia 4 de Fevereiro passado.

Hoje, vivemos uma situação revolucionária no nosso país, que contém características muito específicas e originais. Um processo revolucionário com duas componentes: o Movimento das Forças Armadas e o Movimento Popular de Massas.

Frisando que este movimento tem sabido encontrar a sua unidade na força do Povo, apesar das manobras dos que estão interessados em dividi-lo, Zita Seabra fez notar que o papel da UEC é ganhar os estudantes para que o movimento estudantil seja um elo da aliança Povo-MFA, «ne definiu».

Realizou-se por um lado defendendo intransigentemente as reivindicações e aspirações das massas estudantis, dando-lhes uma perspectiva revolucionária e por outro unindo, organizando e mobilizando os estudantes em tor-

ses, os restantes trabalhadores de todas as camadas antimonopolistas, na luta pelo avanço de uma política que limite e finalmente liquide o poder dos monopólios e dos latifundiários. Está-lo-ão tanto mais quanto compreendam que a melhoria das precárias condições de ensino não se resolvam exigindo que o MEC milagrosamente multiplique o orçamento do Estado para a Educação ou que o façam os conselhos de gestão, mas sim à custa dos fabulosos lucros dos monopólios. Quando compreenderem que a profissão que vão exercer não estará ao serviço dos sórdidos interesses dos monopólios mas ao serviço do País, do progresso nacional do avanço da ciência e da técnica.

Têm uma actividade objectivamente reaccionária todos os estudantes que escondem com manobras de diversão o verdadeiro inimigo do nosso povo e, consequentemente, dos estudantes — o capital monopolista.

Citando depois a II Declaração onde se afirma que a UEC trabalhará para que os estudantes nas escolas e nas iniciativas de massas populares estejam ao lado da classe operária, dos trabalhadores, de todas as classes e camadas antimonopolistas, no combate pela limitação e firme liquidação do poder dos monopólios e latifundiários, parte integrante da luta pelo triunfo final da democracia no País, Zita Seabra salien-

te, ter um papel interviniente na sociedade, a oradora acrescentou:

Os comunistas têm de saber ser os intérpretes fiéis das aspirações dos estudan-

tes, e o avanço firme do saneamento no aparelho de ensino e a consolidação da gestão democrática nas escolas.

As medidas apontadas

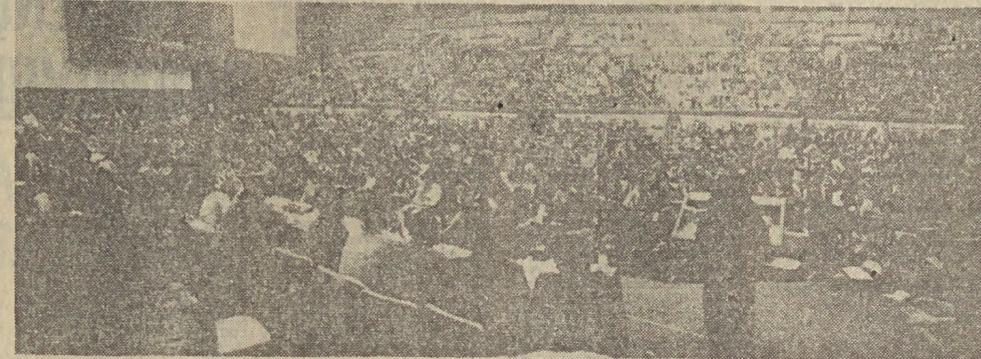
to, a provocação e a agressão física foram a tônica dominante. Esta tarefa foi-lhes tanto mais facilitada quanto nós não sobremos perspectivar correctamente o movi-

mento associativo fazendo com que as massas estudantis tomassem consciência da sua necessidade.

Só assim se compreende que à frente da Associação esteja uma DGP eleita por 126 votos, sem programa, que se dá ao luxo de se fazer passar por representante dos estudantes de Coimbra no Congresso da FEC (m-1).

Abandallamento e descrença generalizada no movimento associativo é que se compreende que possa aparecer a concorrer às eleições para a AAC uma lista de inspiração anarquizante que é um verdadeiro insulto aos estudantes de Coimbra.

Também António Mendonça, do Instituto Superior de Economia de Lisboa focou algumas situações anacrónicas ao afirmar: Na nossa escola em que a demagogia basista e balofa aliada ao fraco trabalho dos nossos militantes levou o movimento associativo a um dos seus pontos mais fracos de sempre em que quase se pode dizer que o único facto saliente que lá se passou desde a demissão da direcção foi a compra de um jogo de matraquinhos, tudo faremos para levar à prá-



tes, Em grande parte dependência da nossa acção aglutinar a massa estudantil na defesa do seu movimento. E esta perspectiva que defendemos. Se hoje se detecta um certo alheamento dos estudantes, ele tem outras causas. Surge como resultado do descrédito no funcionamento democrático das estruturas associativas, constantemente sujeitas a um boicote por parte de grupos minoritários.

Por último referiu que é do trabalho do dia-a-dia que

O exemplo de Coimbra

Coimbra é um exemplo flagrante da crise do movimento associativo declarou Virgílio Rocha, da Direcção da Organização Regional de Coimbra do Ensino Superior, apontando a falta de representatividade de certos grupos que se arrogam o direito de representar os estudantes. Esclarecendo que numa associação federativa que abrange seis escolas e cerca de 10 000 estudantes, neste momento, sem organização nos cursos e nas Faculdades e com uma fraquíssima participação estudantil nas reuniões de massas, o movimento associativo tomou-se presa fácil para toda a casta de oportunistas e radicais pequeno-burgueses, que rapidamente e aproveitando um período em que não havia aulas transformaram as reuniões de massas em autênticas batalhas campais, em que não raras vezes o insul-

resultado em variadíssimos locais como foi apontado por numerosos intervenientes no Encontro nomeadamente no distrito de Évora onde a penetração da UEC se faz sentir em todos os estabelecimentos de ensino. Também na Faculdade de Medicina de Lisboa, conforme referiu Cristina Veríssimo, ao declarar que os estudantes comunistas sempre estiveram ao lado dos outros estudantes de medicina lutando pelo cumprimento da democraticidade dos problemas, pugnano pela criação de estruturas representativas a nível de curso ou de direcção de escola, fomentando e proporcionando a ampla actividade estudantil na defesa dos seus interesses colectivos. E acrescentou:

Foi clara demonstração do empenho dos estudantes comunistas que muito contribuiu para a recente vitória alcançada pelos 1200 alunos do 4.º ano. A paralisação das escolas e a tentativa de manter os estudantes afastados das realidades do Povo são dois grandes objectivos da reacção. Tentam ao fim e ao cabo levar os estudantes a um confronto com o Governo e o MFA.

A consciência política demonstrada através das várias

Na sua intervenção de encerramento Zita Seabra afirmou: O nosso Encontro será um êxito se ganharmos para as decisões e propostas já aprovadas por grande parte dos estudantes, se a prática demonstrar que são justas.

O nosso objectivo prioritário é ganhar as massas estudantis para o processo revolucionário em curso.

E ganhá-las-emos, sendo os mais firmes intérpretes dos seus interesses, das suas aspirações e desejos colocando-nos na vanguarda de todas as lutas, conduzindo e concentrando as melhores formas da luta. E para as massas que se tem de virar todo o nosso trabalho.

E a finalizar: Ao trabalho nós, camaradas. Vamos trabalhar mais e melhor. Vamos fazer da II Declaração uma arma poderosa não só nas nossas mãos, mas nas mãos de todos os estudantes progressistas.

«Temos a certeza da vitória, somos o futuro, somos o amanhã, porque nos guiamos pelo marxismo-leninismo, porque reconhecemos o papel de vanguarda da classe operária e do seu Partido, no caminho que conduz ao socialismo e ao comunismo.»



no das graves tarefas da presente situação política.

Prosseguindo na sua intervenção e depois de acentuar que a deficiência encontrá-se em que a UEC nem sempre tem sabido virar a sua acção para as massas estudantis, no sentido de mobilizar todos os estudantes progressistas na luta pela liberdade e pelo triunfo da democracia e que a ameaça para a liberdade do País não vem só dos conspiradores contra-revolucionários, mas também do poder económico dos monopólios e latifundiários, aquela dirigente da UEC afirmou:

Os estudantes estão com a classe operária, os campon-

tos que a União dos Estudantes Comunistas tem de estar pronta ao debate, ao diálogo ao confronto de ideias com todos os estudantes que estão com a UEC mas que têm dúvidas numa ou noutra questão da linha política seguida. E mais adiante, antes de terminar:

Há ainda dois aspectos do nosso trabalho que têm de ser também, intensificados e melhorados: a actividade partidária nas escolas virada para as massas e a agitação e propaganda.

Conosco está o futuro

Os comunistas têm de estar onde estão as massas — declarou por seu turno Sita Valles, membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UEC, que sublinhou que há camaradas que tendem somente a ver os desaires e constatar as debilidades, menosprezam ou ignoram as situações em que é patente a força dos estudantes comunistas, a coesão dos estudantes e a sua disposição de luta, para acrescentar:

E chega-se a pensar que as dificuldades existentes no movimento estudantil não podem ser ultrapassadas com a nossa acção, o que serve de justificação, quantas vezes, para muita inactividade. Há que combater tais concepções. Temos de partir para o nosso trabalho com a noção de que ele é difícil. Mas conosco está o futuro, está a possibilidade real de unirmos à nossa volta a massa estudantil, para a trazer conosco para as grandes lutas do amanhã. Existem condições objectivas para que tal aconteça.

E Sita Valles prosseguiu na sua análise do movimento associativo afirmando a necessidade de lutar pela sua defesa chamando o movimento que é seu e impedir a sua transformação numa arena estéril de discussão política. Depois de frisar que os interesses dos estudantes não colidem com os das classes trabalhadoras e que a classe estudantil só organizada e unida pode fazer valer os seus direitos conseguir a satisfação das suas justas reivin-

importa acelerar que será construída a futura União Nacional dos Estudantes Portugueses (UNEP), única forma de organização que pode dar um verdadeiro peso à intervenção estudantil na vida nacional.

Imperioso avançar

As intervenções dos delegados sucederam-se durante todo o Encontro, desde Chaves ao Funchal, ora analisando o trabalho de uma célula numa escola, ora abrangendo os grandes caminhos para um ensino democrático. Pina Moura, igualmente membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UEC, salientou, na sua intervenção, que devido às profundas transformações democráticas possíveis de realizar na sociedade portuguesa permitirão a intervenção directa das massas trabalhadoras em todos os sectores da vida nacional. Isto exige um ensino que tenha como suporte fundamental o acesso a todos os graus — em especial às Universidades — dos filhos dos trabalhadores.

Abordando posteriormente o Serviço Cívico Estudantil, projecto revolucionário ao qual têm oposto uma encarnizada resistência não só a reacção como certos grupos esquerdistas, o orador afirmou:

É necessário responder e rapidamente às aspirações estudantis de transformações profundas no ensino. Já apontamos os princípios gerais, a que, em nosso entender, deve obedecer um tal política. Mas não basta definir princípios gerais. É imperioso avançar propostas imediatas que a curto prazo se transformem em realidade. Estas propostas estão contidas no projecto da II Declaração da UEC e constituem uma plataforma de acção imediata que a UEC põe a consideração das massas estudantis. Tal plataforma tem como direcções fundamentais de orientação: a extinção do analfabetismo; a necessidade de alterar rapidamente a composição social nos vários graus de ensino, em especial na Universidade, abrindo-a aos filhos dos trabalhadores; a necessidade da urgente resolução do problema da superlotação no ensino

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

Camaradas: Este I Encontro Nacional da União dos Estudantes Comunistas tem particular significado. Como primeira grande assembleia deliberativa nacional da vossa organização realizada depois do 25 de Abril, este I Encontro consagra e legalidade da UEC e as adaptações da sua orientação política e das suas formas de acção e decorre das novas condições de vida democrática e às novas tarefas obrigadas da nova situação política. Consagra também a intervenção construtiva e criadora da UEC na construção do novo Portugal democrático.

Trata-se no fim de contas do vosso I Congresso, do I Congresso dos Estudantes Comunistas, do I Congresso da vanguarda revolucionária dos estudantes portugueses.

Por este grande acontecimento, tragovos as calorosas e fraternas saudações de combate do Comité Central do Partido Comunista Português.

A UEC foi criada no tempo do fascismo pelas organizações estudantis do Partido Comunista Português. Tornando-se uma organização autónoma que decide ela própria do seu destino, continuou e continua estreitamente ligada à vanguarda revolucionária da classe operária, ao nosso glorioso Partido.

Nos anos de dura luta clandestina no tempo do fascismo, o Partido esteve sempre com os estudantes comunistas. Também agora na nova situação democrática, que nem por ser livre é menos complexa, a UEC pode contar sempre, nas horas boas e nas horas más com o pleno apoio do Partido.

Os estudantes comunistas não estão hoje ameaçados de prisão, de torturas, das condenações por longos anos como no tempo do fascismo. A sua actividade não é porém mais fácil. A escola é um campo de acção onde se faz fortemente sentir a influência da ideologia das classes de origem da maioria esmagadora dos estudantes. O anarquismo pequeno-burguês encontra terreno favorável. A UEC tem de combater simultaneamente em duas frentes: a frente de luta contra a reacção e a frente de luta contra o esquerdismo pseudo-revolucionário, que pretende desorganizar o movimento estudantil e voltar os estudantes contra o processo democrático e contra as forças motoras da revolução.

Na presente situação portuguesa, o esquerdismo organizado tornou-se um instrumento da reacção. Sempre que se desenvolve uma ofensiva contra-revolucionária, agilizam-se acções provocatórias de grupos esquerdistas criando um ambiente de «desordem», de «caos», de «violação das leis», justificando as calúnias e as actividades de sapa da contra-revolução.

É a essa luz que se têm de considerar os graves acontecimentos de ontem, no Porto, em que manifestantes obrigaram violentamente o Congresso do CDS a interromper os trabalhos.

Não me refiro a quem tenha estado presente julgando assim combater o fascismo. Refiro-me aos promotores, aos organizadores, aos instigadores das acções de violência.

Essas acções constituíram uma contribuição preciosa à reacção que diziam combater. Tão preciosa que se tem de admitir que a própria reacção está também por detrás delas.

Já no 4 de Novembro, a manifestação provocatória esquerdista de Lisboa e a destruição das instalações do CDS, não só não aproveitou à causa da democracia, como reforçou as forças da reacção e o próprio CDS. Agora no Porto o mesmo pode acontecer.

No preciso momento em que a reacção interna procura reagrupar as suas forças e a reacção externa multiplica as pressões acusando o poder político actual de não assegurar o exercício da liberdade de associação, de reunião e de Imprensa — o impedimento do Congresso do CDS empurra para a direita camadas e elementos vacilantes e junta novos argumentos e novos pretextos à ofensiva contra-revolucionária.

Não tenhamos dúvidas. A provocação esquerdista caminha de braço dado com a provocação da direita contra-revolucionária.

A acção do Porto tem a marca política da provocação. A confirmarmos-nos as informações segundo as quais numerosos estrangeiros apareceram nas manifestações incitando às acções violentas contra o Congresso do CDS, confirmam-se também, em factos concretos, a intervenção de agentes e redes de serviços estrangeiros nas acções contra-revolucionárias.

O PCP desmascara e condena severamente tais provocações e defende firmemente a institucionalização das liberdades e o respeito pelas liberdades. Ao contrário do que dizem os detractores e caluniadores do Partido, queremos que em Portugal seja instaurado um regime democrático em que o povo português goze das mais amplas liberdades e em que a ordem democrática seja respeitada.

Queremos que as eleições para a Assembleia Constituinte tenham lugar,

que se desenvolvam em condições de ampla liberdade e de segurança e que a nova Constituição consagre um regime que reconheça o direito de expressarem as suas opiniões, de se organizarem, de se reunirem, de se manifestarem, a todos os portugueses que queiram viver em liberdade e respeitar e defender a liberdade.

Quero aqui sublinhar que, apesar das divergências, contradições e dificuldades existentes entre as forças políticas, continuamos defendendo o prosseguimento do Governo de Coligação, dos partidos políticos e do MFA.

A rotura entre as forças participantes no processo democrático criaria sérios riscos e comprometeria gravemente o curso democrático da vida portuguesa. O PCP quer cooperação a não rotura.

Prosseguiremos a nossa política de unidade das forças populares e democráticas e a aliança do movimento popular com o Movimento das Forças Armadas, factor essencial para assegurar a irreversibilidade e o prosseguimento do processo revolucionário.

Camaradas: Eu sei que as nossas palavras serenas, que não exageram as dificuldades, que não agudizam os conflitos, que evitam mesmo a polémica, quando adversários ideológicos podem dirigir ao nosso Partido palavras bem graves e caluniosas, podem por vezes não ter aquela aceitação rápida e espontânea que costumam ter palavras demagógicas. Mas o Partido Comunista é um partido responsável e um partido que ajúza os acontecimentos na base da análise, na base das realidades, na base da correlação de forças, com a preocupação fundamental de fazer prosseguir e avançar o processo revolucionário.

É porque existe a noção dessa responsabilidade do nosso Partido, do seu papel na defesa e na consolidação das liberdades, é porque queremos assegurar o caminho para as eleições da Assembleia Constituinte, e para assegurarmos depois a construção de um Portugal democrático, que hoje não ouvireis aqui da minha parte uma palavra de polémica e ouvireis, sim, palavras confiantes na vitória da causa da democracia no nosso País e no caminho para o socialismo que todos desejamos.

Na defesa da liberdade contra a reacção e na construção do novo Portugal democrático, os estudantes têm um importante papel a desempenhar. Mas é necessário compreender os objectivos imediatos, as formas de organização e de acção, que não são mais o que eram no tempo do fascismo.

A luta não é mais a resistência a um regime e o esforço para derrubá-lo. As atitudes de contestação e de oposição vão dando lugar a atitudes criadoras de intervenção dos estudantes na construção, dificultosa sim, mas certa, do novo Portugal democrático.

O estudo e o trabalho inserem-se cada vez mais no quadro da actividade revolucionária dos estudantes.

Na nova situação democrática, a UEC tem novas e grandiosas tarefas a realizar como vanguarda revolucionária dos estudantes. Essas novas tarefas exigem uma modificação dos objectivos imediatos e, a médio prazo, e uma modificação das formas e métodos de organização e de trabalho de massas.

Este I Encontro definirá, segundo creio, as directrizes programáticas e a linha política. Não basta porém. A organização da UEC, entretanto, apesar dos sérios progressos, está longe de atingir os efectivos correspondentes à sua influência e às necessidades da sua acção. É necessário também a curto prazo examinar atentamente os problemas de organização.

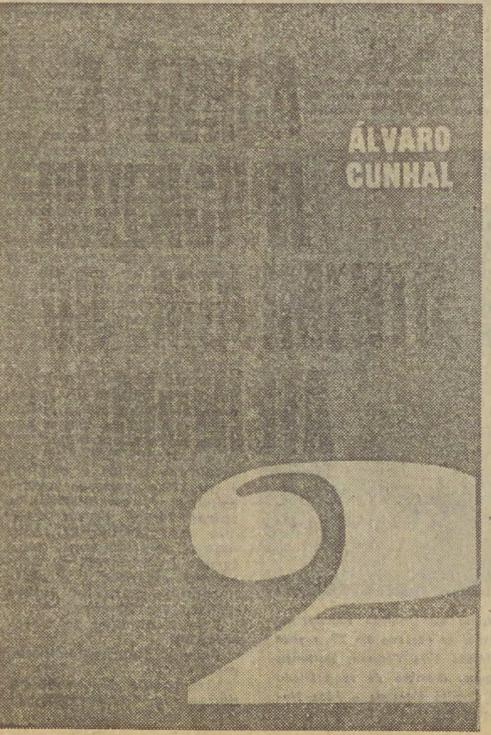
É necessário dar a devida atenção à formação de quadros. É necessário insistir no estudo do marxismo-leninismo, no trabalho ideológico, combatendo a ideologia reaccionária, o oportunismo de direita e o oportunismo esquerdista. É necessário estar atentos a manifestações sectárias e corrigi-las prontamente. É necessário que o estilo de trabalho dos estudantes comunistas se adapte às novas exigências das suas tarefas. O trabalho de massas continua a ser uma direcção fundamental, decisiva, da actividade dos comunistas. O reforço da vanguarda é inseparável do reforço do seu trabalho de massas.

A organização comunista dos estudantes tem grandes tradições de combatividade, dedicação e heroísmo. Nas complexas condições de luta desde o 25 de Abril, a União dos Estudantes Comunistas tem-se mostrado digna das magníficas tradições do seu passado.

É tarefa da UEC orientar a luta dos estudantes em defesa dos seus interesses e pela reforma democrática do ensino, e ganhar as massas estudantis para a perspectiva da transformação da sociedade portuguesa, para a construção dum Portugal democrático, progressista e independente, abrindo caminho para o socialismo.

Viva a unidade de combate dos estudantes portugueses!

Viva a União dos Estudantes Comunistas!



UNIÃO DOS ESTUDANTES COMUNISTAS

MANIFESTO AOS ESTUDANTES

Os 572 delegados presentes ao I Encontro Nacional da UEC, representando 164 organizações da União dos Estudantes Comunistas do Ensino Superior e Secundário de três academias e da província, aprovaram com duas absenções o manifesto dos estudantes portugueses, plataforma de acção unitária, que a seguir transcrevemos:

Enfrentamos, no terreno do ensino uma pesada herança. Nos seus vários graus, múltiplos e complexos problemas se colocam diariamente aos estudantes, aos professores, a todos os que estão verdadeiramente empenhados na sua democratização.

A União dos Estudantes Comunistas exorta as massas estudantis a tomarem nas suas mãos a tarefa de erguerem um movimento estudantil forte, coeso e interveniente, capaz de responder às graves questões que constantemente se levantam.

Para tal, a UEC chama todos os estudantes à luta unida pelos seguintes objectivos concretos e imediatos:

1.— **Contra a paralisação das escolas, pela democratização do ensino.** O perigo de paralisação é real e sério; para este objectivo convergem as mais diversas manobras onde é constante o dedo da reacção; unidos devemos denunciá-las e combatê-las.

Contra a paralisação das escolas baseadas em firmes posições de princípio, é necessário procurar as soluções mais justas e realistas; ultrapassar os remendos e reestruturas parcelares, avançando, com audácia, profundas transformações do ensino; apontar decididamente as medidas antimonopolistas que criem, em definitivo, condições para a Reforma Geral e Democrática do Ensino e permitam um aumento substancial de verbas para a Educação.

Contra a paralisação das escolas significa, também, lutar contra a desagregação e o constante ultrapassar do Movimento Associativo que sistematicamente cria situações altamente perigosas ou mesmo impeditivas do normal funcionamento das escolas.

2.— **Pelo avanço do saneamento.** Todos aqueles que estiverem comprometidos com o regime fascista ou são abertamente contrários ao actual processo democrático devem ser afastados. A sua presença nas escolas é um perigo grave para a democratização do ensino, para o funcionamento das estruturas democráticas. Neste sentido, é particularmente necessária uma grande vigilância no ensino secundário.

A lei que actualmente regula o processo de saneamento é manifestamente limitada e insuficiente; tem sido, na prática, um obstáculo para o seu avanço; lutamos pela sua

urgente substituição por uma nova lei adequada à situação que, neste domínio, realmente se vive.

3.— **Pela concretização do Serviço Cívico Estudantil.** Os estudantes podem fazer dele um magnífico instrumento na transformação e renovação do ensino. O SCE é um inestimável contributo na ligação do ensino à prática e à vida; será o melhor contributo dos estudantes portugueses para a reconstrução nacional.

Em relação ao Serviço Cívico a UEC defende e propõe:

A sua extensão a todos os

anos, de acordo com as condições concretas de cada escola; frequência da Universidade assegurada para todos os estudantes que participem no SCE (estes serão considerados estudantes universitários); tempo de Serviço Cívico descontado na prestação do Serviço Militar; formação nas escolas de departamentos de apoio ao SCE; cursos abreviados de preparação para as tarefas a desempenhar; formação de brigadas de apoio de professores e estudantes mais adiantados; participação das AAE na organização e apoio ao SCE; participação e consulta dos sindicatos, das autarquias locais, das mais diversas organizações populares; canalização dos candidatos para tarefas tanto quanto possível relacionadas com os cursos escolhidos.

4.— **Pela urgente resolução do problema da superlotação.** São necessárias medi-

das profundas que alterem radicalmente toda a estrutura do ensino. A UEC propõe, desde já, as seguintes medidas a pôr em prática a partir do próximo ano lectivo:

Abertura de novos cursos superiores de menor duração virados para as necessidades mais urgentes da reconstrução nacional; aproveitamento máximo da capacidade logística das universidades e escolas existentes; reciclagem e formação de docentes; regionalização do ensino superior; criação de cursos por correspondência; fusão do ensino liceal e técnico-profissional.

maior vigilância para que os componentes das estruturas de gestão eleitas sejam apenas pessoas que estejam firmemente com o processo democrático em curso.

A UEC denuncia e combate todos os que a coberto de uma fraseologia «esquerdista» fazem por sistema, intencionalmente ou não, o jogo da reacção.

A UEC denuncia e combate todos os oportunistas de direita que, fazendo tábua rasa dos princípios, estão dispostos a apoiar qualquer posição por mais absurda, na mira de uma hipotética vantagem imediata.

A UEC denuncia e combate o facilismo, incompatível com profundas transformações democráticas do ensino, susceptível de criar as mais diversas situações de confusão e degradação da sua qualidade, susceptível de levar, a curto prazo, à paralisação de escolas, sempre acompanhado do mais profundo reacção e chauvinismo.

5.— **Pela defesa do Movimento Associativo.** O MA deve continuar a ser unitário e representativo dos estudantes. É imprescindível impor o seu funcionamento democrático, reforçar a sua capacidade de decisão e de acção, impedir a instalação e generalização do clima de provocação e intimidação. A discussão estéril, sem princípios e sem finalidades não interessa nem serve os estudantes portugueses.

As estruturas do MA, no meadamento as de direcção, devem ser reforçadas e colocadas ao abrigo das manobras dos mais diversos «grupos de pressão» ou «minorias activas» que sistematicamente sabotam ou impedem o seu trabalho.

Deve ser impulsionado ao seio dos estudantes um profundo debate democrático sobre os problemas do MA na hora actual que culmine com a rápida eleição de novas direcções para as AAE que defendam, de facto, os reais interesses dos estudantes.

O sector estudantil é dos mais atrasados no que respeita à construção de estruturas nacionais representativas; tudo o que neste domínio existe é altamente insuficiente — é urgente avançar na rápida constituição da UNEP.

Porque todas estas questões são decisivas e necessitam para a sua resolução, da ampla participação de todos os estudantes, a UEC propõe a massa estudantil a rápida organização e realização de um Encontro Nacional dos Estudantes Portugueses.

6.— **Pela gestão democrática das escolas.** Esta é uma das mais importantes conquistas do movimento estudantil após o 25 de Abril. Como tal, não pode ser posta em causa. Os conselhos de gestão têm de ser estruturas responsáveis e actuantes, verdadeiros organismos dinamizadores de profundas transformações do ensino; devem buscar o seu trabalho na ampla participação de estudantes e professores; devem procurar formas de ligação e colaboração com as mais diversas organizações populares. As objecções que se possam levantar a aspectos parcelares da sua regulamentação não podem paralisar o que é essencial. Deve ser exercida a

Política de unidade

A UEC dirige-se directamente às massas estudantis, submetendo ao seu consenso as iniciativas que propõe, procurando aprender com elas e, antes de tudo, unindo-as à acção em torno de objectivos e plataformas concretas; ao mesmo tempo, a UEC está, também, disposta, numa larga política de unidade, a realizar acordos, entendimentos, a cooperar, a aliar-se com as outras organizações políticas, democráticas e progressistas que actuam nas escolas, desde que prontas a fazer frente à reacção e empenhadas no desenvolvimento do processo revolucionário.

Ha um processo revolucionário em curso no nosso País. Os estudantes podem e devem dar um contributo importante, desempenhar um papel positivo e dinâmico no processo em curso, à altura das suas tradições de luta contra o fascismo e de acordo com as responsabilidades então contradas, inserindo-se, sem hesitações, no movimento popular de massas, em aliança estreita com o MFA.

Neste sentido, a União dos Estudantes Comunistas apela aos estudantes portugueses para que se coloquem decididamente ao lado das massas populares na luta por quatro grandes objectivos políticos:

— a defesa da liberdade e do triunfo da democracia;

— efectivas medidas antimonopolistas e antilatifundiárias;

— o apoio à total descolonização;

— contra o imperialismo e pela solidariedade com a luta dos povos e da juventude de todo o Mundo.

As lutas, os objectivos, as aspirações da juventude estudantil portuguesa não cabem nem caberão no quadro de uma democracia burguesa. Guiando a sua actividade pelo marxismo-leninismo, difundindo os seus ideais, desmascarando os seus falsificadores, a UEC não poupará esforços para que amplas massas de estudantes sejam ganhas para a causa da classe operária e dos trabalhadores, para o socialismo e o comunismo, grandes ideais da juventude.



A CIÊNCIA AO SERVIÇO DO POVO

A propósito da criação da Organização dos Trabalhadores Científicos, em Encontro Nacional realizado em Dezembro último, é oportuno reflectir sobre a importância de um sector — a actividade científica — defrontado ainda com grandes dificuldades. Com efeito, a herança do fascismo, também em relação à ciência e à tecnologia, é desoladora. Consciente de que manter o povo na ignorância e no obscurantismo contribuía fortemente para atrasar o seu esclarecimento político, o fascismo revelou-se sempre um feroz inimigo de qualquer forma de cultura, incluindo a ciência. Os poucos cientistas portugueses que conseguiram produzir trabalho válido tiveram de lutar com tenacidade contra todas as condições adversas e têm como reverso as muitas capacidades que sobocorreram por falta de estímulos mínimos. Também não é de estranhar — porque espírito científico e fascismo são contraditórios — que muitos tenham sido vítimas de perseguições: Bento de Jesus Caraça, Rui Luís Gomes, Manuel Valadares e tantos outros.

Desenvolver uma investigação científica e técnica verdadeiramente nacional era também para o fascismo uma contradição com a sua política de sujeição aos interesses imperialistas, para os quais a incapacidade técnica do País, a par de uma mão-de-obra barata sujeita a brutal repressão eram garantias do seu total domínio.

Na actual situação política portuguesa abrem-se perspectivas completamente diferentes e é importante que a acção dos trabalhadores científicos a favor de uma ciência ao serviço do progresso do nosso povo seja conhecida e apoiada. Os trabalhadores científicos, isto é, os que trabalham em investigação científica e técnica, verdadeiramente nacional, são trabalhadores intelectuais que devem estar ao serviço do povo e devem estreitar as suas relações com os restantes trabalhadores, num esforço comum para lançar os fundamentos de uma conquista que só o socialismo tornará completamente realizada; suprimir a contradição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

A ciência e hoje um dos sectores determinantes da produção de bens e serviços. Por isso não pode ser exclusivo de uma elite e deve ser parte essencial e indispensável da educação de

todos os trabalhadores. A história mostra que a apropriação da ciência pela classe minoritária dominante é um factor de manutenção de superstições, de miséria e de mais intensa exploração dos trabalhadores. No entanto, não se deve esquecer que a ciência e as descobertas científicas, mesmo quando muito importantes, não são os determinantes, só por si, da evolução da sociedade. A ciência e a sua aplicação prática dependem do regime social e dos interesses a que ele está sujeito. A ciência só pode mostrar totalmente as suas imensas potencialidades como instrumento de progresso quando posta ao serviço dos trabalhadores, em regime socialista.

Diz-se, por vezes, que um país pequeno, até há pouco mantido pelo fascismo no estado de país mais atrasado da Europa (embora com muitos recursos não explorados) não deve investir na

actividade científica, considerada assim como luxo de país rico, e que melhor seria limitarmos-nos a importar a técnica e os processos de fabricação. Ora isso não seria mais que, por outros meios, manter indefinidamente o domínio imperialista, em conivência com os monopólios internos (finalmente aqueles que maiores meios teriam de adquirir a técnica estrangeira), e contribuir para a esterilização do poder criador dos trabalhadores portugueses. É claro que uma capacidade científica e técnica autónoma não se faz de um dia para o outro, mas é preciso começar desde já a lançar as suas bases.

Por outro lado, com o desenvolvimento das relações com os países socialistas, temos meios de obter ajudas sem hipotecar a independência nacional aos interesses imperialistas.

Muito piores eram ainda as condições económicas da jovem República Soviética, em guerra

civil, quando logo em 1918 Lenine, consciente do significado da ciência para a construção de uma nova sociedade, elaborou o plano para arranque da Academia das Ciências, depois confirmado por decreto do Conselho dos Comissários do Povo, e que constituiu o verdadeiro nascimento de uma instituição de investigação que há muito está na vanguarda da actividade científica mundial.

É necessário incentivar a actividade científica, dotá-la dos meios humanos e materiais que as capacidades nacionais permitam e inseri-la nos objectivos sociais do povo português e em particular das massas trabalhadoras. A acção organizada dos trabalhadores científicos pode desempenhar um papel importante, traduzindo efectivamente a sua vontade de contribuir para uma investigação científica e técnica ao serviço do progresso do País.

A Editorial «Avante!» informa

UM MESMO COMBATE PCF-PCP

Antes, quando se falava no vosso país, era nas prisões, nas torturas, na opressão que se pensava. Quando nós, comunistas franceses, evocávamos Portugal, o nosso pensamento ia para os sofrimentos, para as lutas do vosso povo e para o combate heróico dos nossos irmãos, os comunistas portugueses.

Hoje, a ditadura fascista encontra-se derrubada. A inação de Portugal é a de um país que renasce para a liberdade. E a de um país que abre um caminho original para a democracia, para o progresso social e para a paz.

«Ao evocar esta mudança decisiva, este sucesso da aliança realizada entre o Movimento das Forças Armadas e as massas populares do vosso país, é aqueles que combateram nas duras condições da ilegalidade que eu quero prestar a minha homenagem fraterna».

Homenagem a esses inúmeros homens e mulheres que, nas piores condições, nunca se resignaram e se recusaram a viver de joelhos!

GEORGES MARCHAIS

A FORÇA INVENCÍVEL DO MOVIMENTO COMUNISTA

Diferentes são as condições em que actuam os partidos irrmãos. Diferentes são as suas experiências, a sua história, a sua influência no próprio país e na arena internacional. Mas todos se irmanam num mesmo combate e num mesmo objectivo. O movimento comunista é a maior força política e ideológica do mundo contemporâneo. Os seus ideais tornam-se realidade em grande parte do mundo. A sua unidade é factor da união das forças anti-imperialistas. Em todo o processo revolucionário mundial, o movimento comunista desempenha e continuará a desempenhar um papel determinante.

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO UMA POLÍTICA UMA CONCEPÇÃO DO MUNDO

O internacionalismo proletário, parte integrante e essencial do marxismo-leninismo, é uma explicação científica das relações mútuas e da missão histórica da classe operária de todos os países e uma política, uma ética, uma orientação para a acção revolucionária. O internacionalismo proletário traduz a realidade objectiva do mundo capitalista: o antagonismo irreconciliável de interesses do proletariado e da burguesia em cada país e a plena identidade de interesses e objectivos dos proletários de todos os países.

Como sublinhou Lenine, a condi-

ção económica (assalariado) da classe operária não é nacional, mas internacional; o seu inimigo de classe é internacional; as condições da sua libertação são também internacionais. Pela sua própria condição social, a classe operária é internacionalista. Liquidar o capitalismo e a exploração do homem pelo homem em cada país e em todo o planeta — tal a causa comum e a missão histórica dos proletários de todos os países.

COM A UEC NAS ESCOLAS A REACÇÃO NÃO PASSARÁ

«A UEC apresenta aos estudantes, à classe operária, ao povo, os problemas do ensino e a situação política na Universidade» — sob este lema se organizou e realizou o comício da UEC, no dia 12 de Dezembro, no Pavilhão dos Desportos.

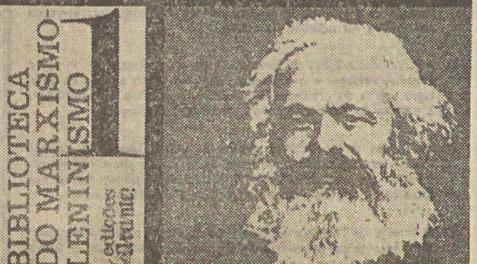
Os textos aqui reunidos, que são o conjunto das intervenções feitas nesse comício, fazem a apreciação global dos problemas do ensino e da situação política nas escolas, e valem, não apenas pela correcção dessa apreciação, mas também pelas perspectivas que apontam, pelas soluções que propõem.

O comício da UEC e as propostas apresentadas são um marco no seu trabalho, são um marco virado para o futuro, a partir do qual se reforçará mais e mais a vanguarda revolucionária do movimento estudantil, a União dos Estudantes Comunistas.

«TRABALHO ASSALARIADO É CAPITAL»

O presente escrito de Karl Marx, «Trabalho Assalariado e Capital», esclarece o desenvolvimento de uma ideia enunciada no Manifesto Comunista. A saber, a ideia cuja descoberta constitui, no dizer de Lenine, o mérito máximo de Marx: o ter sabido elevar-se à compreensão teórica de que pela situação económico-social que ocupa no processo da produção (e não por quaisquer motivações morais nem tão-pouco por um pretensão fatalismo histórico) a classe operária, criada pela grande indústria moderna, está em condições de ser a força propulsoira decisiva capaz de levar a cabo a grande transformação social que porá fim a toda a exploração e dominação de classe e edificará a sociedade comunista sem classes.

TRABALHO ASSALARIADO É CAPITAL



MOÇÕES E SAUDAÇÕES APROVADAS NO ENCONTRO

Durante o I Encontro Nacional da UEC foram aprovadas por aclamação moções de apoio dirigidas ao general Costa Gomes, Presidente da República, ao brigadeiro Vasco Gonçalves, Primeiro-Ministro, e à Comissão Coordenadora do MFA.

A assembleia de delegados aprovou também, por aclamação, uma saudação dirigida ao Comité Central do nosso Partido, reafirmando que a UEC tudo fará para que os estudantes se incorporem no movimento popular, reforçando a sua unidade e contribuindo para o estreitamento da aliança Povo-MFA força imbatível no aprofundamento do processo democrático.

Foram, entretanto, recebidas várias saudações, nomeadamente do camarada Albano Nunes, suplente do Comité Central e um dos fundadores da UEC, da comissão conceleira de Lagos do PCP da Juventude Africana Amílcar Cabral, da juventude do MDM e da célula da Magde do PCP.

Na sessão de encerramento, além dos representantes da juventude do MPLA e do representante da União Internacional dos Estudantes, usaram a palavra representantes do Movimento da Juventude Trabalhadora e da célula dos professores comunistas.

António Jorge, membro da Comissão Executiva e responsável pelo jornal «UEC», finalizou a sua intervenção no Encontro com uma saudação ao nosso jornal, considerando-o um exemplo vivo do que deve ser um órgão da imprensa comunista, com a certeza de que os estudantes comunistas tudo farão para o difundir largamente entre os estudantes portugueses. Essa será — conforme afirmou — a melhor forma de prestarmos homenagem ao órgão central do nosso Partido, ao jornal da classe operária portuguesa e seu principal bastião contra a desinformação e alienação da imprensa burguesa reacçãoária.

Un même combat

Um mesmo combate

PCF-PCP

Edição Bilingue Edição Bilingue

CADERNOS DO PCP

3 edição de Avante!

informação

- Acusado de ter praticado vários delitos, entre os quais o peculato de mil contos, no desempenho de funções oficiais, foi preso pela Polícia Judiciária o ex-director-geral do Turismo, Álvaro Roquete.

- Numerosos refugiados chilenos, actualmente em Londres, tentam fixar-se em Moçambique, para trabalhar em tarefas que lhes sejam confiadas pela Freilimo.

- Em Novembro foram constituídas 161 novas sociedades, das quais 17 são anónimas e 144 por quotas. O total dos capitais declarados supera 168 mil contos.

- A TAP concluiu as negociações relativas ao financiamento da aquisição de novos aviões: um Boeing 747 e dois Boeing 727-200. O investimento atinge o montante de 1 375 000 contos.

- Os recrutas que não puderam comprovar as matrículas durante o primeiro ano dos cursos superiores, devido à suspensão dos mesmos, deverão apresentar até 10 de Fevereiro, no Distrito de Recrutamento e Mobilização a que pertencem, o documento comprovativo, passado pela Universidade, de que estão em condições para a frequentar.

- O brigadeiro Silva Cardoso substituiu o almirante Rosa Coutinho no cargo de alto-comissário de Portugal em Angola.

- Os preços máximos da venda ao público da batata de consumo, até 30 de Abril, são os seguintes: «desidre», 4\$70 por kg; «arran-banner», 4\$30; outras variedades, 4\$50.

- Em Moçambique foram tomadas severas medidas de fiscalização para pôr termo aos abusos que estavam sendo praticados no tocante à saída de bagagens. As mercadorias que ultrapassarem determinado valor necessitam agora de um boletim de registo de exportação.

- A alegada dependência económica de Moçambique em relação à África do Sul, não passa de um «logão» imperialista, declarou o secretário de Estado para os Assuntos Económicos, do Governo de Transição, Luís Salgado de Matos.

- Foram suspensos do exercício das suas funções Francisco José Cortes Simões, inspector chefe do Instituto de Reorganização Agrária, e António da Fonseca Leal de Oliveira, delegado do Instituto de Reorganização Agrária em Beja.

- Após muitos anos de ausência, chegou a Luanda, Mário de Andrade, um dos fundadores e ex-presidente do MPLA.

- «Vim aqui para expressar o meu reconhecimento à Argélia pelo auxílio que nunca nos negou e pela sua contribuição para o êxito dos acordos que acabamos de concluir com o Governo Português», declarou em Argel o camarada Agostinho Neto, presidente do MPLA.

- O «Diário de Notícias» e a «República» transcreveram, parcialmente, o editorial da última edição do «Avante!».

- Sob nova direcção, voltou a publicar-se, após uma interrupção de mais de cinco meses, o «Jornal do Comércio».

- A comissão «ad hoc» para a Informação suspendeu, por seis dias, o «Diário do Minho», órgão da arquidiocese de Braga.

- A Câmara Municipal de Lisboa desmentiu que tivesse despedido 311 elementos dos serviços de limpeza.

- A República Popular do Congo e Portugal decidiram normalizar as suas relações.

- O presidente da Libéria, William Tolbert Junior, visitará a Guiné-Bissau nos dias 6 e 7 de Fevereiro, a convite do presidente da qual República, camarada Luís Cabral.

- «Se dissermos que a Bolsa não abrirá antes das eleições, não andaremos muito longe da verdade», declarou em Lisboa o ministro das Finanças.

- Os trabalhadores do Banco da Agricultura deliberaram afastar dos cargos que ocupavam os administradores Manuel Gonçalves Cavaleiro Ferreira, Paulo Sendim e Rafael Termes Carreiro, e o director-geral, Almerindo da Silva Marques. O primeiro dos elementos saneados foi ministro da Justiça de Salazar. Criou os Tribunais Plenários e as medidas de segurança; defendeu o Tarrafal e participou na reorganização da PIDE. Foi sempre um fascista.

- Por estar implicado em irregularidades cometidas na antiga Secretaria de Estado da Informação e ter mantido íntimas ligações com o ex-PIDE/DGS, foi preso Duarte Guedes Vaz, ex-chefe do gabinete de Moreira Baptista.

- O Ministério da Educação e Cultura e o Ministério da Economia esclareceram que está absolutamente fora de causa a participação das empresas privadas no esquema do serviço cívico.

- A campanha de dinamização cultural lançada pelo MFA no Minho e no distrito de Castelo Branco, contribuiu apreciavelmente para o esclarecimento das populações.

- Em Abril, a Comissão de Descolonização das Nações Unidas realizará uma série de reuniões em Portugal.

- As Nações Unidas vão abrir uma delegação do PNUD, Programa para o Desenvolvimento, em Moçambique. O delegado permanente da ONU, o polaco Anthony Balensky, já chegou a Lourenço Marques.

- Carlos Pericão de Almeida, que exercia as funções de cônsul de Portugal em Joanesburgo, foi suspenso por 90 dias, sob proposta da Comissão de Saneamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

- Para comemorar o sexto aniversário do assassinio de Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Freilimo, a Casa de Moçambique organizou várias homenagens à memória do grande patriota moçambicano.

- Os sindicatos que participaram no I Congresso Nacional da Indústria Turística emitiram um comunicado no qual «renegam todas aquelas conclusões que não pressupõem uma via socialista para o turismo nacional».

- O governador, de Timor visitará a Indonésia em Fevereiro, para trocar impressões sobre o futuro da ilha com governantes daquela país.

- A organização portuguesa de turismo estudantil e a sua congénere soviética «Sputnik» assinaram um protocolo de intercâmbio de jovens, no final de uma visita que elementos da última fizeram a Portugal.

- No Colégio Nuno Álvares, em Tomar, o saneamento continua por fazer. Os alunos entraram em greve para protestar contra a expulsão de um colega que, em entrevista a um jornal desportivo, criticara a atmosfera opressiva do estabelecimento.

- Por despacho do ministro do Trabalho, foi demitido da função pública, sob proposta da Comissão de Saneamento, Jorge Correia dos Reis Príncipe.

- As actuais conversações de natureza económica e financeira entre Portugal e a Freilimo envolvem, no seu conjunto, interesses da ordem dos 40 milhões de contos.

- Segundo declarações do procurador-geral da República, Pinheiro Fariñas, Portugal e o Vaticano chegaram a um acordo de princípio acerca do problema do divórcio. A fórmula aprovada para a revisão da Concordata será conhecida em breve.

- Os Açores terão televisão dentro de pouco tempo. O emissor que ali será montado beneficiará cerca de 70 por cento da população do arquipélago. Serão instalados retransmissores nas ilhas de S. Miguel, Terceira, Graciosa, Pico e São Jorge.

- O Serviço de Transportes Colectivos do Porto passou a depender directamente da Secretaria de Estado dos Transportes e Comunicações.

A reacção externa solidária com a reacção interna

A provocação montada no Porto em torno do Congresso do CDS não teve apenas efeitos internos lamentáveis que beneficiaram as forças envolvidas na conspiração contra-revolucionária em marcha. Foi também imediatamente explorada no estrangeiro pelas forças da reacção internacional.

Vários órgãos da chamada «grande imprensa» europeia e americana exploraram largamente os incidentes do Porto, interpretando-os com má fé e tratando de extrair deles conclusões falsas no mais sórdido estilo da «guerra psicológica». O vice-presidente do Parlamento da República Federal da Alemanha, Kai Uwe von Hassel, logo que pôs os pés no aeroporto de Colónia, no regresso, investiu contra o processo democrático português, aludindo ao «perigo de uma ditadura comunista». Recorrendo a uma linguagem ambígua, deturpou os factos para persuadir os seus compatriotas de que a responsabilidade cabia a diferentes correntes da esquerda. E fez, como era de esperar, um caloroso elogio do CDS, «um partido que não



tem nada a ver com reaccionários ou fascistas, como os jornais afirmam». O secretário do Partido Conservador Finlandês, Matz Kockbari, exprimiu-se em termos não muito diferentes, assim como dois representantes do Partido Conservador Britânico, Lady Ellis e Peter Kirk. O último teve o descaro de afirmar que, tendo chegado tarde à sessão de sábado à noite, não pudera entrar na sala porque esta se encontrava bloqueada «por centenas de manifestantes comunistas».

Os delegados de 16 partidos Centristas e Democratas-Cristãos Europeus, convidados a assistir ao Congresso do CDS, divulgaram um comunicado conjunto, a que os órgãos de informação da reacção internacional deram a mais ampla divulgação. Nesse documento, redigido em tom bombástico, «prestam homenagem à coragem dos dirigentes do CDS que se encontram envolvidos num combate pelo reforço da democracia», dirigem um apelo a todas as forças «livres e responsáveis» e manifestam o temor de que Portugal venha a ser submetido «a um regime totalitário».

Na imprensa de direita belga, o noticiário sobre os incidentes do Porto é tão confuso e a irresponsabilidade tão grande que os redactores, no intuito de glorificar o CDS, transformam aquele partido em membro da coligação governamental. Para o «Daily Telegraph», órgão dos monopólios britânicos, os distúrbios reflectiram uma «técnica comunista clássica». O «Times» veste léguas pelo futuro de Portugal e afirma categoricamente que «o actual Governo atravessa uma crise provocada pelos comunistas».

São apenas alguns exemplos. Mas expressivos. A reacção externa não perdeu tempo. Todos os políticos estrangeiros que estiveram no Porto, todos os enviados especiais e correspondentes que presenciaram os incidentes, sabem perfeitamente que o PCP desaprovou o boicote ao Congresso do CDS e condenou em termos severos a provocação esquerdista de sábado. Mas fingem ignorar a evidência. Lançam boatos e calúnias contra os comunistas, contra o Governo Provisório e o MFA, contra Portugal. Esses 16 partidos intitulados centristas e democratas-cristãos, mas que na realidade são partidos reaccionários, prestam uma comovida homenagem ao heroísmo dos seus correligionários do CDS, mas não consta a ninguém que tenham assumido atitude semelhante de solidariedade aos patriotas portugueses que nos tempos de Salazar e Caetano se batiam contra o fascismo e o colonialismo. Nessa época não se preocupavam nem com o presente, nem com o futuro de Portugal. O «Daily Telegraph» fazia regularmente, em termos entusiásticos, a apologia do colonialismo.

O CDS tinha direito a realizar o seu Congresso sem interferências estranhas, sem provocações. O Partido Comunista Português afirmou-o claramente. Mas é sintomático que tal Congresso tenha servido de pretexto para que se deslocassem a Portugal dezenas de jornalistas que representam órgãos de informação que vêm combatendo sistematicamente o processo revolucionário português. Politicamente, não era um acontecimento que justificasse tão intensa movimentação da «grande imprensa». Agora, Lisboa está cheia de repórteres estrangeiros preocupados com o nosso futuro. Farejam algo no ar, queixam-se a cada momento de tudo e de todos, insinuam que não são tratados com a devida atenção pelos oficiais do MFA e por certas personalidades políticas. Não é verdade. Se alguma coisa mudou, nesse aspecto, foi o comportamento desses jornalistas. Muitos, quando estiveram em Portugal no 28 de Setembro, adoptavam uma atitude discreta. Diziam-se neutros, afirmavam ser profissionais que cumpriam com imparcialidade uma missão profissional. Agora, voltam com ideias definidas, sabem tudo o que se passa logo à chegada, escrevem delatatórios incréveis sobre a campanha de calúnias.

É sintomático também o grande número de espanhóis e brasileiros que participaram nos distúrbios do Porto, gritando inflamadas palavras de ordem. Onde vieram e quem são esses estranhos «democratas», esses «revolucionários» que actuam como aliados objectivos da direita, que agem como instrumento das forças contra-revolucionárias? Do Brasil têm chegado denúncias relativas à vinda para Portugal de elementos da polícia política de São Paulo, disfarçados de estudantes. Uma PIDE brasileira ao serviço da CIA e da reacção portuguesa? Seria bom averiguar muitos factos que não ficaram esclarecidos durante a provocação de sábado.

Os métodos da reacção internacional — isso ficou uma vez mais bem claro — não diferem dos métodos da reacção interna. Uma e outra são braços do mesmo corpo.

Felizmente, há também muitos jornalistas honestos que descrevem com autêntica objectividade a realidade portuguesa. Esses merecem o nosso respeito. Comparando o que uns e outros escrevem, não é difícil perceber que uma parte pretende informar e esclarecer os leitores e a outra tem por único objectivo servir os interesses da reacção, as manobras e os fins da conspiração contra-revolucionária.

O balanço geral confirma amplamente as advertências do Partido Comunista Português sobre as consequências das provocações esquerdistas. Com a sua conduta irresponsável, esses grupelhos, cada vez mais infiltrados por agentes da reacção, estão a servir os fins das forças empenhadas em preparar uma nova tentativa contra-revolucionária e das que no exterior, organizam o cerco à Revolução Portuguesa. Triste papel histórico o que desempenham hoje essas correntes pseudo-revolucionárias.

O MFA pelo reforço da aliança com as massas populares

O último número do Boletim do Movimento das Forças Armadas publica um importante artigo sobre a necessidade de manter e reforçar a aliança entre o MFA e as massas populares. Transcrevemo-lo, a seguir, na íntegra:

«O MFA foi o motor, conjuntamente com as massas populares, do assalto final e do derrube do regime fascista e colonialista. É neste momento que o MFA restitui a dignidade às FA, levando-as a tomar atitudes identificadas com os profundos anseios do Povo Português.»

A coragem e a visão correcta dos problemas fundamentais do Povo Português, a sólida aliança forjada com as massas populares em todo o processo revolucionário de derrube do fascismo, permitiram que o MFA tivesse sabido superar crises agudas da sua existência e tivesse sabido

apoiar-se nas massas para resolver as contradições iniciais do processo de democratização e descolonização.

Voltamos a frisar que foi a sólida identificação entre o MFA e as massas populares que permitiu levar a venciça o 13 de Junho, a crise do 1.º Governo Provisório, o processo de descolonização e consequentemente o 28 de Setembro. Não temos dúvidas em considerar que houve momentos em que esta identificação esteve em perigo de se quebrar, quer por factores de ordem interna do MFA, quer por manipulação reaccionária de factores externos.

Porém, as forças consequentes da democracia aliadas ao MFA e dentro de uma linha de acção unitária souberam superar todas essas situações.

Compreendemos que há contradições inatas em todo este processo de alianças em que estão em presença interesses de vários estratos sociais, mas também a noção exacta da real situação do País leva-nos a verificar que os interesses desses vários estratos sociais são comuns não só a curto como a médio prazo, num processo de luta antimonopolista e pela construção de uma sociedade mais justa no nosso país.

Por isso podemos dizer que a aliança do MFA com as forças democráticas, que a unidade do Povo com as Forças Armadas, que a unidade de acção das forças democráticas, não são factores somente adequados ao momento presente; pelo contrário, eles serão os factores verdadeiramente revolucionários da marcha da sociedade portuguesa para o fim da exploração do homem pelo homem e para a solidariedade internacional do nosso Povo com todos os povos do Mundo.

A reacção visa sempre na sua estratégia, mesmo que esta se revista de agressão ideológica, o boicote económico, quebrar a aliança entre o MFA e as massas populares, por isso devemos estar atentos e vigilantes. Essa vigilância é, no fundamental, o reforço dessa aliança.

E como se efectua na prática o correcto reforço da aliança do MFA com as massas populares?

— Primeiro é compreender que esta aliança é o motor da construção histórica da vida política e socioeconómica da nossa jovem democracia.

— Em segundo lugar é vital ao reforço da aliança MFA — massas populares, o combate eficaz a todas as tendências centrífugas ou divisionistas em relação a esta aliança.

— Em terceiro lugar é fundamental assumirmos com energia o papel histórico que nos cabe, nós, MFA, forças democráticas e massas populares no sentido de atacarmos com coragem os problemas graves que afectam o nosso país e de darmos o máximo do nosso esforço na grandiosa tarefa de reconstrução nacional. É nesta perspectiva que o MFA é uma realidade histórica insosfismável. É nesta perspectiva que se impõe, sem sombra para dúvidas, a participação do MFA na construção do futuro do País. É nesta perspectiva que as FA, soldados e marinheiros, sargentos e oficiais, devem ser cada vez mais MFA. E só deste modo as FA serão definitivamente o Povo EM ARMAS e nunca mais um instrumento de repressão ao serviço das classes sociais dominantes.»

Feudos da reacção em Trás-os-Montes

Em muitas vilas e aldeias de Trás-os-Montes a reacção continua a proceder como se nada tivesse mudado em Portugal desde o 25 de Abril. Para os caciques locais, as próximas eleições serão exactamente iguais às últimas «eleições» montadas pelo fascismo. Na opinião dos «donos das aldeias, o povo não tem qualquer papel significativo a desempenhar. Eles decidirão tudo e os trabalhadores terão apenas que votar nas listas que lhes forem indicadas. Não permitem a realização de sessões de esclarecimento, não consentiam que os comunistas fizessem nas comissões de recenseamento, não admitem que representantes do nosso Partido «sonham os pés» nas aldeias sobre as quais reinam. Em muitas povoações contam com a ajuda dos párocos. O padre Ribeiro, em Mirandela, explicou que qualquer debate em torno do problema eleitoral é prematuro. Motivo: é o bispo da diocese que compete dizer em quem se deve votar. Os padres Adérito, de Vimioso, e Herculano, de Vinhais, estão em plena campanha em defesa da reacção. Uma campanha, evidentemente, anticomunista. O nosso Partido é atacado e caluniado como nos tempos do fascismo.

Tudo isso é possível porque não houve saneamento em Bragança. À frente de 78 por cento das juntas de freguesia do distrito encontram-se as mesmas pessoas que as controlavam antes do 25 de Abril. Os decretos do Governo Provisório são letra morta na região. Em muitas freguesias não foram sequer afixados os nomes dos componentes das respectivas comissões de recenseamento. Numa delas, Torre D. Chama, o próprio presidente da comissão distribuiu a propaganda do CDS durante o recenseamento. Em Grijó os boletins foram distribuídos nas casas dos membros da comissão. A Comissão Distrital do PCP, que denunciou todas essas irregularidades, tem plena razão ao afirmar que em Bragança as eleições não serão livres.

O Nordeste Transmontano é, realmente, uma região onde o saneamento não chegou. Quem ali dita a lei é a reacção. O Complexo Agro-Industrial do Cação, por exemplo, é, na correcta definição da célula do PCP, um verdadeiro «coto de fascistas». A direcção do Complexo foi saneada após o 28 de Setembro. Mas a situação fascizante mantém-se. Os fascistas, os ex-legionários, os ex-ANP continuam nos postos-chave. Mudaram de linguagem. Usam emblemas de partidos que se dizem democráticos. Mas continuam a agir como nos tempos em que davam vitórias ao almirante Américo Tomás e a Camilo Mendonça. Elogiam o MFA em discursos e brindes, mas não respeitam os trabalhadores, tratam os trabalhadores como se fossem escravos. A palavra comunista, na boca de muitos capatazes, é um insulto. Ser comunista, no Cação, é, aos olhos de quem ali manda, um crime, um motivo para perseguições e insultos.

O MPLA denuncia manobras que tendem a criar em Angola um clima de guerra civil

A propósito de incidentes verificados em Angola e que afectam a unidade dos movimentos nacionalistas e após o assalto às instalações da Emissora Oficial daquele país por elementos responsáveis da FNLA, o Movimento Popular de Libertação de Angola distribuiu, no dia 25, o seguinte comunicado:

«Uma das constantes da linha política do MPLA tem sido a procura da unidade de todas as forças nacionalistas, por um lado, e a procura de soluções políticas para todas as contradições que ao longo do difícil processo de descolonização, têm surgido entre as diversas correntes do nacionalismo angolano, por outro. Consciente das responsabilidades históricas que lhe incumbem na defesa dos interesses das camadas exploradas do povo angolano, o MPLA tem evitado a todo o prepender responder às provocações das forças reaccionárias que tentam mergulhar de novo o país numa guerra, cuja finalidade seria a de afastar o MPLA do poder político. Esta guerra de agressão tem sido habilmente mascarada sob a capa de uma guerra civil. As forças reaccionárias têm mantido quase constantemente um clima psicológico nas populações tendente à aceitação das teses da guerra civil. Este clima foi provocado, como se sabe, logo após o atentado à delegação do MPLA, em Luanda, em Novembro último. Depois dos acordos de Mombanga e da Penina, registou-se uma certa acalmia nessa campanha, mas o clima de guerra civil voltou agora a aparecer de novo. Fazendo tábua rasa da letra e do espírito dos acordos citados e de tudo o que tinha sido assinado a alto nível, certas forças nacionalistas pretendem criar esse clima de guerra civil com a aproximação da instalação do Governo de Transição de Angola.»

Nesta campanha habilmente montada não pode ser desassociada a presença repentina de Daniel Chipenda no posto de Ninda, no Leste do país. Evidentemente, não faltou a Daniel Chipenda a cobertura da imprensa da capital, que se transformou assim, consciente ou inconscientemente, no veículo eficaz das declarações deste agente do imperialismo internacional, cujos objectivos são soberbamente conhecidos.

O MPLA não pode deixar de notar a facilidade com que estes órgãos da imprensa insistem na «representatividade» de Daniel Chipenda, colocando-se deste modo em oposição declarada ao articulado nos acordos da Penina.

A escalada para instauração de uma guerra civil culminou ontem, dia 25 de Janeiro, com o assalto à Emissora Oficial de Angola e a prisão, de madrugada, do nosso camarada António Cardoso, igualmente funcionário daquela emissora.

O MPLA repudia veementemente esses actos de violência e de prepotência contra o pessoal daquela emissora e solidariza-se incondicionalmente com ela, em face da violência e da prepotência de que foi vítima.

Tais actos não poderão ser aceites de modo algum pelo povo angolano nem pelo MPLA e constituem um desrespeito flagrante aos acordos de Mombanga e da Penina.

O Comité Central e o «bureau» do MPLA e o Estado-Maior das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), em face desta tentativa de atomização da população de Luanda, que visa a instauração de um clima de guerra civil nas vésperas da instalação de um Governo de Transição em Angola, com objectivos políticos que não escapam a ninguém, fazem o aviso solene a todas as forças da reacção, que o povo angolano e a sua organização de vanguarda, o MPLA, não permitirão que as conquistas de 14 anos de luta armada contra o colonialismo português sejam espezinhadas e que se instaure em Angola um regime de violência, antidemocrático e antipovo.

Por outro lado, o Comité Central e o «bureau» político do MPLA e o Estado-Maior da FAPLA exigem a libertação imediata dos camaradas detidos prepotentemente e em especial o camarada António Cardoso. Finalmente, e em solidariedade para com os camaradas detidos prepotentemente e para com os trabalhadores da Emissora Oficial de Angola, o MPLA anuncia que suspende temporariamente o seu programa «Angola Combatendo», do «bureau» político do MPLA.»

Mau serviço de estatística no PPD

O Secretariado da União dos Sindicatos de Aveiro refutou e comentou num comunicado afirmações feitas durante uma conferência de imprensa realizada na sede do PPD. Como argumento contra à unicidade, alegou um dirigente daquela partido que de 26 sindicatos existentes em Aveiro apenas 9 estavam ligados à Intersindical e que somente em 5 teriam sido promovidas reuniões.

Os serviços de estatística do PPD, pelo visto, não funcionam bem. As contas estão erradas, como salienta a União dos Sindicatos de Aveiro. Na realidade, na Intersindical estão filiados 13 sindicatos, 2 secções e 4 delegações. E em Aveiro não há 26 sindicatos, a menos que sejam considerados os patronais, que obviamente são contrários à unicidade. Estranha-se em Aveiro a súbita preocupação do PPD em defender os interesses dos trabalhadores da região, até porque aquele partido não manifestou idêntico interesse pela satisfação de importantes reivindicações dos mesmos trabalhadores quando empresários filiados no PPD se recusaram a cumprir os contratos colectivos em vigor.

Quanto a reuniões de esclarecimento sobre a Lei Sindical, o PPD não está melhor informado. «Muitas se realizaram — assinala o comunicado — como 4 em Agueda (2 de delegados sindicais, 1 assembleia geral, 1 plenário concelhio); 3 nos empregados de escritório (1 assembleia geral e 2 plenários concelhios); nos mineiros (1 assembleia geral); nos tapeteiros e cordoieiros (1 assembleia geral); na empresa Frapil (1 sessão de esclarecimento, etc.). Em todas elas com número bastante elevado de associados. Mais: o Sindicato dos Empregados de Escritório convocou, para o efeito, cerca de 3500 associados, tendo enviado em conjunto com a convocatória o Projecto da Lei Sindical.»

«Que mais quer o PPD?», pergunta, e com razão, a União dos Sindicatos de Aveiro. A unicidade sindical é a verdadeira força dos trabalhadores, que por ela se pronunciam. Em Aveiro, como em todo o País. Queira ou não queira o PPD.

Suspensas execuções de despejo

Todas as execuções de despejo, tanto de processo comum como de processo especial, foram suspensas nos termos de um decreto-lei dos Ministérios da Administração Interna e da Justiça.

A medida beneficia muitas famílias residentes em casas cujos contratos de arrendamento eram considerados caducos de acordo com o artigo 1051 do Código Civil e também pequenos comerciantes em risco de despejo.

Foram também suspensas todas as execuções de despejo de habitações respeitantes a prédios situados nos concelhos do Porto e nas freguesias urbanas de Vila Nova de Gaia, Gondomar, Maia e Matosinhos, nos casos em que o despejo tenha sido determinado com base em sublocação ou pelo arrendatário contra ocupantes sem título legal de subarrendamento ou de albergaria.

Senhora em Portugal

Leopoldo Senghor, presidente do Senegal, foi o primeiro chefe de Estado da África a visitar Portugal após o 25 de Abril. Durante a sua estada manteve conversações com o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, e abordou em discursos e entrevistas uma multiplicidade de problemas, desde os políticos aos culturais. O brigadeiro Vasco Gonçalves ofereceu-lhe um almoço em Sintra e aproveitou a ocasião para agradecer o apoio que Senghor tinha dado ao processo de descolonização na Guiné-Bissau. Em resposta, o presidente do Senegal declarou, depois de saudar o Movimento das Forças Armadas:

«Foi com uma fé muito particular que assisti, e participei, um pouco, no processo de descolonização dos territórios portugueses de África, porque o acontecimento anunciava uma nova vitória no combate que tínhamos empreendido, nos anos 30, pela libertação do nosso continente.»

Para além da libertação dos nossos irmãos, o Movimento das Forças Armadas, pela sua acção histórica, favorecerá, sem dúvida alguma, a simbiose das culturas africana e europeia, contribuindo para a edificação da Euro-África que, através de nós, realizará, antes de mais, o milagre da mestiçagem cultural.

Honra seja feita, pois, ao Povo Português, em quem a África sempre acreditou. Lembro ainda Amílcar Cabral que, enquanto combatia o Governo Português, recusava pedir a exclusão de Portugal da ONU. Mesmo que a espera tenha sido longa, não ficámos decepcionados. Através dos seus soldados, o vosso povo soube extrair de si próprio o impulso e a força necessários para se libertar e libertar, ao mesmo tempo, aqueles que se encontravam sob o jugo colonial.»

Agora, que já não há divergências entre os nossos dois países, entre Portugal e o Senegal, novas perspectivas se nos oferecem para uma cooperação estreita e fructífera. O Governo e o povo senegaleses estão a isso dispostos: desejam-no.»

Arrogância de um cavalheiro que teme o saneamento

As insuficiências do saneamento são conhecidas. Contra elas protestam diariamente os trabalhadores de centenas de empresas. E também os servidores públicos. Uns e outros têm razão. O saneamento foi, aliás, tão superficial que elementos que exercem funções de responsabilidade na própria Administração Pública começam já a assumir atitudes arrogantes, não escutando a sua aversão pela política... do saneamento. O director-delegado dos Serviços Municipalizados da Figueira da Foz, eng. José Jorge de Pinho,



bateu todos os recordes de insinuação nesse terreno e transformou-se em censor de opiniões emitidas pelo MFA. Mandou retirar um texto do Boletim do Movimento que havia sido afixado naquele organismo e repreendeu o autor da iniciativa e o funcionário que dactilografara a transcrição.

O texto que despertou a sua irritação é do seguinte teor:

«A Administração Pública não poderá ser dirigida nos escalões de decisão por homens que transigram com sistemas anteriores. Tal meio não significa que o seu trabalho e as suas qualidades não tenham interesse na reconstrução do País. Porém, esses homens, embora ideologicamente não fascistas, não reúnem as condições psicológicas e sociopolíticas indispensáveis a quem vai determinar as profundas reformas que o País necessita. Não basta dizer-se democrata, é preciso ser revolucionário para que um português encontre dentro de si a energia e a vontade para tarefa de tal envergadura.»

O senhor director-delegado dos Serviços Municipalizados da Figueira da Foz não gostou. Agiu como nos tempos do fascismo. Apenas conseguiu enquadrar-se publicamente entre os homens que o texto do MFA tão bem define. Demonstrou que não tem condições psicológicas e sociopolíticas indispensáveis para o exercício do cargo.

A Comissão de Trabalhadores já se manifestou sobre o comportamento prepotente do eng. José Jorge de Pinho. E não é a primeira vez que o faz. O censor do MFA tem um passado que desmerece vários outros cargos de confiança do fascismo e foi delegado do Governo junto da empresa Hidro-Electrica da Serra da Estrela. Os trabalhadores pediram o seu saneamento. O director-delegado responde «saneando» textos do Boletim do MFA. Até quando?

ACORDOS COM A HUNGRIA E A RDA BOAS PERSPECTIVAS PARA AS TROCAS COMERCIAIS COM OS PAÍSES SOCIALISTAS

A nova situação política criada pelo 25 de Abril, veio abrir ao povo português amplas perspectivas de amizade e cooperação com os povos dos países socialistas, perspectivas essas que durante décadas não passaram de aspirações, devido à opressão da ditadura fascista. Grandes passos têm já sido dados nos últimos meses, nomeadamente com o estreitamento das relações económicas e culturais da jovem democracia portuguesa com diversos países socialistas. A recente estada em Portugal de uma importante delegação comercial da Hungria e os resultados desta visita, foram um importante marco nesta caminhada.

O significado do acordo assinado com o Governo Português no final da visita — respeitando a trocas comerciais e desenvolvimento da cooperação comercial — foi sublinhada pela presença entre nós do vice-ministro do Comércio Externo da Hungria, Sandor Udvardi, que chefiava a delegação do seu país.

A nossa política exterior — afirmou o secretário de Estado do Comércio Externo e Turismo, Vera Jardim, na cerimónia da assinatura do acordo — é agora dominada pelo princípio de abertura de relações com todos os países do mundo, num clima de mútuo respeito e de coope-

ração entre todas as nações, de trabalho pela paz no mundo, e especialmente na Europa. O acordo que acabamos de assinar — conduzirá, a curto prazo, a que sejam atingidos estados de cooperação que serão, certamente, factores de desenvolvimento das nossas economias e dos nossos povos.

O vice-ministro do Comércio Externo da Hungria, elogiou, em resposta, a política de abertura do Governo Provisório. Nesse consenso disse a vossa corrida — também a nossa. O nosso primeiro dever é de viver em paz e cooperação com todas as nações. Creio que o documento que acabamos de assinar não é senão o princípio de um longo trabalho em comum que agora começa.

Um outro importante acordo comercial foi também assinado na semana passada pelo Governo Português com a República Democrática Alemã, no decorrer de uma cerimónia a que esteve presente, além do dr. Vera Jardim, o embaixador daquele país socialista em Portugal, dr. Erich Butzke. O acordo prevê a concessão recíproca do tratamento de nação mais favorecida para as exportações dos dois países, e cria o enquadramento necessário ao desenvolvimento das trocas comerciais mútuas. Entretanto, Portugal estará representado na Feira Interna-

cional de Leipzig, enquanto a RDA participará na Feira Internacional de Lisboa.

Esta intensificação das relações comerciais com os países socialistas, da qual o povo português, libertado do isolamento a que o fascismo o obrigava, só poderá tirar vantagens e benefícios, foi igualmente assinalada nos últimos dias com a assinatura em Bucareste de um contrato com a Roménia para o fornecimento de 400 mil toneladas de cereal ao nosso país.



ASSEMBLEIA DA FREGUESIA DA COSTA DA CAPARICA

No último domingo, com a participação de cerca de 250 pessoas — comissões de moradores, de rendeiros, de assalariados agrícolas, de pescadores — realizou-se a Assembleia da Freguesia da Costa da Caparica, uma iniciativa da respectiva Junta e do PCP, MDP/CDE, MJT e MDM.

As comissões apresentaram teses sobre o seu trabalho e objectivos, que depois foram discutidas, o que motivou um vivo debate sobre problemas profissionais e de importância local. O enquadramento legal das Juntas de Freguesia foi também debatido e criticado. Foi, por outro lado, aprovada uma proposta para o estudo da criação de estruturas para um turismo de massas.

No decorrer dos trabalhos decidiu-se a criação da comissão pró-sindicato dos trabalhadores rurais do distrito de Setúbal, comissão pró-sindicato dos pescadores da Costa da Caparica, comissão pró-Liga de Pequenos Rendeiros (já com sede em Alcácer). As comissões de moradores apresentaram cadernos reivindicativos, que foram discutidos e aprovados.

A assembleia também incluiu, nomeadamente através da intervenção dos representantes dos partidos políticos, uma análise da situação política, da qual ressaltam duas necessidades: a de intensificar o combate aos monopólios e a de consolidar a aliança entre o Povo e as Forças Armadas.

Os presentes decidiram o envio de moções de apoio à Câmara Municipal e à Junta, exigindo ao mesmo tempo uma nova legislação; ao Primeiro-Ministro, exigindo o fim dos monopólios; e outra moção, de apoio e saudação, à Comissão Coordenadora do MFA.

No final da assembleia procedeu-se à eleição de delegados à Assembleia do Concelho, a realizar no próximo domingo.

LUTA PARA ASSEGURAR O DIREITO AO TRABALHO NUMA GARAGEM DA AMADORA

Hoje em dia, não se pode dizer que os trabalhadores fazem reivindicações exageradas, absolutamente incorpóreas para a entidade patronal. E se isso aconteceu logo após o 25 de Abril mais não foi do que o reflexo de uma situação de exploração que durou 48 anos. Presentemente, tem-se verificado que a esmagadora maioria dos trabalhadores está empenhada em assegurar a democratização do País e contribuir efectivamente para a estabilidade económica.

Esta a situação dos trabalhadores da Miss Garage, na Amadora, onde o caderno reivindicativo apresentado à entidade patronal pedia o cumprimento dos seguintes pontos: direito ao trabalho; readmissão imediata do pessoal despedido; recebimento dos vencimentos salariais e mensais a 15 e 30 de cada mês; cumprimento dos ordenados e salários bem como férias remuneradas; depósito dentro do prazo legal pela entidade patronal dos descontos efectuados aos trabalhadores; e entrega imediata dos abonos aos beneficiários.

Como se pode ver, os trabalhadores exigiam apenas o cumprimento ao que têm direito. Caso estas propostas não fossem aceites os trabalhadores paralisaram no dia 26 de Novembro de 1974, como é de facto o que aconteceu. E uma reunião efectuada no Ministério do Trabalho e do Patro, concordou a nível particular, com as reivindicações apresentadas comprometendo-se a fazer um comunicado dirigido a esse caderno reivindicativo, pelo que o pessoal se comprometeu pela sua parte a recomençar o trabalho. No entanto, o comunicado que depois apresentou apenas anula na readmissão do pessoal despedido, escamoteando os outros pontos e propondo a autogestão, ficando os trabalhadores a pagarem-lhe por mês 60 contos, a 15 e 30 de cada mês, e a 40 pela oficina de transformação de automóveis, o que aqueles não aceitaram por considerarem uma exploração.

Numa reunião efectuada depois no Ministério do Trabalho, conjuntamente com a entidade patronal, esta concordou com o caderno reivindicativo, ficando suspenso o pagamento dos retroactivos que seriam devidos numa reunião posterior marcada para 5 de Dezembro e à qual a entidade patronal não compareceu. O quantitativo dos retroactivos, nessa altura, rondava os 200 contos.

Perante a manifesta falta de colaboração por parte da entidade patronal e verificando que a situação da empresa era crítica (os pagamentos aos fornecedores não eram efectuados, as rendas não são pagas e desde Maio que o patro não entrega as cotizações dos trabalhadores na Caixa de Previdência), os trabalhadores decidiram ocupar as instalações, o que fizeram no dia 16 deste mês.

Entretanto, o Ministério do Trabalho enviou já um delegado para fiscalizar a escrituração (se não existe e preciso de se fazer) e recolher elementos para uma nova reunião.

Contudo, os trabalhadores não lhes parece viável tanto a co-gestão como a autogestão pois não são largamente prejudicados pela manobra do patro e consideram que dentro das possibilidades que o Governo tem de ditar as mãos à empresa que o faça, ou nacionalizando a firma ou aplicando o artigo 660/74, pois continuarem a tra-

O MFA EM ACÇÃO INTENSIFICA-SE A CAMPANHA DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

A campanha de dinamização cultural que está a ser levada a cabo pelo Movimento das Forças Armadas intensifica-se. Assim, após as campanhas realizadas no distrito da Guarda e, mais recentemente no âmbito da «Operação Nortada», nos distritos de Bragança, Vila Real e Viseu, é agora a vez das regiões de Castelo Branco e Minho serem atingidas pelas campanhas de dinamização cultural.

A campanha no distrito de Castelo Branco iniciou-se no passado dia 23 e prolonga-se até ao próximo dia 2, enquanto o início da campanha no Minho está previsto para amanhã.

No decorrer da conferência de imprensa em que estas iniciativas foram divulgadas, um dos responsáveis pela dinamização cultural, o primeiro-tenente Ramiro Correia, referindo-se ao trabalho de dinamização, afirmou: «A organização está a ter um trabalho intenso junto das populações, nomeadamente nas áreas rurais ou seja, aquelas que estavam realmente mais afastadas de uma informação correcta, a fim de as despertar para uma vida comunitária e de permitir que, logo que se tomem medidas políticas adequadas à reconstrução do País, essas populações possam compreender, na sua dimensão real, as medidas que se tomam e participar de manobra activa na reconstrução do País.

Estas campanhas de dinamização cultural em que o

MFA se empenhou têm permitido a percepção da real situação do País, carências das populações e seu estado de politização. Devido ao estado de quase completa desinformação do processo de democratização que estamos a atravessar, os responsáveis pela dinamização cultural concluem: «As Forças Armadas não podem abandonar a sua actividade de esclarecimento cívico junto da população e, pelo contrário, têm de a incrementar, passando de uma fase de improvisação para uma fase de organização.

A adesão das populações às campanhas de dinamização tem sido entusiástica, o que vem provar a necessidade de da sua intensificação. Em muitas regiões da província, as populações sofrem ainda a influência de caciques, féis servidores do regime fascista, que tudo fazem por deturpar o actual processo de democratização em que o País está empenhado. O anti-comunismo, a deformação da realidade nacional, o boato, até as referências insultuosas à acção do MFA, são as principais armas usadas por esses reacçãoários nas suas desesperadas campanhas antidemocráticas.

A campanha de dinamização cultural no distrito de Castelo Branco, que está a ser levada a efeito por equipas independentes compostas de elementos dos três ramos das Forças Armadas e que incluem vários especialistas, nomeadamente médicos e agrónomos, conta com a colaboração de três agrupamentos teatrais: os Boneceiros, o Teatro Português de Paris e o agrupamento espanhol La Cuadra. Por outro lado, a campanha do Minho a cargo de militares da Base Aérea N.º 3 e do Regimento de Caçadores Para-Quedistas, terá a colaboração do agrupamento teatral A Comuna.

REUNIÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO SUL

A convocação desta Conferência insere-se no seguimento de outras promovidas pelo nosso Partido e está aberta a todos os trabalhadores agrícolas que desejem participar na discussão e resolução dos seus problemas, o que não significa qualquer adesão ou compromisso de aderência ao Partido Comunista.

Com a realização desta Conferência o Partido Comunista procura ouvir os trabalhadores agrícolas sobre os seus problemas concretos, nomeadamente o desemprego, a sabotagem económica, a actividade sindical, a Previdência e assistência e a reforma agrária, para que sejam encontradas soluções.

Por tudo isto o PCP dirige um apelo aos trabalhadores agrícolas para que participem activamente na Conferência e que nos conclheiros de cada distrito se promovam amplas reuniões de trabalhadores para estudar quais os assuntos que devem ser debatidos na Conferência bem como as soluções apontadas e ainda elaborar depoimentos.

A Conferência dos Trabalhadores Agrícolas do Sul incluir-se-á às 9 horas com um plenário, seguindo-se depois o trabalho das diferentes secções e, às 18 e 30, efectuar-se-á então um plenário final para leitura das conclusões encontradas.

O nosso Partido propõe os seguintes temas para debate e que ficarão divididos em quatro secções: 1.º) Desemprego e luta contra o desemprego; sabotagem económica; 2.º) Sindicatos, contratos colectivos de trabalho e luta pelo seu cumprimento; 3.º) Previdência e assistência, condições de vida nos meios rurais; 4.º) Reforma agrária que entregue a terra a quem a trabalha (latifúndios, baldios).

MILITARES DE PENAFIEL

Um batalhão do R. A. L. 5, de Penafiel, levou a cabo nos passados dias 22, 23 e 24, e inserida nas determinações do chefe do Estado-Maior do Exército de incentivar a actividade cívica das Forças Armadas junto das populações em especial das que distam dos grandes meios, uma acção dinamizadora em Lousada, Felgueiras e Marco de Canaveses, norteada pelos seguintes objectivos: preparação pré-expedicionária, divulgação dos princípios que formam o Programa do Movimento das Forças Armadas, contribuir directamente para o bem-estar das populações, em suma, fomentar a união Povo-Forças Armadas.

De facto para além de desobstruírem da lama caminhos, removerem entulhos, abrirem valas para águas pluviais e outros trabalhos, tendo ao lado homens da região, esta acção possibilitou um contacto muito directo com os problemas mais concretos das populações, um esclarecimento e uma discussão de veras proficuas.

CAMPONESES CONTRA A PLANTAÇÃO DE EUCALIPTOS

Os camponeses e trabalhadores agrícolas de Amieira, S. Matias, Tóios e Azevedo (concelho de Nisa) protestam contra as plantações de eucaliptos em terrenos aráveis, que levaram a secagem completa das nascentes de água.

«Os trabalhadores agrícolas de Amieira afirmam que não têm trabalho porque mais de metade das terras estão plantadas de eucaliptos e a sua exploração encontra-se nas mãos de três companhias. Essas terras já deitam boas searas de trigo e já se criaram nelas muitas centenas de cabeças de gado.»

O povo da freguesia de S. Matias protesta contra o facto de metade das suas terras estarem plantadas de eucaliptos e a outra metade estar para ser plantada. Esta plantação, dizem os camponeses, vai prejudicar mais de 100 pequenos agricultores que mais tarde ficarão sem água.

Porta-voz do alarme da população do concelho, que exige medidas imediatas, a Comissão Canceleira de Nisa do PCP informou o Governador Civil de Portalegre da situação dos camponeses e trabalhadores agrícolas que, no fim da manifestação do passado dia 19, lhe apresentaram os seus problemas.

«O corpo do general Humberto Delgado repousa finalmente na sua pátria. Na sexta-feira da semana passada, a urna, contendo os seus restos mortais ficava para sempre depositada no cemitério dos Prazeres. Os restos mortais do general, vindos de Vila Nueva del Fresno, localidade onde um grupo de torcinários da ex-PIDE assassinou Delgado, ficaram depositados em Lisboa, para última e livre homenagem na Igreja do Santo Condestável, velada por grande número de populares.

A urna encontrava-se rodeada de coroas oferecidas pela Força Aérea; Governo Provisório, Primeiro-Ministro, Presidente da República, uma oferecida pelo Comité Central do nosso Partido, além de muitas outras.

Depois de ter sido celebrada a missa de corpo presente, à qual assistiram os generais Costa Gomes e Carlos Fabião,

TRABALHADORES DE SEGUROS A FAVOR DE NACIONALIZAÇÕES

Mais de quatrocentos trabalhadores de seguros do Porto analisaram, durante cinco longas sessões de trabalho, a situação económica do País, e, certos de interpretar correctamente o Programa do M.F.A. e os interesses das classes trabalhadoras, entendem que as medidas económicas que de momento se impõem devem passar pela nacionalização da banca privada, das indústrias básicas, expropriação dos latifúndios, «controlo» do comércio externo e interno.

Nesse sentido os trabalhadores de seguros aprovaram uma moção, de que salientamos:

«Os trabalhadores de seguros entendem ser seu direito e obrigação intervir no Plano Económico e de Emergência; e as empresas de seguradoras não es-

lizantes preconizadas pelo Governo Provisório contra os sectores-chave da economia devem ter efectivo carácter antimonopolista e anti-latifundiário.

«A situação financeira da nossa nação, por parte do Estado, não deve, nem pode limitar-se a auxiliar empresas falidas ou economicamente débeis, mas sim ter decisiva influência nos destinos da economia portuguesa, que, portanto, as medidas socia-

lizes não devem ser tomadas pelo Estado, mas sim pelo povo português; que urge resolver a crise económica e que a intervenção na economia, por parte do Estado, não deve, nem pode limitar-se a auxiliar empresas falidas ou economicamente débeis, mas sim ter decisiva influência nos destinos da economia portuguesa, que, portanto, as medidas socia-

TÊM BOA MEMÓRIA OS REACCIÓNÁRIOS!

Na Repartição de Finanças de Macedo de Cavaleiros há zelo a mais dos profissionais do fisco. Eis, mais um caso insólito acontecido no Centro de Trabalho do PCP, em Macedo de Cavaleiros:

5 horas da tarde. Os camaradas são surpreendidos no seu ambiente de trabalho pela entrada do sr. fiscal, que se faz acompanhar de um funcionário da secção de Finanças.

A que vem o sr. fiscal? O que traz por cá?

Vejam só isto!

A reacção, por intermédio de um dos funcionários da secção local de Finanças, e numa «busca» minuciosa de «quem procura agulha em palheiro», conseguiu descobrir que o camarada Luís Ferreira havia recebido «uns capitais» de explicações dadas a um grupo de amigos, em 1971!

O sr. fiscal, trazido por zelosos servidores da comunidade fiscal (de passar em di-remos que por um ex-legionário), queria aplicar o «fisco» sobre os capitais que os amigos do nosso camarada lhe pagaram há 3 anos!

Não há dúvida que têm boa memória os reacçãoários de Macedo de Cavaleiros!

O ADIAMENTO DO JOGO PORTUGAL-U. SOVIÉTICA

O adiamento do encontro de futebol Portugal-URSS, que estava a suscitar desusado interesse por parte dos desportistas portugueses, vem colocar, de novo, a necessidade de uma moralização no sector do futebol (excluir daí aqueles que fazem dos clubes, associações e federações elementos de «public relations») e sobretudo de uma transformação a nível de infra-estruturas.

Em suma: consequências de um duplo federado que, aliás, é uma das grandes preocupações da nova política desportiva definida pela Direcção-Geral dos Desportos e onde ainda não chegou o espírito do 25 de Abril.

«Sem prejuízo de ulteriores comentários sobre este assunto, digamos desde já que é profundamente lamentável a desvantajosa situação em que pretendiam colocar-se os sócios do Benfica em relação a tal encontro, uma vez que este se realizava no seu estádio. Por outro lado, a falta de cumprimento perante a selecção soviética, a qual tem estado na Jugoslávia em regime de preparação, não pode ser subestimado, pese embora a tradicional gentileza e espírito de cooperação dos desportistas e responsáveis da URSS.

Assim, para lá do facto de questões como esta do diferendo Federação-Benfica re-

flexirem ainda as contradições herdadas do fascismo no campo do desporto, deixamos ao ar a interrogação se não teria sido possível realmente a realização do encontro e se tudo foi feito para a resolução do diferendo.

Num comunicado, a Célula do Cachão do nosso Partido, expõe claramente toda esta situação, salientando:

«Nós, trabalhadores comunistas, e o os subtilmente perseguidos. A maioria dos encarregados cereciais nos todos os privilégios e se prestamos atiram-nos à cara que somos comunistas, como se ser comunista hoje, ainda fosse crime. Intimidam todas as pessoas como antigamente. Lançam boatos de despedimentos, de falências; que trazem as pessoas aterrorizadas.

A situação agrava-se de dia para dia. Os fascistas, continuando o «controlo» da situação, apenas desejam impedir o processo de democratização, continuar a escravatura, manter os seus privilégios.

No entanto, neste momento, os trabalhadores esperam que a nova Comissão Liquidatária da Federação dos Crémios, esteja disposta a levar por diante um amplo processo de saneamento, que varra definitivamente do complexo, os fascistas aqui enquistados e que avance decididamente o m processo de democratização que, só com a participação dos operários terá os êxitos que se desejam.

MANIFESTAÇÃO NO DOMINGO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE BEJA

O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja divulgou um comunicado em que se afirma:

1 — A situação dos trabalhadores agrícolas do Distrito de Beja tem vindo a agravar-se extraordinariamente nos últimos tempos. Os grandes agrários prosseguem e agravam a sua política depois do 25 de Abril: o desemprego, a sabotagem económica, a manutenção de dezenas e dezenas de milhares de hectares não explorados ou subaproveitados.

Neste momento, existem cerca de 4000 homens desempregados e andam à volta de 10000 as mulheres que estão sem trabalho. A situação tende a agravar-se ainda mais nos próximos tempos.

2 — Em face desta realidade, que o STADB tem repetidas vezes exposto ao Governo Provisório, são indispensáveis e urgentes medidas de fundo contra os grandes latifundiários e de apoio do Estado ao desenvolvimento rápido da produção agrícola e assim ao pleno emprego dos trabalhadores.

3 — Em Assembleia de Delegados do STADB, efectuada em 26.1.75, com a presença de delegados de 72 freguesias, foi discutida a necessidade de medidas urgentes conducentes à realização da Reforma Agrária, e foi aprovado que os trabalhadores desempregados sejam distribuídos pelas herdades subaproveitadas ou onde se verifique sabotagem económica, com vista a assegurar o seu funcionamento normal.

4 — Foi aprovada também a realização, no próximo domingo às 15 horas, no Largo das Piscinas, em Beja, de uma manifestação dos trabalhadores agrícolas de apoio ao MFA, contra o desemprego e a sabotagem económica, contra os latifúndios e pela realização da Reforma Agrária.

Não ao desemprego! Queremos trabalhar! Agrários saboteadores na gaiola! Abaixo os latifúndios! Avante pela Reforma Agrária! A terra a quem a trabalha! Povo-MFA. O povo está com o MFA!

Os responsáveis pela dinamização cultural estão também a estudar o modo de entender as campanhas de esclarecimento cívico aos emigrantes portugueses espalhadas pelo Mundo.

«O corpo do general Humberto Delgado repousa finalmente na sua pátria. Na sexta-feira da semana passada, a urna, contendo os seus restos mortais ficava para sempre depositada no cemitério dos Prazeres. Os restos mortais do general, vindos de Vila Nueva del Fresno, localidade onde um grupo de torcinários da ex-PIDE assassinou Delgado, ficaram depositados em Lisboa, para última e livre homenagem na Igreja do Santo Condestável, velada por grande número de populares.

A urna encontrava-se rodeada de coroas oferecidas pela Força Aérea; Governo Provisório, Primeiro-Ministro, Presidente da República, uma oferecida pelo Comité Central do nosso Partido, além de muitas outras.

Depois de ter sido celebrada a missa de corpo presente, à qual assistiram os generais Costa Gomes e Carlos Fabião,

DELGADO REPOUSA EM TERRA PORTUGUESA

«O corpo do general Humberto Delgado repousa finalmente na sua pátria. Na sexta-feira da semana passada, a urna, contendo os seus restos mortais ficava para sempre depositada no cemitério dos Prazeres. Os restos mortais do general, vindos de Vila Nueva del Fresno, localidade onde um grupo de torcinários da ex-PIDE assassinou Delgado, ficaram depositados em Lisboa, para última e livre homenagem na Igreja do Santo Condestável, velada por grande número de populares.

A urna encontrava-se rodeada de coroas oferecidas pela Força Aérea; Governo Provisório, Primeiro-Ministro, Presidente da República, uma oferecida pelo Comité Central do nosso Partido, além de muitas outras.

Depois de ter sido celebrada a missa de corpo presente, à qual assistiram os generais Costa Gomes e Carlos Fabião,

os brigadeiros Vasco Gonçalves e Otelo Saraiva de Carvalho, o almirante Pinheiro de Azevedo, e tendo estado presente uma delegação do nosso Partido chefiada pelo camarada José Mazro, a urna, coberta pela bandeira nacional, abandonou a igreja dirigindo-se para o cemitério dos Prazeres.

Durante o percurso, uma enorme multidão prestava, emocionada, a sua homenagem a um dos muitos que, neste País e nas duras condições do fascismo, deram a vida pela causa da democracia e da liberdade, pela causa do povo português.

A homenagem daqueles que chegaram à democracia por aqueles que deram a vida por ela.

Após terem sido prestadas as devidas honras militares, os restos mortais de Humberto Delgado eram depositados num gavetão municipal do cemitério dos Prazeres.

Avante!

ASSINATURAS

TABELA DE PREÇOS — 50 NÚMEROS

CONTINENTE E ILHAS

Via normal (superfície) 180\$00 ☐
Via aérea 240\$00 ☐

ANGOLA, CABO VERDE, MACAU, MOÇAMBIQUE, S. TOMÉ, TIMOR

Via normal (superfície) 190\$00 ☐
Via aérea 570\$00 ☐

ESPANHA

Via normal (superfície) 190\$00 ☐
Via aérea 270\$00 ☐

RESTANTES PAÍSES EUROPEUS

Via normal (superfície) 320\$00 ☐
Via aérea 430\$00 ☐

GUINÉ-BISSAU

Via normal (superfície) 190\$00 ☐
Via aérea 570\$00 ☐

BRASIL

Via normal (superfície) 190\$00 ☐
Via aérea 630\$00 ☐

RESTANTES PAÍSES

Via normal (superfície) 320\$00 ☐
Via aérea 730\$00 ☐

NOTA: Atendendo a que não temos serviço de cobrança, solicitamos que conjuntamente com o pedido de assinatura nos remetam cheque ou vale de correio.

informação

● A anunciada conferência que deveria realizar-se em Março, na Argentina, entre o secretário de Estado Henry Kissinger e os ministros dos Negócios Estrangeiros da América Latina, foi adiada indefinidamente. Essa decisão teve repercussão mundial. Foi uma grande vitória dos povos da América Latina. A firme atitude da Venezuela, do Peru e do Equador, negando-se a participar, como protesto contra a Lei do Comércio Externo dos Estados Unidos, arrastou a maioria dos outros países, isolando Washington. O Departamento de Estado traduziu isto de maneira a derrotar a conferência de Buenos Aires e a afirmar que o adiamento da conferência de Buenos Aires é uma tentativa de pressão inadequada. Será «adequada» a Lei do Comércio Externo americana?

● A Comissão Executiva do Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME) terminou, em Moscovo, a sua 70.ª sessão. Foi deliberado fortalecer o papel da moeda socialista internacional, o rublo transferível, e o equilíbrio multilateral das trocas comerciais.

● O «Washington Post» revelou que, por ordem do ex-presidente Lyndon Johnson, o FBI usou Robert Kennedy, então secretário da Justiça, durante a Convenção do Partido Democrático, em 1964.

● O Paquistão e a Índia reataram as suas relações comerciais, após dez anos de ruptura.

● Os Estados Unidos enfrentam actualmente a maior crise económica desde o fim da Segunda Guerra Mundial, declarou, em Chicago, o vice-presidente da República, o multimilionário Nelson Rockefeller.

● Mujibur Rahman tornou-se presidente da República de Bangla Desh.

● O Departamento de Estado confirmou que os Estados Unidos tencionam vender à Turquia armas no valor de 5,7 milhões de dólares.

● Em Istambul, na Turquia, registaram-se choques sangrentos, na Universidade, entre os estudantes e a polícia. As forças da repressão utilizaram armas automáticas de procedência americana.

● A ala esquerda do Partido Trabalhista britânico dirigiu uma advertência ao primeiro-ministro Harold Wilson, aconselhando-o a não invocar a crise económica como pretexto para adiar a ampliação das medidas previstas pelo programa do partido.

● A balança comercial americana registou, em 1974, o seu maior défice de todos os tempos: 5,8 biliões de dólares, isto é, 125 milhões de contos.

● A Marinha do Equador capturou quatro navios americanos que pescavam ilegalmente nas águas equatoriais. Apesar das advertências recebidas dos governos latino-americanos, Washington continua a encorajar as suas frotas pesqueiras a desrespeitarem o limite das 200 milhas, fixado pelas leis do Equador, da Colômbia e do Peru.

● Um estudo das Nações Unidas revela que a crescente especulação nos mercados de produtos essenciais, provocada pela inflação e pela instabilidade monetária na economia do mundo capitalista, atinge especialmente os países subdesenvolvidos.

● O secretário de Defesa dos Estados Unidos, James Schlesinger, fez novo apelo, em Nova York, para que os Estados Unidos aumentem o seu potencial bélico. É um dos maiores adversários da política da coexistência pacífica entre os povos com regimes diferentes.

● Mais de 75 000 telefonos de Buenos Aires deixaram de funcionar devido a actos de sabotagem realizados por um grupo terrorista argentino.

● O presidente do Soviete Supremo da União Soviética, camarada Nikolai Podgorny, concedeu em Moscovo, com a Ordem da Revolução de Outubro o camarada Rodney Arismendi, primeiro-secretário do Partido Comunista do Uruguai.

● A «Exxon» (ex-Standard Oil) obteve em 1974 um lucro líquido de 78,5 milhões de contos, isto é, mais 28 por cento do que no ano anterior. Apesar disso, a companhia continua a queixar-se dos prejuízos que sofre em consequência da política petrolífera dos países árabes.

● As cotações do dólar desceram em Londres, Zurich e Frankfurt.

● Sete Prémios Nobel, dos EUA, da França, da Inglaterra, da Holanda, da República Federal da Alemanha e da Suécia divulgaram um manifesto em que criticam a política de consumo e desperdício dos países capitalistas, orientada exclusivamente para o lucro.

● A União Soviética e a Itália assinaram em Roma um acordo que prevê a compra, pela primeira, de tubos de aço italianos e, pela segunda, de carvão e ferro soviéticos.

● O senador americano Lowell Wicker revelou no Congresso dos EUA que uma firma da Virgínia, a B. R. Fox Company, pretende vender ao governo daquele país armas especiais para assassinos, destinadas a uso exclusivo no estrangeiro. Trata-se de mini-engenheiros explosivos, para colocar dentro de maços de cigarros, isqueiros, máquinas fotográficas, etc. «Tudo de primeira qualidade, garante o catálogo da firma»...

● O primeiro conselho europeu dos chefes de Governo dos nove países da Comunidade Económica Europeia realizou-se nos dias 10 e 11 de Março, em Dublin (Irlanda).

● O Caminho-de-Ferro Tanzânia-Zâmbia, com uma extensão de 1850 quilómetros, deverá ser inaugurado em Junho. A nova via férrea ligará as grandes minas de cobre zambianas ao porto de Mombaça, no oceano Índico.

● O número de desempregados continua a aumentar nos Estados Unidos. O total de trabalhadores em busca de emprego atinge 6,6 milhões, e o Governo prevê que a percentagem de desempregados atingirá 8 por cento em Fevereiro.

● A França vai importar 2 milhões de toneladas de petróleo da União Soviética.

● A revista «Câmbio 16» foi ameaçada de encerramento pelo Governo de Franco. Trata-se de um dos raros órgãos de informação da Espanha que têm publicado artigos favoráveis à nova situação democrática vigente em Portugal.

● Em Madagáscar, agravou-se o clima de tensão social e o Governo colocou as Forças Armadas em estado de alerta.

● Na Tailândia, país onde a vida política e económica é controlada pelo imperialismo americano, registaram-se choques violentos entre os estudantes e a Polícia. Houve dois mortos e 44 feridos.

● Segundo o senador Marcos Freire, do Movimento Democrático Brasileiro, as forças da repressão realizaram no início do mês numerosas prisões, por motivos políticos, entre os quais a do ex-deputado Marco Antônio Coelho. Já agora, com o abrandamento da censura prévia, começam a ser conhecidos alguns crimes políticos. Um jornal de São Paulo publicou um anúncio da família da professora Ana Rosa Kucinski e do marido, o físico teórico Wilson Silva, anunciando o seu «desaparecimento» há 10 meses. Presume-se que ambos foram assassinados pela polícia política.

● O «Esquadrão da Morte» brasileiro, famosa associação de polícias-criminosos, que tem como figura principal o comissário Sérgio Fleury, chefe da polícia política de São Paulo, assassinou mais duas pessoas, desta vez no Estado de Sergipe. O «Esquadrão» foi fundado por iniciativa do ex-governador de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, a do seu secretário da Justiça, Justica.

● A Comissão Internacional de Juristas, com sede em Genebra, manifestou a sua preocupação diante da actual escalada repressiva no Uruguai.

● O Governo peruano informou que nenhuma companhia norte-americana de aviação poderá operar no país se os Estados Unidos não autorizarem voos da Aeroperu para o seu território. A tentativa de boicote da Aeroperu é promovida precisamente por uma empresa americana, a Braniff Airways.

● Os dirigentes da cooperativa agrícola de Cayalti, no Peru, denunciaram como actos de sabotagem os incêndios misteriosos que têm destruído as plantações de açúcar. O complexo agro-industrial de Cayalti foi transferido para os trabalhadores nos termos da Lei de Reforma Agrária.

● Rodolfo Quintero, dirigente sindical venezuelano, acusou a CIA de manobras subversivas no sector do petróleo com o objectivo de sabotar a produção.

● Em Bilbao a polícia franquista prendeu 40 pessoas após uma missa em memória de um jovem assassinado pelas forças da repressão.

● A União Soviética tem presente 800 000 médicos, isto é, mais de um quarto do total existente em todo o Mundo.

A liberdade de Informação nos EUA

Os grandes jornais norte-americanos mostram-se muito preocupados com a liberdade de expressão em Portugal. Nunca, durante quase meio século, consideraram necessário desenvolver campanhas contra a censura fascista. Mas, agora, que existe uma ampla liberdade em Portugal revelam um interesse deontológico pela situação dos órgãos de Informação no nosso país.

Torna-se, por isso, oportuno recordar algumas verdades sobre a falsa liberdade de expressão existente nos Estados Unidos. Na grande República imperialista publicam-se 1773 diários, mas os que têm importância nacional estão sob controlo de 10 gigantescos consórcios. Há 2703 emissoras de televisão, mas 3 grandes corporações — a CBS, a NBC e a ABC — controlam as 600 principais e 6337 estações de rádio. Mais de 58 por cento dos jornais diários, 77 por cento das emissoras de televisão e 28 por cento das rádios são dominados por poderosas empresas que se es-

PRINCIPAIS CONSÓRCIOS DE IMPRENSA DOS ESTADOS UNIDOS	Receitas brutas (em milhares de contos)
Chicago Tribune Newspapers	1197
Newhouse Newspapers	1125
Scrpps-Howard Newspapers	625
Knigt Newspapers	678
Gannet Newspapers	596
Hearst Newspapers	400
Times-Mirror Co.	1309
Cox Newspapers	300
Cowles Publications	250
New York Times Co.	727

forçam por conseguir uma monopolização cada vez mais profunda dos meios de comunicação de massas. Os 10 consórcios de imprensa publicam a terceira parte da tiragem global dos jornais diários e têm lucros brutos anuais de 55 milhões de contos.

A publicidade é a principal fonte de lucros da imprensa, da TV e da rádio. Somente no caso da TV, as receitas publicitárias elevaram-se de 4,2 milhões de contos em 1950 para 14,6 milhões de contos em 1970. Em 1969 a cadeia Knight Newspapers adquiriu cinco novos diários com uma tiragem de 472 000 exemplares. Em 1970, a Gannet Co. gastou quase 1 milhão e meio de contos para ampliar o seu império jornalístico e em 1971 comprou 17 diários por 3,4 milhões de contos.

E esse o panorama da «liberdade de expressão» nos Estados Unidos. A opinião pública norte-americana é controlada pelos proprietários de dez gigantescas empresas monopolistas. Quem decide que tipo de informação deve ser oferecida às massas são esses senhores. A orientação ideológica da imprensa, da rádio e da TV é decidida por uma dezena de conselhos de administração que mantêm íntimas ligações com as maiores empresas industriais do país, com o Governo, com o Pentágono e, por vezes, com a CIA.

É essa gente que afirma, hoje, não haver liberdade em Portugal.

A segurança dos Estados Unidos e a segurança do resto do Mundo

O diário «Izvestia», de Moscovo, denunciou em termos enérgicos as manobras dos Estados Unidos para reforçarem o seu poderio militar no oceano Índico. Washington tomou nas últimas semanas uma série de iniciativas de carácter agressivo, naquela área explosiva. A mais grave foi a declaração de que a Marinha americana pretende utilizar a base naval inglesa do Sultanato de Oman. «Trata-se de um indicio, escreve o «Izvestia», de que os EUA estão a concretizar as ameaças de utilização da força contra os países produtores de petróleo e mesmo da ocupação de pontos petrolíferos no Médio Oriente, em caso de estrangulamento dos países industrializados do Ocidente, por falta de petróleo, assinalou o início de uma campanha inquietante. São artigos, são discursos, são iniciativas em que a nota dominante é sempre a mesma: o recurso à força como solução para as dificuldades americanas. A NATO procede como se o mar do Norte fosse um lago dos países capitalistas e dos monopólios petrolíferos americanos. O Governo do presidente Ford considera que a sua Marinha deve entregar-se a manobras de intimidação no golfo Pérsico para defender «a segurança dos EUA». O secretário do Tesouro vai ainda mais longe e esboça um panorama de catástrofe nacional se as importações de petróleo sofrerem uma redução de 1 milhão de barris diários. A segurança do país ficaria em perigo! Estranho conceito de segurança. Mesmo que duplicasse ou triplicasse essa redução, os EUA continuariam a consumir mais petróleo por cabeça do que qualquer outro país do Mundo. O que o imperialismo americano não aceita é a realidade. O planeta em que vivemos não é uma quinta dos EUA. Com que palavras definir uma sociedade cujos governantes consideram que a sua segurança é inseparável da exploração e da opressão dos povos do Terceiro Mundo?

Simultaneamente, a agência Tass distribuiu uma nota em que se manifesta preocupação relativamente ao projecto da NATO «de criar uma frota especial composta por navios dinamarqueses, noruegueses, ingleses, holandeses e alemães» e de «encerrar à navegação imensos sectores em volta das plataformas de perfuração petrolífera» do mar do Norte. «É evidente — esclarece a Tass — que a realização destes planos prejudicará consideravelmente a navegação na importante via marítima que é o mar do Norte. Também é visível a que ponto as iniciativas deste género estão em contradição com os objectivos da Conferência Europeia para a Segurança e a Cooperação e com o desejo de todos os povos do nosso Continente de desenvolver o processo de desanuviamento internacional.»

O artigo do «Izvestia» e a nota da Tass abordam dois temas de grande actualidade e que pelas suas graves implicações preocupam no momento todos os povos amantes da paz. Embora os dois casos não tenham, à primeira vista, relação entre si, a verdade é que as manobras políticas e militares dos EUA no golfo Pérsico e a pretensão da NATO ao controlo do mar do Norte reflectem a crescente agressividade do imperialismo americano provocada pela chamada «crise do petróleo». A famosa entrevista do secretário de Estado Henry Kissinger à revista «Business Week» sobre a possibilidade de uma intervenção militar americana no Médio Oriente, em caso de estrangulamento dos países industrializados do Ocidente, por falta de petróleo, assinalou o início de uma campanha inquietante. São artigos, são discursos, são iniciativas em que a nota dominante é sempre a mesma: o recurso à força como solução para as dificuldades americanas. A NATO procede como se o mar do Norte fosse um lago dos países capitalistas e dos monopólios petrolíferos americanos. O Governo do presidente Ford considera que a sua Marinha deve entregar-se a manobras de intimidação no golfo Pérsico para defender «a segurança dos EUA». O secretário do Tesouro vai ainda mais longe e esboça um panorama de catástrofe nacional se as importações de petróleo sofrerem uma redução de 1 milhão de barris diários. A segurança do país ficaria em perigo! Estranho conceito de segurança. Mesmo que duplicasse ou triplicasse essa redução, os EUA continuariam a consumir mais petróleo por cabeça do que qualquer outro país do Mundo. O que o imperialismo americano não aceita é a realidade. O planeta em que vivemos não é uma quinta dos EUA. Com que palavras definir uma sociedade cujos governantes consideram que a sua segurança é inseparável da exploração e da opressão dos povos do Terceiro Mundo?

Mas cabe assinalar que o povo americano condena, ele próprio, essa política. Um inquérito realizado pelo diário «Washington Post» acaba de revelar que apenas 10 por cento dos americanos aceitam a tese de intervenção militar no Médio Oriente no caso de um embargo total do petróleo.

Trabalhadores italianos vencem uma batalha

Os trabalhadores italianos acabam de dar aos seus companheiros de outros países do Mercado Comum uma prova da força que as massas populares têm quando actúan unidas e organizadas. Milhões de trabalhadores interromperam no dia 23 as suas actividades numa greve geral de meio dia. Foi essa a sua resposta às ameaças dos representantes dos monopólios e a um Governo que teima em não atender as reivindicações mais legítimas da classe operária e dos servidores em geral.

A greve foi decretada pelas três federações sindicais mais importantes. O Governo acreditou até à última hora que o movimento fracassaria porque dois dias antes o grande patronato italiano havia chegado a acordo com os sindicatos no tocante ao problema do salário anual garantido. Mas outras exigências dos trabalhadores, igualmente legítimas, não foram atendidas. O desemprego, que no momento constitui a maior preocupação para milhões de italianos, converteu-se, assim, no tema principal dos desfiles e comícios que ficaram a assinalar a greve.

O êxito da greve foi, em grande parte, um êxito da classe operária italiana, que desempenhou um papel fundamental na sua organização, depois de esgotar todos os meios para impor as suas reivindicações através do diálogo. Somente com medidas que alterem as estruturas económicas existentes a Itália poderá encontrar solução para os seus problemas. É o actual Governo, não tem condições para as tomar. É um Governo que não governa o país. Apenas procura sobreviver, submetendo-se à vontade de um punhado de monopólios. O resultado dessa acefalia política é uma crise social e económica permanente. O número de desempregados é já superior a 1 100 000.

A força da classe operária italiana tornou possível uma primeira vitória. Os trabalhadores despedidos sem justa causa, ou por reestruturação das empresas, terão agora direito a 80 por cento do antigo salário bruto durante três meses, com a possibilidade de renovação trimestral e a garantia de recolocação no caso de reestruturações que impliquem futuras admissões de pessoal.

Não há paz no Vietname dois anos após o Acordo de Paris

No passado dia 27, cumpriram-se dois anos sobre a assinatura do Acordo de Paris que assinou, oficialmente, o fim da guerra do Vietname. A humanidade inteira recebeu com alívio esse acordo que consagrou a derrota do imperialismo americano e dos seus aliados de Saigão e uma extraordinária vitória da República Democrática do Vietname e dos patriotas que, sob as bandeiras do Governo Revolucionário Provisório do Vietname do Sul, vinham lutando há anos pela independência real do seu país. O povo do Vietname do Sul esperava que o Acordo de Paris abrisse a via para uma existência pacífica, na reconciliação e na concordância nacionais, no pleno uso das liberdades democráticas, a fim de poder decidir ele próprio o futuro político da nação. Mas isso não aconteceu. Os canhões não se calaram na martirizada terra vietnemesa. O sangue continuou a correr, as devastações da guerra prosseguiram. As liberdades democráticas continuaram a ser uma esperança distante nas regiões sob «controlo» da administração fantoche de Saigão.

A política do Governo da RDV e do GRPV orientou-se sempre no sentido de respeitar e executar escrupulosamente o Acordo de Paris e de exigir que os Estados Unidos e Saigão façam o mesmo. Mas Washington e os seus aliados não cumprem os compromissos assumidos. O imperialismo americano não aceita, na prática, a existência, no Vietname do Sul, de duas administrações, de dois exércitos, de duas zonas e de três forças políticas. Quer impor o neocolonialismo ao país e para impedir o restabelecimento da paz. Desde Janeiro de 1973, entraram em Saigão centenas de milhares de toneladas de armas, em clara violação do art. 7.º do Acordo de Paris. E os EUA recusam-se a desmantelar as suas bases, como estipula o art. 6.º. Deixaram no Vietname do Sul milhares de «conselheiros militares» disfarçados de civis. Esses membros das Forças Armadas americanas colaboram activamente nas operações desfechadas contra as zonas onde está implantado o poder do GRPV. O seu número excede hoje 25 000 homens.

Todas essas manobras não conseguiram dobrar o heróico povo do Vietname do Sul, que tem infligido duras derrotas aos imperialistas americanos. Mas o imperialismo insiste em levar avante a sua política de guerra não declarada, que é a continuação da «doutrina Nixon». Quem governa em Saigão é o embaixador Martin.

Esse comportamento justifica inteiramente a advertência do «Nhan Dan», de Hanoi: «Se os EUA e a administração de Saigão continuarem a intensificar a guerra e a sabotar as negociações, a fim de implantarem o neocolonialismo no Vietname do Sul e perpetuarem a divisão do Vietname, devem assumir a inteira responsabilidade pelas consequências dos seus actos. A política que consiste em sabotar sempre o Acordo de Paris e em prolongar a guerra no Vietname do Sul levará inevitavelmente à derrota.»

Desafiando a repressão, o povo recordou nas ruas de Saigão o Acordo de Paris. Até os monges budistas saíram às ruas desafiando a Polícia. Num cartaz lia-se: «27 de Janeiro de 1973 — Thieu, o actor deve acabar o espectáculo sangrento.»

A vitória final é difícil, mas será do povo heróico do Vietname.

Nos quartéis de Espanha não há só silêncio

O sítio-comando das Forças Armadas espanholas vem demonstrando crescente preocupação com o interesse que os grandes problemas nacionais despertam entre os oficiais da nova geração. Não há indícios de que esteja presta a formar-se no país vizinho um movimento militar de contestação ao regime, com características semelhantes às dos «capitães» portugueses de 25 de Abril. Mas o simples interesse dos oficiais mais jovens pelos problemas económicos e sociais da Espanha alerta os chefes militares franquistas. O ministro do Exército, general Francisco Gallego, acabou de exprimir essa preocupação numa advertência carregada de ameaças. «Não é honesto — disse — pertencer a uma instituição que deve estar acima de opções políticas quando nos sentimos inquietos e pensamos poder servir a Espanha melhor defendendo uma determinada linha política. Quem quer que pense dessa maneira devia, por uma questão de respeito, para consigo próprio, para com o Exército e para com a Espanha, abandonar as nossas fileiras.» O ministro da Marinha, almirante Pita Veiga, manifestou o seu temor de maneira mais seca: «Nenhum membro das Forças Armadas está autorizado a tomar parte em actividades políticas ou mostrar preferência por qualquer opção política.»

Esse tipo de linguagem não é nova para nós, portugueses. Salazar, Santos Costa, Caetano e outros fascistas, civis e militares, falavam da mesma maneira. Para eles só deveria haver luz nas Forças Armadas para uma obediência prussiana que implicava a cumplicidade com o fascismo e o colonialismo. O 25 de Abril significou a rejeição definitiva dessas teses monstruosas que exigiam das Forças Armadas a recusa de tomar consciência dos problemas nacionais, a renúncia ao direito de pensar, ao direito a uma consciência política e social.

As Forças Armadas espanholas são hoje menos monolíticas. Há nelas oficiais que começam a meditar seriamente sobre o significado e as perspectivas da herança franquista, que descobrem, pouco a pouco, a profundidade de uma política de traição nacional. E com outros elementos da sociedade espanhola ocorre o mesmo. É oportuno assinalar que, perante o ministro da Informação e Turismo, o presidente da Associação da Imprensa madrileña, Luis del Alamo, denunciou publicamente, durante uma festa, a repressão de que são vítimas os jornalistas espanhóis. «Nós, jornalistas — disse — pedimos que nos seja permitido cumprir a nossa missão. A nossa missão não consiste em preencher formulários na sede da Polícia de Segurança.» Era uma alusão directa à violência policial exercida contra três jornalistas que foram presos ou interrogados pela Polícia depois de terem assistido a uma conferência de imprensa clandestina da Junta Democrática de Madrid, constituída por comunistas, socialistas, democratas-cristãos e sindicalistas. O ministro Herrera ficou calado. Mas a denúncia foi vibrantemente aplaudida pela esmagadora maioria dos 600 jornalistas presentes.

A violência é ainda a grande arma do franquismo. Mas o povo espanhol, desde a classe operária aos trabalhadores intelectuais, enfrenta-a com determinação cada vez maior. E essa recusa de política da ditadura, dos seus métodos criminosos, dos seus malogros nos terrenos social e económico está começando também a ecoar nos quartéis.

Manobras de Wilson

O Governo Trabalhista da Grã-Bretanha continua navegando num mar de dúvidas, sem saber que atitude tomar relativamente à questão de permanência do país no Mercado Comum Europeu. Para dar ao povo a impressão de que coloca nas suas mãos a decisão final, o primeiro-ministro Harold Wilson anunciou agora que o problema será resolvido através de um referendo, antes das férias do Verão. Significa isso que o referendo será posterior à chamada «renegociação»?

O que o governo de Wilson pretende é ganhar tempo e evitar a agudização das contradições de todo o tipo que afloram durante o debate nacional travado em torno da questão. O próprio Partido Trabalhista está cada vez mais dividido. A tal ponto que Wilson já informou que seja qual for a recomendação final do seu Gabinete, cada ministro poderá fazer campanha a favor ou contra a permanência da Grã-Bretanha no Mercado Comum. Quanto à decisão do Governo continua a ser imprevisível. Wilson tomou nos últimos anos, como primeiro-ministro e líder da oposição, posições antagónicas. Ora foi a favor ora contra o Mercado Comum, o sabor das conveniências eleitorais do seu partido. Agora, em teoria, tudo dependerá das condições que a Grã-Bretanha obtiver na sua tentativa de «renegociação». Só então o Governo recomendará a permanência ou a saída da Europa dos Nove. Mas a verdade é outra. O fiquemos ou o vamos embora de Wilson será condicionado pelos resultados das pesquisas sobre o referendo, vale dizer, pela direcção dos ventos eleitorais. O interesse popular não conta. E assim que age o «socialismo em liberdade» britânico, o «socialismo democrático» inglês.

O neofascismo será derrotado!

Numa análise de certas tendências inquietantes que se manifestam em alguns países da Europa ocidental, o «Estrela Vermelha», órgão do Exército Soviético, salienta, em editorial, que o traço mais característico dessa situação «é a recrudescência dos movimentos neofascistas». Esse fenómeno traduz «os esforços do imperialismo para se opor ao enfraquecimento das suas posições, compreendendo, nos momentos críticos, actos brutais para abafar as forças democráticas e revolucionárias». Sublinhando que o neofascismo se mostra particularmente activo na República Federal da Alemanha e na Itália, o «Estrela Vermelha» lembra que todos os partidos e grupos dessa tendência actúan em função de uma política cujo denominador comum é o mesmo: o anti-sovietismo e o anticomunismo. A meta visada é transparente: «Minar a coexistência pacífica entre os Estados de regimes sociais diferentes e torpedear a evolução do desanuviamento internacional.» «Mas — acrescenta — na nossa época, em que a «guerra fria» cede cada vez mais lugar ao desanuviamento internacional, as possibilidades de expansão dos movimentos neofascistas são muito limitadas.» E conclui: «O êxito da resposta ao fascismo é garantido, como no passado, por uma luta sem compromissos, pela larga unidade da classe operária e das forças democráticas, bem como pelo poderoso apoio que o socialismo mundial traz ao movimento antifascista.»

Façamos do 12 de Fevereiro uma jornada de solidariedade com o Chile!

A Junta Militar Chilena admitiu, indirectamente, que a sua política económica falhou ao confessar que em 1975 «haverá severas restrições no consumo interno». Há um ano o general Pinochet prometera exactamente o contrário. Mesas depois, o ministro da Economia, Fernando Leniz, esboçou um panorama optimista. Na sua opinião, a taxa de inflação em 1974 não excederia, em hipótese alguma, 250 por cento. Na realidade, o próprio Instituto Chileno de Recenseamento e Estatística, um organismo oficial, admitiu que a inflação, no ano passado, foi de 376 por cento.

A situação económica tornou-se no Chile tão catastrófica que até instituições financeiras do mundo capitalista conhecidas pela sua política reaccionária, reconhecem já que o actual regime está levando o país à ruína. O relatório do Banco Mundial, por exemplo, salienta que a ditadura chilena necessitará de empréstimos no valor de 985 milhões de dólares em 1975, e de 1 300 milhões em 1976. De outro modo mergulhará no caos. O mesmo relatório sublinha que uma grande parte das despesas do Governo se destinou à compra de armamentos e que «essa não é a solução para resolver os problemas mais urgentes do povo».

Pinochet e C.º continuam, entretanto, insensíveis às consequências da sua obra. Para conterem os protestos populares intensificados a escalada repressiva. O seu último crime está provocando uma vaga de repulsa em todo o Mundo. Na ilusão de que a violência policial é uma arma eficaz contra a resistência popular, Pinochet mandou assassinar David Silberman, destacado elemento da Central Única de Trabalhadores (CUT), que durante o Governo da Unidade Popular dirigiu a grande mina de cobre de Chuquibambilla. Contra essa escalada de brutalidade fascista acaba de elevar a sua voz a Federação Mundial dos Sindicatos. Em apelo dirigido aos trabalhadores de todo o Mundo sugere que o dia 12 de Fevereiro, aniversário da fundação da CUT, seja transformado numa grandiosa jornada de solidariedade com os trabalhadores e o povo do Chile. A FSM pede também às Nações Unidas e à Comissão dos Direitos Humanos que «tomem medidas energicas contra o regime fascista de Pinochet».

Socialismo à moda sueca

A pacífica Suécia, apontada por vezes como o modelo do «neutralismo» perfeito, também se interessa por negócios de armas. Não quer envolver-se em alianças militares, mas está interessada em vender armas aos outros e disputa o mercado com unhas e dentes, como diz o povo, aos Estados Unidos e à França.

Neste momento o negócio que preocupa a alta administração da Saab — empresa especializada na produção de aviões de combate e de automóveis — é a venda à Bélgica, Holanda, Dinamarca e Noruega de nada menos do que 346 aparelhos Eurofighter destinados a substituir os velhos Starfighters que também custaram biliões, mas agora estão bons para a sucata.

O director da Divisão de Aeronáutica da empresa está a oferecer facilidades maiores do que a França e os EUA aos países interessados. O negócio, se for fechado, renderá 60 milhões de contos. Uma das cláusulas inovadoras do projecto de contrato preparado pela Saab implica a associação dos quatro clientes potenciais à indústria armamentista sueca. No futuro, a Dinamarca, a Holanda, a Noruega e a Bélgica participariam também no fabrico e venda de aviões militares a outros países.

Os comentários dos órgãos de informação ocidentais ao negócio concebido pela Saab reflectem uma certa surpresa. Mas essa surpresa é injustificada. A Saab é uma empresa capitalista mas qualquer outra, que usa, para a conquista dos mercados, métodos semelhantes às das suas concorrentes, sejam elas americanas, francesas ou britânicas. O pacifismo oficial não conta quando se trata de marcar posição na disputa entre «mercadores da morte». A Suécia é um país capitalista igual a qualquer outro, apesar das imagens dezenas de «socialismo em liberdade». Embora estejam no poder há décadas de anos, os socialistas suecos não vêem qualquer inconveniente no facto de que uma ditadura e meia de famílias controle os monopólios do país, que exercem uma verdadeira hegemonia sobre a vida económica sueca. É o socialismo à sueca. A Saab é apenas um exemplo.

Aumenta o perigo de guerra no Médio Oriente

Longe de se desanuviar, a situação no Médio Oriente torna-se cada vez mais explosiva. As propostas para um diálogo construtivo dos países árabes, Israel responde com exigências que constituem autênticas provocações. O primeiro-ministro Yitzhak Rabin rejeitou categoricamente a sugestão egípcia sobre uma retirada israelita nas três frentes, declarando que Israel só negociará separadamente com cada um dos seus vizinhos. O Governo de Telavive continua, entretanto, recorrendo a uma linguagem duplice. Afirma, por um lado, que não teme o reinício da Conferência de Genebra sobre a paz no região, mas nega-se a aceitar uma data para as negociações, alegando que deverá haver uma longa fase preparatória. Por outro lado, quer impor negociações separadas, continua a bombardear as aldeias libanesas da fronteira e prepara-se activamente para a guerra.

A atitude de insolência de Israel assumiu aspectos tão chocantes que até o rei Hussein da Jordânia, ligado aos Estados Unidos por múltiplos compromissos, se sentiu na obrigação de dirigir uma advertência aos governantes de Telavive. «A arrogância de Israel e o prolongamento da ocupação dos territórios árabes — disse — podem muito bem voltar a incendiar o Médio Oriente se a política israelita não for rápida e radicalmente alterada.»

Nada indica, contudo, que essa política seja modificada. Israel não aceita a única base razoável para uma solução do problema: o cumprimento da Resolução de Novembro de 1967 do Conselho de Segurança das Nações Unidas que determina a devolução aos países árabes dos territórios ocupados pela forma das armas. O Estado sionista trata de ganhar tempo enquanto conclui os seus preparativos militares. No momento, os grupos de pressão judaicos nos Estados Unidos desenvolvem grandes esforços em Washington no sentido de forçar o presidente Ford a responder favoravelmente ao pedido de assistência militar apresentado pelo Governo de Israel. Não é um pedido qualquer, desta vez. Telavive pretende obter armas no valor de 50 milhões de contos (quase metade do que Portugal gastou durante os 13 anos da guerra colonial).

O Governo americano enfrenta, no entanto, uma situação muito complexa. Os grandes monopólios discordam, por motivos que, obviamente, nada têm de humanitário, de um apoio incondicional a Israel. Nas presentes circunstâncias, como salienta o «Izvestia», de Moscovo, a velha política pró-sionista está em contradição com os interesses dos países desenvolvidos ocidentais, na medida em que dependem dos países árabes para o seu abastecimento de petróleo. Se os EUA tomarem o partido de Israel na eventualidade de um conflito, é provável que os países da Europa Ocidental proibam os EUA de utilizarem bases militares nos seus territórios.

O fanatismo da camarilha que deseja a guerra é, contudo, tão cego que nem a falta do apoio incondicional dos aliados americanos parece capaz de evitar aquilo que seria um catástrofe terrível para o Médio Oriente e para toda a humanidade. Na opinião da Organização de Libertação da Palestina, as probabilidades de guerra são de 99 por cento.

Há um certo exagero nessa opinião. Mas o perigo de uma nova guerra é bem real. E a responsabilidade recai sobre Israel.

LÊ • ASSINA • DIVULGA

UMA VOZ DEMOCRÁTICA

A OPINÃO

REDAÇÃO: AV. DA BOA VISTA, 601 PORTO - TEL. 64418

No Pavilhão do Académico, no Porto

GRANDIOSO COMÍCIO UNITÁRIO DE APOIO À UNICIDADE SINDICAL

Milhares de pessoas acorreram, no passado dia 24, ao Pavilhão do Académico do Porto, que se encheu por completo, a fim de assistirem ao anúncio Comício «pelo res- forço da unidade dos trabalhadores» promovido pela União dos Sindicatos do Porto-Intersindical e apoiado pelo nosso Partido, pelo MES, pelo MDP/CDE e pela FSP. Tendo, entre outras, as palavras de ordem: «Pela unidade da classe trabalhadora, pela aliança do povo com o MFA, abaixo a reacção, viva a unidade das forças democráticas», este comício, que constituiu uma manifestação vencedora a favor da unidade sindical, teve como merecedor de relevo e de- veras significativo o facto de todos os presentes gritarem frequentemente: «Unidade, Unidade.»

Na mesa que presidiu à ses- são, encontravam-se João Fonseca, da Intersindical; Angelo Ferreira e Cerveira Pinto, pelo Secretariado da União dos Sindicatos do Porto; Francisco Miguel e Antó- nio Mota, respectivamente, do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Norte do Partido Comunista Português; Galamba de Oliveira e Fernanda Bernarda, pelo Secretariado da Organi- zação do Porto do Movimen- to de Esquerda Socialista; Macedo Varela e Célio Costa, respectivamente da Comissão Central e da Comissão Exe- cutiva Distrital do Porto do MDP/CDE; e Paulo Loureiro e Miguel Nunes Correia, res-

discursos, ainda não foi toca- do o sistema económico, apontando que o divórcio en- tre o poder político e o poder económico não pode conti- nuar, sob risco de serem ameaçadas todas as conqui- stas democráticas.

«Um movimento sindical unido e organizado é um elemento fundamentalíssimo da dinâmica do movimento popular de massas»

Nós os comunistas não nos começamos a preocupar com os sindicatos apenas depois do 25 de Abril, começou por

Depois de se referir à arma do anticomunismo, que as forças reacçãoárias e os di- rigentes políticos de direita retomam; depois de abordar a importância de Sindicatos unidos e fortes, pois são estes a primeira arma dos tra- balhadores para lutarem con- tra o patronato, contra a ex- ploração feroz de que têm si- do vítimas; depois de se re- ferir aos aumentos de preços, às especulações com a situa- ção política e à sabotagem a que recorrem os monopóli- stas e os latifundiários, por en- tre fortes aplausos, garantiu o movimento sindical unido e organizado é uma arma pre- ciosa dos trabalhadores para fazer frente a exploração, para combater a sabotagem económica para fazer recuar os monopólios, para impor medidas urgentes e imperio- sas como a nacionalização da banca e a reforma agrária.

Um movimento sindical unido e organizado é um elemento fundamentalíssimo da dinâmica do movimento popu- lar de massas.

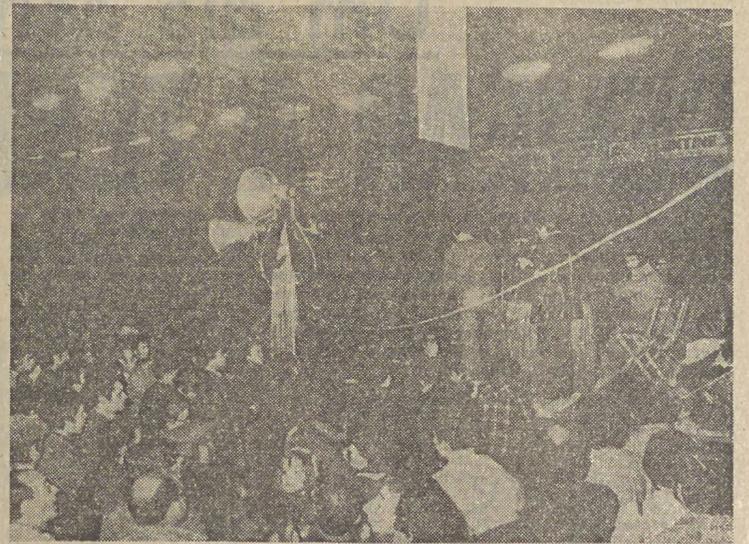
No intuito de ficar clara a posição do nosso Partido re-

processos pouco claros para reacender a discussão da uni- cidade pressionando delega- dos e trabalhadores a mudar de posição, levantando sus- peitas, caluniando, insultando. Lamentamos que a direc- ção do PS se tenha lançado numa gigantesca campanha gritando que a democracia e a liberdade vão sossobrar, que o PC vai tomar o poder e impôr a ditadura, etc., etc. E preciso ter perdido a ca- beça ou não estar de boa-fé. De facto, a direcção do PS procura criar no País, sobre- tudo na pequena e média bur- guesia, um autêntico pânico perante o desenvolvimento do processo democrático, um autêntico pânico perante quaisquer possíveis medidas socializantes.

E a terminar: Muitos recordarão o 28 de Setembro. Então, no Porto, a unidade de acção dos so- cialistas e comunistas, junta- mente com o MDP, etc. fo- ram a base de grandes vitó- rias na acção popular. Foram uma lição do valor da unida- de, que não deveria ser esquecida, que supomos que não está esquecida.

as portas ao pluralismo sin- dical, é tentar controlar par- tidariamente os sindicatos, é fazer o jogo da burguesia di- vidindo os trabalhadores. As forças políticas defensoras dos interesses burgueses e capitalistas, todas as forças reacçãoárias atacam agora a unidade sindical falando em liberdade, unidade e demo- cracia. No actual momento político todos os reacçãoá- rios correram a unir-se ataca- do a unidade dos traba- lhadores em nome de uma falsa unidade, liberdade e de- mocracia com as quais des- de sempre se encobriram pa- ra calcar os trabalhadores. O MES entende que a liberda- de, a unidade e a democra- cia dos trabalhadores e dos seus aliados nada tem que ver com essas palavras quan- do os reacçãoários se agitam e que na boca deles só que- rem significar a exploração que bem conhecemos.

Assim, e conforme ele aii frisou, a defesa da unidade sindical é um primeiro passo no combate decisivo que tra- vamos contra o patronato e o poder dos capitalistas. Macedo Varela, em nome



de do capital. A luta que actual- mente se trava é muito mais profunda do que à primeira vista nos possa parecer. Vive- mos um processo revolucio- nário, onde estão em jogo a integridade do Movimento das Forças Armadas e, consequen- temente, a do povo português. — Foi nestes termos que co- meçou por intervir o repre- sentante da Frente Socialista Popular, Paulo Loureiro. No decorrer da sua inter- venção, salientou que a con- sacração legal e transitória da unidade — como defesa da classe trabalhadora — é resultante de uma interpreta- ção por parte do Movimento das Forças Armadas (no sen- tido mais progressista do seu programa), que não permita, assim, quaisquer oportu- nismos das forças reacçãoá- rias.

reuniões de associados, as- sembleias gerais, reuniões de delegados, quer ainda quan- do no dia 14 de Janeiro pelo milhão de trabalhadores, de- baixo de chuva, disseram ao Governo aquilo que lhe inte- ressava. E a dar por terminado este grande comício, vincou bem: Não podem vir, pois, os agentes da reacção arvorar- se em defensores de uma causa para a qual não lhes

fol pedida a sua participação e que unicamente aos traba- lhadores compete definir e decidir. E os trabalhadores já defi- niram e já decidiram que a forma de dar combate aos seus inimigos é com a uni- dade. A unidade na unidade é a melhor arma de que se po- dem servir os trabalhadores. A encerrar, foi cantado o hino nacional.



pectivamente, da Comissão Central e do Núcleo Coordena- dor do Porto da Frente So- cialista Popular.

Mantém-se intocado o poder económico

Começou por falar João Fonseca que, depois de em nome da Intersindical saudar os companheiros presentes e de salientar que, nos últimos tempos, a unidade da classe trabalhadora foi submetida a sérios ataques, desde a direc- ta reacçãoária até esquerdis- tas inconsequentes, passando por oportunistas que se recla- mam de dirigentes políticos de trabalhadores, adiantando que uma «santa aliança» foi feita contra a unidade da classe trabalhadora, disse: «os tra- balhadores resistiram, estão a resistir às tentativas de des- membramento da sua unida- de de classe. A unidade das massas trabalhadoras reagru- pa as forças de esquerda e defende o processo democrá- tico. Ao mesmo tempo, em resposta ao desafio lançado pela reacção, os trabalhado- res portugueses avançam na construção de uma organiza- ção sindical de classe, forte e activa.

Depois de afirmar que obti- vemos, com o apoio do Move- mento das Forças Armadas, a consagração de uma segun- da Liberdade Sindical, uma liberdade de classe, apontou como imperiosa a necessida- de de alargar a sua prática às mais amplas massas tra- balhadoras adiantando que a força do movimento sindical não resultará automaticamen- te da existência de uma orga- nização sindical única, mas do avanço confiado dos traba- lhadores para a organização sindical a todos os níveis.

Temos todas as condições para reforçar a unidade da Classe Trabalhadora, e dela fazer uma poderosa alavanca para o cumprimento efectivo do Programa do MFA, disse. Mas é necessário que, para tanto, depositemos uma gran- de confiança no espírito de classe dos trabalhadores portu- gueses, que rechacemos to- do o sectarismo do nosso mo- vimento sindical venha ele de onde vier, enquanto, ao mesmo tempo, desenvolver- mos um esforço sério para trazer as mais amplas mas- sas trabalhadoras para uma efectiva e concreta posição política de classe.

Salientou, depois, a neces- sidade de desenvolver uma luta consequente contra os despedimentos pelo congela- mento de preços, pela nacio- nalização da banca, pela re- forma agrária, contra os mo- nopólios. Isto porque, confor- me ele afirmou e viria a ser repetido ao longo de todos os

afirmar António Mota, que falou em nome do nosso Partido. E a prosseguir: durante a ditadura fascista estivemos nos sindicatos, aí defendemos, apesar do colete fascista, uma política unitária de todos os trabalhadores na base dos seus interesses de classe, contra o fascismo. Muitos militantes do PCP foram perseguidos, torturados, presos, condena- dos por defenderem, dentro dos sindicatos, os interesses dos trabalhadores. Alguns di- rigentes do PCP foram diri- gentes sindicais notáveis — José Gregório Manuel Rodrigues da Silva, José Vitoriano, etc.

Depois de adiantar que a actual discussão e as grandes divergências actuais são fáceis de compreender, esque- matizou a questão nos seguin- tes termos: ou se é a favor da unidade de todos os traba- lhadores frente ao patronato ou se é pela sua divisão.

Ou se é a favor da liberda- de dos trabalhadores consti- tuirem as suas organizações profissionais e as coordena- rem e centralizarem como entenderem ou se é pela forma- ção de falsos sindicatos nas mãos dos patrões ou da CIA, ou de grupelhos ou partidos políticos.

Ou se é a favor da democra- cia dentro dos sindicatos, em que as minorias aceitam as regras democráticas, subordinando-se à vontade da maio- ria, ou se é pela anarquia e pelo enfraquecimento caótico dos sindicatos.

Ou se é por sindicatos inde- pendentes do Governo e dos partidos ou se é pela pulveri- zação de cada sindicato em milhetos, para servir a política de partidos ou grupelhos burgueses ou de governos anti- populares.

Nós somos pela unidade dos trabalhadores.

Nós somos pela liberdade dos trabalhadores.

Nós somos pela democracia sindical.

Nós somos pela independên- cia e autonomia dos sindicatos.

Por isso, somos pela unida- de sindical.

Por isso também se unem contra a unicidade sindical as forças de direita, as forças contrárias aos trabalhadores. Em seguida, e após citar as organizações políticas que se manifestaram contra a unida- de sindical o CDS, o PPM, o PSDI, a SEDES, o PPD, o PS e ainda o MRPP e outros grupelhos, disse: esta é a santa aliança que vemos erguer- se nos últimos dias contra a unicidade, eivada de anticomunismo, de oportunismo e de alarmismo. O dr. Mário Soares dirá que se pode tra- tar de uma simples conver- gência feliz. Nós dizemos que é uma aliança infeliz,

lativamente à orientação pro- posta em relação à luta dos trabalhadores e ao movimen- to sindical, precisou: não só aceitamos a mais ampla de- mocracia dentro do Movimen- to Sindical, como nos bate- mos por ela. Defendemos a mais ampla, a mais aberta e a mais larga participação dos trabalhadores na vida dos sin- dicatos, nas suas eleições, nas suas assembleias e deba- tes, nas suas decisões. Defen- demos que os delegados sin- dicalistas sejam eleitos pelos trabalhadores e sejam desti- tuíveis pelos trabalhadores, dentro de regras estatuidas. Só com uma ampla, activa e unitária participação dos tra- balhadores através de uma ampla democracia, os sindi- catos serão suficientemente fortes para fazer face à ex- ploração realizada por um poder económico forte e impla- cável.

Por uma larga frente antimonopolista, antilatifundista e anti-imperialista

A prosseguir a sua frequen- temente interrompida inter- venção, António Mota debu- çou-se depois sobre alguns aspectos da situação política. Do seu importante discurso destacamos alguns pontos mais importantes:

O desenvolvimento exige uma larga aliança social en- globando a classe operária, o campesinato, a pequena e certos sectores da média bur- guesia.

Por isso nos batemos e nos bateremos sempre pela uni- dade de todas as forças de- mocráticas e progressistas, por uma larga frente antimo- nopolista, antilatifundista e anti-imperialista.

Por isso estamos hoje aqui com o MES, o MDP e a FSP. Não há qualquer jogo ou oportunismo de circunstância. Pensamos que esta unidade é necessária, hoje e amanhã, no plano da luta política co- mo no da luta reivindicativa, na luta sindical como na luta eleitoral. Sempre o dissemos. E referindo-se ao Partido Socialista, disse:

Lamentamos sinceramente que a direcção do PS tenha enveredado por posições di- retistas e divisionistas.

Lamentamos sinceramente que a direcção do PS tenha embarcado numa campanha desenfreada não só contra o nosso partido como contra todas as forças de esquerda. Muitos e muitos socialistas sinceros se interrogarão ao ver a coincidência nítida nas posições e na acção da direc- ção do PS com as forças polí- ticas de extrema-direita.

Lamentamos que os socia- listas andem agora em em- presas e sindicatos a usar

Porque das duas uma: ou se é pela unidade dos traba- lhadores, pela unidade das forças democráticas e pro- gressivas, pela unidade do MFA e pela aliança do movi- mento popular com o MFA, ou se é pela divisão dos tra- balhadores, pela divisão das forças democráticas, pela di- visão do MFA, pela separação entre o movimento popular de massas e o Movimento das Forças Armadas.

Na vitória da batalha na frente económica reside a garantia da democracia política

Depois de apontar a situa- ção actual como uma situa- ção de crise política e econó- mica, uma situação de crise da dominação da burguesia sobre a classe operária e o povo trabalhador, Galamba de Oliveira, que falou segui- damente em nome do MES, fez um levantamento da si- tuação em que vivemos, em que há mais de 100 000 traba- lhadores desempregados, com o custo de vida a subir de uma maneira galopante e se sucedem as fraudes financei- ras, a fuga dos patrões e o não pagamento dos salários e destacou, depois, a importan- çia do MFA no actual mo- mento político e passou a re- ferir as razões por que o MES apoia a unicidade: No actual momento político, de- fender a unicidade sindical na lei é defender os interes- ses dos trabalhadores, é lu- tar contra as infiltrações bur- guesas e patronais no seio do movimento sindical. No actual momento político não é defender ou atacar a unida- de sindical na lei é abrir

do MDP/CDE, depois de con- siderar que o curso actual da nossa revolução atravessa um período fortemente caracte- rizado pelo choque frontal en- tre os legítimos interesses da maioria da população portu- guesa e os interesses egoístas de um pequeno mas poderoso grupo dos grandes senhores da terra e do capital adiantou que a batalha na frente econó- mica é decisiva para o fu- turo da democracia em Por- tugal. Na vitória desta bata- lha reside a garantia da de- mocracia política.

Recordou o 28 de Setembro e afirmou que a reacção vol- tou agora, tentando a con- tra-revolução, a sabotagem económica, a criação de um clima de instabilidade social, as manobras para dividir o MFA, os trabalhadores, o po- vo. Lembrou a CIA e, referin- do-se, depois, concretamente à questão da unicidade, disse, a certa altura: dizer que se quer unidade e recusar a sua consagração na lei é di- zer que se pretende proteger a casa dos ladrões e deixar a porta aberta. Terminou, afir- mando que não há força reacçãoária que possa ven- cer a força dos trabalhadores reunidos numa central sindi- cal única.

A unidade na unicidade é a melhor arma dos trabalhadores

Estamos hoje aqui para re- forçar a unidade dos traba- lhadores e afirmar, de uma forma inequívoca, a aliança da classe trabalhadora com o Movimento das Forças Arma- das, Unidos, evitaremos que os nossos interesses de classe sejam manobrados pelas for- ças ao serviço da burguesia

A intervenção final pertenc- e u ao representante da União dos Sindicatos do Porto, Angelo Ferreira, que anali- sou a recente crise política motivada pela discussão da Lei Sindical, apontando algu- mas posições daqueles que agora se apregoam defenso- res dos trabalhadores, que, em resumo, pretendem criar a divisão e a discórdia entre a classe trabalhadora, M e s, como ele adiantou, a vontade determinante dos traba- lhadores, tem sido bem demons- trada ao longo destes nove meses de revolução. Pelas mais diversas formas os tra- balhadores têm sabido ter a consciência necessária para se oporem a todas estas ma- nobras reacçãoárias com a sua unidade de classe, contra os que, a soldo dos interesses alheios à classe trabalhado- ra, tudo fazem para a divi- dir.

A unidade é a maior arma e ficou bem patente, quer no 1.º de Maio onde centenas de milhares de trabalhadores festejaram o seu dia, quer bar- rando o caminho à reacção no dia 28 de Setembro, quer manifestando-se pela unida- de em centenas de amplas



EM PORTIMÃO

GRANDE MANIFESTAÇÃO POPULAR

Oito mil trabalhadores vito- riam o MFA, expressaram o seu apoio à unicidade sindi- cal, reclamaram medidas con- tra a sabotagem económica e contra o desemprego, recla- maram a nacionalização da banca e medidas antimonopo- listas e antilatifundistas.

Convocada pelas comissões concelhias de Portimão do PCP, do MDP/CDE, do MJT e da UEC, realizou-se no dia 26 de Janeiro em Portimão uma grande manifestação popu- lar.

No comunicado de convoca- ção da manifestação, assina- do por estas organizações, lê-se: «O avanço do processo de democratização e a defe- sa das conquistas já alcança- das, a adopção de medidas económicas que beneficiem de facto as classes mais des- favorecidas, a garantia de elei- ções verdadeiramente livres, traduzindo fielmente a vontade do povo, o castigo dos sa- botadores da economia nacio- nal que encerram fábricas, re- duzem a produção e lançam

no desemprego milhares de trabalhadores, o saneamento completo e eficaz exigem a unidade das massas popula- res em aliança com o MFA na luta pelos seguintes objecti- vos imediatos: destruição do poder dos monopólios e lati- fundiários, nacionalização da banca, fim à subida do custo de vida, não aos despedimen- tos.»

O mesmo comunicado afir- mava a seguir: «Estes objecti- vos correspondem às profun- das aspirações do povo portu- gues, em especial das massas trabalhadoras.»

A célula dos operários da construção civil de Portimão do PCP fez igualmente sair um comunicado de apoio à manifestação, apelando para uma participação massiva dos operários da construção civil nesta iniciativa.

A manifestação teve início às 16 horas na ponte da lota, desfilando por diversas ruas da cidade em direcção ao Largo 1.º de Maio. Nessa altura realizou-se um pequeno comício em que usaram da palavra António Vicente da UEC José Alberto Quaresma, membro da comissão concelhia de Portimão do nosso Partido, Campos Lima, do MDP/CDE, e José Lopes, do MJT.

Em seguida a manifestação dirigiu-se novamente à ponte da lota, onde novos milhares de pessoas se encontravam reunidas para se incorpora- rem na manifestação. Foram de novo ditas breves pala- vras, e ali se aprovou uma moção.

A manifestação decorreu num ambiente de grande en- tusiasmo, gritando-se insis- tentemente «O povo está com o MFA», além das palavras de ordem da manifestação: «A banca para o povo», «Fim aos monopólios», «Viva a Intersindical», «O povo unido jamais será vencido.»

Eis o texto da moção apro- vada para enviar ao Presi- dente da República, ao Pri- meiro-Ministro e à Comissão

Coordenadora do Programa do MFA:

«Os trabalhadores e demo- cratas aqui presentes afir- mam o seu apoio ao MFA, ga- rantindo a continuação do processo democrático e revolucio- nário iniciado em 25 de Abril. Apoiam a unicidade sindical na lei como única for- ma de organização que serve os trabalhadores. Manifestam ao Governo Provisório, ao Chefe do Estado e ao Mo- vimento das Forças Armadas a necessidade urgente de pôr fim ao desemprego, à subida do custo de vida e à sabotagem económica. Apoiam tam- bém todas as medidas que visem a nacionalização da banca e pôr fim ao poder dos monopólios e latifundiários, de acordo com os objectivos do Programa do Movimento das Forças Armadas.»



A VOZ DO PCP

Todas as 2.ª-feiras às 22 horas no Rádio Clube Português O PCP FALA PARA TI

ASSINA O "AVANTE!"

Um dia com camponeses soviéticos SEMEAR A TERRA, COLHER PARA O POVO

Um grupo de jornalistas portugueses visitou a União Soviética em Janeiro, a convite da Agência Novosti. Foi a primeira viagem do género, suscitando um interesse especial em todas as cidades e regiões onde estiveram os representantes dos órgãos de Informação do nosso país. O «Avante!» fez-se representar pelo nosso camarada Miguel Urbano Rodrigues que, neste primeiro artigo, apresenta o seu depoimento sobre a visita a um «kolkhose» da região de Moscovo.

Um campo de neve. Florestas de abetos cujas pontas verdes parecem furar o céu baixo. Rios gelados. Bosques de árvores retorcidas, sem uma folha. É uma paisagem morta, onde pequenas ilhas verdes explodem num mundo branco. Na planura sem fim, coberta pela neve macia, o Inverno vai durar. Um Inverno diferente do nosso. São quatro meses de frio, de ventos cortantes, de gelo, com temperaturas que atingem 30° abaixo de zero. Ninguém verá a cor da terra até Abril. Uma solidão onde o horizonte e a neve se fundem.

É uma paisagem russa, igual a outras, a poucas dezenas de quilómetros de Moscovo. Um cenário inimaginável para um camponês do Minho ou do Algarve. O automóvel corre pela estrada, atravessando o «kolkhose» «Vladimir Ilitch». Sinto uma vaga opressão no peito. Fora, as próprias coisas vivas atundam-se num sono hibernar. A natureza dorme e só despertará na Primavera. Não há vida aparente nos campos congelados.

Como conseguem vocês viver e produzir nesta região que parece um deserto de gelo? — pergunto ao camarada Ilya Zakhsenberg, vice-presidente do «kolkhose».

Ilya sorri. Pergunta tudo o que quiseres. Em Portugal eu faria o mesmo. Sentes-te um pouco na Lua? Deverias ter conhecido estas terras nos anos difíceis, logo a seguir a guerra civil. Então sim, devia olhar para os campos e viver por aqui. Agora tudo mudou, graças ao poder soviético. A terra não é rica como a dessas herdades do Alentejo de que nos falaste. Mas a política justa, a organização, a ciência e o trabalho permitem-nos extrair muita coisa deste deserto branco que te assusta.

Escuto com atenção. Conheço-me nos últimos tempos e já sou amigo. A amizade feita de confiança que logo se cimenta entre companheiros com uma visão semelhante dos problemas do homem e da sociedade, a amizade comunista.

Este «kolkhose» — informa — não é grande. Tem somente 1800 hectares, dos quais 1200 dedicados a várias culturas. O resto é ocupado por bosques e instalações diversas e pelas aldeias. Plantamos cereais em 350 hectares, milho em 40 e obtemos rendimentos bons. Como aqui o gado é fundamental, as forragens merecem de nós um cuidado especial. Conseguimos uma média de 78 toneladas por hectare. Temos 570 vacas leiteiras que produzem no ano passado 3000 toneladas de leite; 70000 galinhas que puseram 13 milhões de ovos; e ainda 70000 frangos. Também criamos peixe. Em 1974 a produção dos nossos tanques quase atingiu 50 toneladas. Enfim, muita coisa, como verás.

O camarada Anatoli Tushenko, secretário do Comité do Partido do «kolkhose» puxa-me pela manga e faz-me voltar para o outro lado.

Dizias que a planície parecia morta. Olha! É uma aldeia, dentro do «kolkhose». Casas sólidas, de cores vivas, com predominio para o verde e o vermelho. Sai fumo das chaminés. Aparecem rostos sorridentes nas janelas, mãos acenando. O calor humano aquece a paisagem fria. É só o gado e os trabalhadores descançam.

Estas casas — esclarece Anatoli — são de camponeses. Construídas por eles próprios, de acordo com o seu gosto, com o produto do seu trabalho. No «Vladimir Ilitch», o total de kolkhosianos e funcionários é de 700, mas com crianças e velhos vivem aqui umas 2500 pessoas. Construímos casas muito boas para os jovens e para quem opta por essa solução. Mas a maioria das famílias prefere ter a sua casa. Assim como a sua horta e pomar. Cada kolkhosiano tem direito a um quarto de hectare e, cumprida a tarefa que lhe cabe no trabalho colectivo, faz o que quer na sua parcela. Muitos têm uma ou duas vacas, ovelhas e, quase todos, galinhas, gansos e patos.

Vacas e vitórias
A estrada desemboca numa vasta clareira onde se alinham galpões rectangulares dominados por silos cheios de forragem. São os estábulos. Percorremos-os um a um, com os amigos vindos do nosso carro.

A produção é vendida ao Estado nos termos de um contrato e os preços são fixados mediante acordo. Devemos atingir as quotas que nos são atribuídas em função do possivelmente das nossas capacidades. Mas superamos a quase sempre. E o Estado paga mais 50% pelos produtos que lhe entregamos depois de atingida a quota do Plano. O pessoal trabalha com muita vontade.

As palavras de Ilya traduzem uma realidade. A participação do camponês na sociedade soviética impressiona pelo entusiasmo, pela alegria. A importância do sector agrícola na vida do país é reconhecida objectivamente pelo produto económico, mas também pela participação política dentro do conjunto de um Estado de trabalhadores. Ninguém ad-



Os jornalistas portugueses conversando em Moscovo com uma professora de português

mite a hipótese de uma volta às formas de produção e de existência do passado. Os trabalhadores e camponeses não são marginais de uma sociedade voltada para o consumo e o privilégio, como acontece nos países capitalistas. A ideologia do proletariado estende-se das fábricas às estepes.

Os padrões salariais são altos. Um tractorista, por exemplo, ganha no «Vladimir Ilitch» um salário mensal de 230 rublos acrescidos de 20% como prémio, também mensal, mas distribuído no fim do ano (8250 escudos no total). Um camponês do «kol-

hose» recebe uma média de 200, mais o prémio (7200 escudos). O horário de trabalho é de 8 horas com dois dias de descanso semanal. Informam-se de que o excedente (equivalência do lucro num sistema capitalista) foi em 1974 de 1 milhão e meio de rublos, quase 50000 contos. A distribuição fez-se de acordo com o seguinte critério: 5% para o Estado; 15% para prémios a dividir

entre os camponeses e funcionários; 5% para pensões; 4% para actividades culturais; 65% para a construção de edifícios e moradas, equipamentos, parque industrial, assistência, etc.; e 6% para o fundo de reserva.

Ilya e Anatoli discutem o primeiro considera necessário esclarecer o assunto. Ele acha que estou a ficar vaidoso, que egoísta de mais o «kolkhose» e que eu vou acreditar que tens razão. Como secretário do Comité do Partido é muito exigente e às vezes tenho de tapar os ouvidos para não o aturar. Tudo lhe parece pouco.

Entre os camponeses e funcionários; 5% para pensões; 4% para actividades culturais; 65% para a construção de edifícios e moradas, equipamentos, parque industrial, assistência, etc.; e 6% para o fundo de reserva.

Ilya e Anatoli discutem o primeiro considera necessário esclarecer o assunto. Ele acha que estou a ficar vaidoso, que egoísta de mais o «kolkhose» e que eu vou acreditar que tens razão. Como secretário do Comité do Partido é muito exigente e às vezes tenho de tapar os ouvidos para não o aturar. Tudo lhe parece pouco.

Anatoli dá uma gargalhada e bate no ombro do camarada Ilya. São amigos fraternais. Depois, toma a palavra: O Partido aqui tem 120

mil membros e o Comité 11. A nossa tarefa é inseparável da organização e do controlo do trabalho. Mas, como participantes no colectivo, desempenhamos todas actividades profissionais, e o mesmo qualquer outro trabalhador. Eu, por exemplo, sou veterinário. A organização do Partido tem 4 reuniões por ano e, de dois em dois anos, procedemos à renovação do Comité. Nos vários sectores há organismos próprios cujas estruturas e funcionamento são semelhantes aos de qualquer empresa. O director do «kolkhose» é eleito pelo colectivo dos trabalhadores. Agora está gozando férias, motivo pelo qual não o temos aqui hoje.

Os países capitalistas — acrescenta — diz-se muito dispare a respeito dos lotes individuais cultivados pelos kolkhosianos. No «Vladimir Ilitch», o valor da produção de todas essas parcelas não excede 1% da produção global do «kolkhose». Mas para os nossos camponeses essas hortas familiares são muito úteis. E têm inteira liberdade para vender em Moscovo, ou outros mercados kolkhosianos, os legumes e frutas que colhem.

Recordações de Lenine
Voltamos aos carros. Atravessamos outra vez campos nevados. Aldeias acolhedoras ficam para trás. São onze, ao todo, no «kolkhose».

Não é por acaso que o «Vladimir Ilitch» tem esse nome. Não se trata de uma simples homenagem ao grande líder da Revolução. Lenine conheceu intimamente estas terras que não distam muito da casa do Gorki, onde passou largas temporadas e morreu. No «kolkhose» vivem ainda velhos camponeses que foram seus amigos. Alguns lutaram no Exército Vermelho durante a guerra civil e contam episódios comovedores. Os jovens escutam essas histórias com o maior respeito e elas são tema de conversas intermináveis nas longas noites de Inverno.

Num dos salões do Palácio da Cultura (um dos elementos do completo equipamento social, que inclui escolas, cinema, instalações desportivas e de assistência médica e social, etc.), pode-se evocar esse passado através de fotografias, bandeiras, recordações de todo o tipo. Anatoli, agora muito sério, lembra factos, comenta-os, refere pormenores de que todo o colectivo se orgulha. Quando ainda não se tinha uma ideia clara acerca das condições concretas que seriam dadas a problemas inseparáveis da criação de uma agricultura nova, concebida em moldes revolucionários, Lenine conseguiu encontrar momentos livres, no intervalo das suas tarefas exaustivas, e ouvia os camponeses desta região, trocava com eles impressões e meditava sobre esses encontros. Sugestões suas foram adoptadas anos após a sua morte, quando o nosso «kol-

hose» foi criado. Os camponeses guardavam na memória tudo o que ele lhes tinha dito. Nos retratos que pendem das paredes, em vários objectos Lenine está omnipresente. Todos os Lenines, o agitador de massas, o teórico, o organizador, o homem simples, o incansável trabalhador intelectual, o génio da Revolução.

Relembro as suas lições sobre o problema da terra. Ninguém como ele soube mostrar que no Estado burguês o cooperativismo funcionava como instrumento de consolidação do capitalismo. Mas foi também ele quem antecipou uma realidade que a história confirmaria: Sob a ditadura do proletariado, o regime dos cooperados civilizados, quando os meios de produção pertencem à sociedade e quando o proletariado, como classe, triunfou da burguesia, esse regime é o regime socialista.

custaram ao país 20 milhões de mortos. Fim do pesadelo, o povo que encontrou forças, tenacidade e heroísmo para deter a horda agressora e quebrar a coluna vertebral da Wehrmacht, salvando a humanidade da tirania fascista, reiniciou o trabalho interrompido, lançando-se com entusiasmo a tarefas pioneiras de que o «Vladimir Ilitch» é apenas um modesto, mas expressivo exemplo.

Relembro as suas lições sobre o problema da terra. Ninguém como ele soube mostrar que no Estado burguês o cooperativismo funcionava como instrumento de consolidação do capitalismo.

Alguns estrangeiros não entendem — observa Ilya — como podemos conviver bem neste mosaico de povos que a URSS. Mas tens a prova aqui mesmo. Neste pequeno «kolkhose» há elementos de 18 nacionalidades diferentes. E entendemo-nos às mil maravilhas, camarada. Quando discutimos as coisas novas, para criar coisas novas, para que todos vivam melhor e sejam mais felizes.

As estufas do «Vladimir Ilitch» são, para um português, um mundo quase irreai. De longe, nos arredores de Leninegrado, iluminando as noites brancas do Neva, virá já construções do mesmo tipo. Soubera, com espanto, que a 60 graus de latitude é possível produzir tomates, couves, alfaces suficientes para o abastecimento de uma cidade de 4,2 milhões de habitantes. Agora, perto de Moscovo, posso percorrer as estufas de um «kolkhose». Identifico: cogumelos, pepinos, nabes. Um calor opressivo faz transpirar os camaradas soviéticos. Agora a vantagem é minha — comento. — Sinto-me nos trópicos, como peixe na água. São três hectares de terreno ocupados por edifícios envidraçados onde crescem os legumes mais variados em grandes tabeliões que produzem anualmente 300 toneladas de verduras.

Com técnica e entusiasmo, quando se trabalha nas nossas condições, para uma sociedade onde não há exploração nem explorados, o impossível de uma semana torna-se, por vezes, possível no meu espanto, o camarada Vladimir Alexandrov, secretário do Comité do Partido da sub-região Lenine da região de Moscovo. As lâmpadas gigantes que descem do telhado faiscante sobre o tapete verde das caixas irradiam uma luz que se diria natural. Uma infinidade de minúsculos sóis, fonte de vida, de alimentos, de bem-estar.

A superioridade da democracia proletária
O dia kolkhosiano termina com um almoço a meio da tarde, que dura horas. Um almoço festa de confraternização, na atmosfera incondicional que marca a hospitalidade soviética. Uma mesa farta, em que figuram todas as especialidades da região e os aperitivos da praça: caviar e «vodka». Nota-se uma mudança no tom do diálogo. Agora estamos numa reunião de amigos em que os problemas humanos e o sentimentalismo afloram a cada momento, prevalecendo sobre questões de ordem económica ou técnica.

O primeiro de uma ininterrupta série de brindes leva os camaradas menos falados a revelar aspectos quase íntimos da sua personalidade. Fala-se muito de Portugal, dos camponeses, dos operários agrícolas do nosso país. Ilya julga que estou a brincar quando lhe digo que ao Alentejo há herdeiros três ou quatro vezes maiores do que o «Vladimir Ilitch», que produzem oito ou dez vezes menos. Como é possível, com o vosso Sol, sem Inverno, com terras tão férteis como as dezes serem as da tua província? Dou-lhe pormenores a respeito da estrutura da latifúndio sobre o absentismo e a sabotagem económica que agrava as consequências do monopólio da terra, no Sul, por um punhado de reacionários. Abana a cabe-

la e diz para Anatoli, brincalhão: Diante disto, ainda de atreves a apontar-me erros, amigo?

É a primeira visita de um grupo de jornalistas portugueses à União Soviética. Na região nunca apareceu um português. Todos saientam que se trata de um acontecimento «muito importante» para o «kolkhose». Ficará na história, comenta Ilya. E todos recebemos medalhas de mérito, que nos equiparam aos trabalhadores da sub-região Lenine que acabam de ser premiados. O «Avante!», cujo prestígio na União Soviética excede tudo o que podia imaginar, é distinguido com saudações especiais.

Na reunião de amigos verídica, mais uma vez, com emoção, aquilo que me impressionara desde o dia da chegada: a profundidade das afinidades de temperamento, de carácter que nos aproximam do povo soviético. O egoísmo, a frieza, o artificialismo das sociedades da Europa Ocidental não contaminaram o país que realizou a primeira grande Revolução Socialista da história. Os russos, como os ucranianos, os georgianos, os bálticos, como todos os soviéticos de outras nacionalidades, tomam fôlego e convivem, não pedem a espontaneidade, o calor, o senso da fraternidade que aproximam os seres humanos e conferem um alto sentido à existência. Não se desumanizaram como os europeus ocidentais e os americanos. Sinto-me membro da grande família do «kolkhose».

O último brinde é do camarada Yuri Zakharov, do Comité do Partido da Região de Moscovo. É uma emotiva saudação a Portugal e ao nosso povo, a todos aqueles que se bateram pela reconquista da liberdade, que hoje lutam pela construção de uma sociedade democrática e progressista. Com cativante simplicidade, Yuri faz votos pelo aprofundamento da cooperação entre Portugal e a URSS, salientando a importância do intercâmbio de experiências a todos os níveis. Mas acentua, também, que nenhuma revolução pode repetir mecanicamente a outra, que nenhuma solução económica ou social pode ser inteiramente transplantável.

Ouvi atentamente — declara — o que vocês disseram sobre os problemas da terra em Portugal, sobre os males e as contradições do latifúndio e o minifúndio. Não temos conselhos a dar. Não é essa a nossa política. Mas estamos prontos a colaborar. Ficaremos felizes se um conhecimento mais aprofundado daquilo que temos feito, na agricultura como noutros terrenos, contribuir para que vocês, portugueses, resolvam da forma mais adequada à vossa realidade, os problemas que vos preocupam ante a construção do futuro.

Do nosso enviado especial Miguel Urbano Rodrigues

Alguns estrangeiros não entendem — observa Ilya — como podemos conviver bem neste mosaico de povos que a URSS. Mas tens a prova aqui mesmo. Neste pequeno «kolkhose» há elementos de 18 nacionalidades diferentes. E entendemo-nos às mil maravilhas, camarada. Quando discutimos as coisas novas, para criar coisas novas, para que todos vivam melhor e sejam mais felizes.

As estufas do «Vladimir Ilitch» são, para um português, um mundo quase irreai. De longe, nos arredores de Leninegrado, iluminando as noites brancas do Neva, virá já construções do mesmo tipo. Soubera, com espanto, que a 60 graus de latitude é possível produzir tomates, couves, alfaces suficientes para o abastecimento de uma cidade de 4,2 milhões de habitantes. Agora, perto de Moscovo, posso percorrer as estufas de um «kolkhose». Identifico: cogumelos, pepinos, nabes. Um calor opressivo faz transpirar os camaradas soviéticos. Agora a vantagem é minha — comento. — Sinto-me nos trópicos, como peixe na água. São três hectares de terreno ocupados por edifícios envidraçados onde crescem os legumes mais variados em grandes tabeliões que produzem anualmente 300 toneladas de verduras.

Com técnica e entusiasmo, quando se trabalha nas nossas condições, para uma sociedade onde não há exploração nem explorados, o impossível de uma semana torna-se, por vezes, possível no meu espanto, o camarada Vladimir Alexandrov, secretário do Comité do Partido da sub-região Lenine da região de Moscovo. As lâmpadas gigantes que descem do telhado faiscante sobre o tapete verde das caixas irradiam uma luz que se diria natural. Uma infinidade de minúsculos sóis, fonte de vida, de alimentos, de bem-estar.

A superioridade da democracia proletária
O dia kolkhosiano termina com um almoço a meio da tarde, que dura horas. Um almoço festa de confraternização, na atmosfera incondicional que marca a hospitalidade soviética. Uma mesa farta, em que figuram todas as especialidades da região e os aperitivos da praça: caviar e «vodka». Nota-se uma mudança no tom do diálogo. Agora estamos numa reunião de amigos em que os problemas humanos e o sentimentalismo afloram a cada momento, prevalecendo sobre questões de ordem económica ou técnica.

O primeiro de uma ininterrupta série de brindes leva os camaradas menos falados a revelar aspectos quase íntimos da sua personalidade. Fala-se muito de Portugal, dos camponeses, dos operários agrícolas do nosso país. Ilya julga que estou a brincar quando lhe digo que ao Alentejo há herdeiros três ou quatro vezes maiores do que o «Vladimir Ilitch», que produzem oito ou dez vezes menos. Como é possível, com o vosso Sol, sem Inverno, com terras tão férteis como as dezes serem as da tua província? Dou-lhe pormenores a respeito da estrutura da latifúndio sobre o absentismo e a sabotagem económica que agrava as consequências do monopólio da terra, no Sul, por um punhado de reacionários. Abana a cabe-

la e diz para Anatoli, brincalhão: Diante disto, ainda de atreves a apontar-me erros, amigo?

É a primeira visita de um grupo de jornalistas portugueses à União Soviética. Na região nunca apareceu um português. Todos saientam que se trata de um acontecimento «muito importante» para o «kolkhose». Ficará na história, comenta Ilya. E todos recebemos medalhas de mérito, que nos equiparam aos trabalhadores da sub-região Lenine que acabam de ser premiados. O «Avante!», cujo prestígio na União Soviética excede tudo o que podia imaginar, é distinguido com saudações especiais.

Na reunião de amigos verídica, mais uma vez, com emoção, aquilo que me impressionara desde o dia da chegada: a profundidade das afinidades de temperamento, de carácter que nos aproximam do povo soviético. O egoísmo, a frieza, o artificialismo das sociedades da Europa Ocidental não contaminaram o país que realizou a primeira grande Revolução Socialista da história. Os russos, como os ucranianos, os georgianos, os bálticos, como todos os soviéticos de outras nacionalidades, tomam fôlego e convivem, não pedem a espontaneidade, o calor, o senso da fraternidade que aproximam os seres humanos e conferem um alto sentido à existência. Não se desumanizaram como os europeus ocidentais e os americanos. Sinto-me membro da grande família do «kolkhose».

O último brinde é do camarada Yuri Zakharov, do Comité do Partido da Região de Moscovo. É uma emotiva saudação a Portugal e ao nosso povo, a todos aqueles que se bateram pela reconquista da liberdade, que hoje lutam pela construção de uma sociedade democrática e progressista. Com cativante simplicidade, Yuri faz votos pelo aprofundamento da cooperação entre Portugal e a URSS, salientando a importância do intercâmbio de experiências a todos os níveis. Mas acentua, também, que nenhuma revolução pode repetir mecanicamente a outra, que nenhuma solução económica ou social pode ser inteiramente transplantável.

Ouvi atentamente — declara — o que vocês disseram sobre os problemas da terra em Portugal, sobre os males e as contradições do latifúndio e o minifúndio. Não temos conselhos a dar. Não é essa a nossa política. Mas estamos prontos a colaborar. Ficaremos felizes se um conhecimento mais aprofundado daquilo que temos feito, na agricultura como noutros terrenos, contribuir para que vocês, portugueses, resolvam da forma mais adequada à vossa realidade, os problemas que vos preocupam ante a construção do futuro.

«Comemos mais pão do que os americanos»
Só a ignorância, a má-fé do fascismo e sobretudo a obsessão em deturpar a verdade para defender privilégios de classe e preservar estruturas que assentam na exploração do homem explicam a desinformação de milhões de portugueses sobre as extraordinárias vitórias alcançadas na URSS no terreno de uma agricultura revolucionária. Há problemas? Sem dúvida. Mas nenhum outro país no mundo promoveu uma revolução agrária tão profunda, em condições tão difíceis. Não há um desempregado nas zonas rurais da União Soviética (o desemprego é aliás, um fenómeno desconhecido no país), não há um camponês cujo padrão de vida não seja decente. Em nenhum outro país o camponês recebe tantos estímulos, goza de tantas facilidades, conta com uma protecção igual do Estado. Quando, há dois anos, a URSS importou trigo, as agências noticiosas ocidentais logo iniciaram uma campanha sistemática de boatos sobre a pretensa «crise da agricultura soviética». Não disseram, porém, que de 1951 a 1970 a produção agrícola apresentou uma taxa de crescimento que os Estados Unidos e que, mesmo quando os tempos terríveis e invernos rigorosos prejudicaram duas colheitas sucessivas, o volume da produção de trigo da URSS foi, apesar disso, muito superior ao dos EUA.

Muita gente ignora — diz-me com ar divertido o camarada Ilya — que gostamos muito de pão e comemos mais do que os americanos. Que misteriosa crise, que crise fantasma é a de uma agricultura que quintuplicou a sua produção desde 1913 e a triplicou desde 1940? E isso foi feito num país onde, antes da Revolução, 91% dos camponeses eram analfabetos. Hoje uma sociedade socialista onde não há um analfabeto.

Legumes frescos num mundo de neve
Um monumento singular emerge na brancura de um cruzamento. Anatoli explica. É uma homenagem aos companheiros do «Vladimir Ilitch» caídos durante a guerra patriótica contra os invasores nazis. Quase um milhar. A frente de batalha não esteve muito longe. E não há um soviético que esqueça esses anos terríveis, que

«Я ВИЖУ МИР» III МЕЖДУНАРОДНЫЙ КОНКУРС ДЕТСКИХ РИСУНКОВ

МОСКВА, 1974/75 гг.



Рисунок ИРЫ АСТАХОВОЙ, СССР.

CONTEST: „I SEE THE WORLD“
CONCOURS: „JE VOIS LE MONDE“
WETTBEWERB: „ICH SEHE DIE WELT“
CONCURSO: „YO VEO EL MUNDO“

«EU VEJO O MUNDO» CONCURSO DOS PIONEIROS SOVIÉTICOS ABERTO ÀS CRIANÇAS PORTUGUESAS

Através do nosso jornal «Avante!» os pio eiros soviéticos lançam um convite às crianças portuguesas para participarem no III Concurso Internacional de Pintura Infantil subordinado ao tema EU VEJO O MUNDO.

Patrocinam este concurso o Comité Central do Komsomol, o Conselho Central da Organização dos Pioneiros «V. I. Lenine» da URSS, a Redacção do jornal «Pionerskaia Pravda», a Associação dos Homens de Letras e Artes para Crianças, a União das Sociedades de Amizade e Relações Culturais com o Estrangeiro, o Ministério da Cultura da URSS, o Ministério da Educação da URSS, a União dos Pintores da URSS,

Voltem por aqui, amigos! O adeus de Ilya, de Alexandra de Anatoli, de Vladimir, de Yuri, de todos os camaradas que nos acompanharam durante aquele dia kolkhosiano ecoou em mim, por muito tempo, quando o automóvel fendia a noite de neve, de volta a Moscovo. Eu não os via apenas como amigos e camaradas. Via neles também os filhos de uma nova humanidade. O «Vladimir Ilitch» era apenas um símbolo, um pequeno mosticário. Lembrei-me da frase e stema de Lenine: «A democracia proletária é um milhão de vezes mais democrática do que qualquer democracia burguesa. O poder soviético é um milhão de vezes mais democrático do que a mais democrática das repúblicas burguesas.»

Os resultados, altamente positivos no estreitamento das relações de amizade entre as crianças de todo o Mundo, os êxitos obtidos tornam este concurso um dos mais populares na URSS e no estrangeiro.

No próximo número do «Avante!» divulgaremos as condições do concurso. Estamos certos de que as crianças portuguesas, que pela primeira vez têm a possibilidade de participar nele, não deixarão de receber com alegria este convite que lhes lançam os pioneiros soviéticos.

ATE AMANHÃ, CAMARADAS



ASSINA O «AVANTE!»